



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**CONDIÇÕES  
SÓCIO-ECONÔMICAS DAS  
FAMÍLIAS DE UBERLÂNDIA**

**UBERLÂNDIA – NOVEMBRO – 2001**





## **Agradecimentos**

**Agradecemos a colaboração da Prefeitura Municipal de Uberlândia - particularmente da Secretaria de Desenvolvimento Social e sua equipe - que tornou possível a realização deste trabalho.**

**Nosso agradecimento se estende à Secretaria de Orçamento Participativo, ao PRODAUBE e a todos os funcionários da Administração Municipal que, direta ou indiretamente, contribuíram para o seu bom termo.**

## **Equipe de Trabalho**

### **Coordenadores da Pesquisa**

Heládio José de Campos Leme  
Henrique Dantas Neder

### **Consultoria e Projeto Original**

Shigeo Shiki

### **Coordenadores de Área**

Darcilene Cláudio Gomes  
Eduardo Nunes Guimarães  
Paulo Roberto Franco Andrade  
Vitorino Alves da Silva

### **Supervisores de Campo**

Barbara Maciel Mariano  
Clodoaldo Luiz Parente  
Durval Perim  
Ester William Ferreira  
Fábio André Teixeira  
Flávio Sérvulo Arantes Moreira  
Graziela C. da C. Baruco  
Idamar Sidnei Cobianchi Nigro  
Jucyene das Graças Cardoso  
Luciano de S. Costa  
Luiz Bertolucci Junior  
Luiza Maria Capanema Bezerra  
Marcelo José Moreira  
Marlene Marins de Camargo Borges  
Sebastião Ferreira da Cunha  
Simone de Faria Narciso Shiki  
Vani Maria da Silva

### **Revisores**

Adir Aparecida Juliano  
Álvaro Fonseca e Silva Junior  
José Wagner Vieira  
Rosana Aparecida Ribeiro

## Entrevistadores

Ademir Braga da Silva  
Alaine Cardoso Silva  
Alberto Pablo Costa Silveira  
Altermir Rodrigues Silvério  
Alysson Henrique Ferreira  
Ana Luisa Cunha Miranda  
André Ferreira Vieira Caixeta  
Angélica do Carmo Faria  
Aureliano de Souza Araujo  
Carla Blanco  
Carolina Fonseca Alves  
Cássia Pires de Sousa  
Cássio Fernando de Lima  
Cibele Batista de Melo  
Claúdio Barbosa de Sousa  
Cleber Junior do Nascimento  
Cleuber da Silva Costa  
Cleyton Franco Rezende  
Cristiane Cristina de Andrade  
Cristiane Rodrigues Teixeira  
Cristiane Valéria Oliveira Costa  
Cristiano Alvarenga Alves  
Cristino dos Passos Vieira  
Dalmaci Novais Junior  
Daniela Cristina de Castro  
Daniela Rodrigues da Silva  
Douglas Zacarias Oliveira  
Ediene de Melo Alves  
Edilson Antônio Alves  
Eduardo Ferreira da Silva  
Eduardo Vilela Silva  
Elenilson Abadio Fidel  
Elia Nilce Queiroz de Oliveira  
Elisandra Beatriz de Faria  
Elisangela Soares Barbosa  
Elizeu Moura Andrade  
Elton Alberto Campos  
Emília Vicente Laurenço  
Eurides Francisco Teixeira Jr.  
Evandro de Miranda Neves  
Fernanda Faria Silva  
Fernando Hernandez Greco  
Flávia Martins Ferreira da Cunha  
Geisa Aparecida da Silva  
Gislaine Fernandes  
Glaucio Henrique Chaves  
Graziella Diogenes Vieira Marques  
Gustavo Euqeres Oliveira  
Hamilton Augusto Silva Alves Rodrigues  
Helena Maria R.da Silva de Menezes  
Henrique Dias Cunha Alves  
Hugo do Nascimento Rego  
Isaias Moura Andrade  
Janser Moura Pereira  
Jaquelina Nituzia dos Prazeres  
Jaqueline Euripedes Levi  
Josiene Alves  
Juliana Alves  
Juliana Batista Dos Reis  
Juliano Luis Borges  
Juscelino Pereira Souza  
Káritas da Cunha Vargas

Karla Priscilla Veloso  
Kátia Cilene Ferreira  
Kátia M. da Silva  
Keyne Rodrigues Borges  
Leandro de Falco Marques  
Leonardo Rocha  
Lia Eunice Valechi da Silva  
Luana Bernardes Arantes  
Luciana Brasileiro de Matos  
Luciana Rosa de Souza  
Luciano dos Santos  
Lúcio Flávio de Sousa Costa  
Ludmila Silva Rios  
Maira Cesar Vasconcellos  
Mara de Oliveira Pimenta  
Marcelo Ferreira Costa  
Marcelo Lopes de Souza  
Marcos Tiago Duarte  
Maria Terezinha Gondin  
Mariana Sales Palazzo  
Marilia Rezende Marques  
Marlei Oliveira Marques  
Michele Cristina Silva Melo  
Míriam de Fátima Nogueira Silva  
Mitsko Ota Vieira  
Mohabi de Paula Vargas  
Moisés Moreira da Silva  
Osmar Ferreira dos Santos Filho  
Patricia Silva da Cunha  
Patrícia Tavares Cordeiro  
Paulo Henrique Prudente e Armond  
Petúlia Afonso da Cunha  
Raquel Pereira Rabelo  
Rejane Maria da Silva  
Ronaldo Naves dos Reis  
Rúbia Lorena Rocha Pimenta  
Sherrine Elene A Lima  
Sidnei Martini Junior  
Simeão Garcia Rosa  
Tarcisio Padua Guarato  
Tatiany Cristiane da Silva Pereira  
Thaís Momenté Costa  
Thiago Alves Perin  
Tiago de Souza Soares  
Vagner Limirio Coelho  
Vanesca Tomé Pauline  
Vera Oliveria Camargo  
Vivian Duarte Couto  
Vivian Fidelis Vitória  
Wellington Marques Mota  
Wellington Marques Rodrigues  
William Silva  
Wilson José Rosa Jr.

## Equipe PMU

## Equipe Técnica

Genésia Silva  
Letícia Castro Guimarães  
Maria Elizabeth Pupin Vieira

Pedro Alves Fernandes  
Túlio Guimarães Cunha

## Entrevistadores

Abadia Fagundes Precioso  
Abderson Márcio Rosa  
Andrea Carmelita A. S. SANTOS  
André Luis C. Oliveira  
Betânia Gonzaga da Silva  
Carlos Eduardo Machado Vieira  
Célia Maria Souza e Freitas  
Cristiane Augusta  
Diogo Arantes  
Divino Macedo de Melo  
Elder Rodrigues da Silva  
Elisângela Ferreira Cabral  
Fernando Garcia Oliveira  
Divina Alice Gonçalves Viana  
Francisca Maria Santos Rocha  
Gasparina Salette Moreira  
Gilberto Antônio Silva  
Ilca Patente Nascimento  
Irma Oliveira Antonio  
Izabel Cristina R. Oliveira  
Janaina Cristina de Barros  
Jovânia Cristina de Barros

Juliana Barbosa França  
Karine Marques Cordeiro  
Lázaro Vilmondes de Souza  
Leandro Alves  
Magali Gonçalves de Oliveira  
Maria Olímpia Mendes  
Mário Oliveiros Profeta  
Marcelo Rodrigues Ferreira  
Neusa Maria Fortes Quaresma  
Olinda Lens Cholodaukas  
Priscilla Camargo Diniz  
Rafael de Freitas  
Renato Souza Daspetti  
Rogério Luis Rodrigues  
Santiago Borges  
Sílvia Helena Soriane  
Susilene Ferreira Oliveira  
Vera Lúcia Rosa Costa  
Wesley Botelho  
William Couto  
Wilson Ferreira Fonseca

## MOTORISTAS

Abadio Balduino Ferreira  
Eurípedes Lourenço Martins  
Gilmar Almeida de Oliveira  
José de Castro

Joezio Moura da Silva  
Nilva Mariano Gomes Borges  
Pedro Lúcio Jerônimo  
Valdivino Fernandes da Silva



## 1 – Apresentação

*Heládio José de Campos Leme*

Este relatório é o primeiro produto da Pesquisa “Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia”, sob a responsabilidade conjunta do NEDRU – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano, do NEST – Núcleo de Estudos de Economia Social e do Trabalho e do CEPES – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

O trabalho de coleta de informações desenvolveu-se no período de 9 de abril a 13 de julho de 2001 e envolveu mais de 200 pessoas, entre entrevistadores, supervisores de campo e coordenadores, sem contar as atividades de apoio, de transporte e alimentação providas pela Prefeitura do Município.

Por cerca de 90 dias, inclusive na maior parte dos finais de semana, as equipes de pesquisadores se deslocaram pelas ruas da cidade, bairro a bairro, para obter as informações requisitadas, obedecendo ao grau de cobertura espacial requerido pela proposta de trabalho.

Duas finalidades nortearam a delimitação do grau de cobertura:

- 1) o cadastramento das famílias residentes nos bairros da periferia de Uberlândia, de modo a quantificar e identificar aquelas de baixa renda e suas reais condições de vida. Buscou-se abarcar todos os bairros que compõem o cinturão da área urbana, nele incluindo as vilas distritais. As informações do recenseamento dessas famílias serão um rico material para estudos posteriores.
- 2) a aplicação de questionários em uma amostra selecionada de famílias, representativa do universo populacional urbano de Uberlândia, de acordo com critérios estatísticos explicados no item metodológico a seguir.

O presente Relatório sintetiza e analisa as informações obtidas no item 2, ou seja, no levantamento amostral. Esse levantamento permite, através da expansão da amostra, apontar as características da população urbana de Uberlândia, com razoável grau de precisão: composição familiar, origem das pessoas, sexo, idade, escolaridade, condições de atividade, de renda, de moradia e de saúde, entre outras.

O exame dos dados põe em relevo o alto grau de heterogeneidade de nossa cidade. Por todos os indicadores que se possa utilizar, Uberlândia se destaca como um pólo regional importante, altamente urbanizado, ostentando um terciário moderno, que compreende ramos de ponta, a exemplo das comunicações, educação e transportes. Além disso, é reconhecidamente bem provida de infraestrutura básica, que atende à quase totalidade dos domicílios – o que a coloca acima da média brasileira.

Em contrapartida, a urbanização acelerada e as políticas concentradoras de renda acentuaram a exclusão social, a degradação ambiental, a insegurança e a violência, reduzindo a qualidade de vida da população

Uma cidade de fortes contrastes, portanto: centro regional consolidado, com uma economia de razoável densidade e significativo poder de irradiação e de atração migratória, convive com marcas profundas de pobreza e indigência, fruto de uma estrutura social injusta, na qual cerca de 10,7% da população (aproximadamente 53,8 mil pessoas) sobrevive com renda *per capita* abaixo da linha de indigência. Alguns relatos de pesquisadores, durante a aplicação dos questionários, chocam pela contundência da privação e da miséria constatadas em algumas áreas periféricas.

Em 1994 o CEPES coletou dados para uma pesquisa semelhante, embora de escopo mais restrito. Seu resultado (divulgado em 1996) causou surpresa, ao mostrar a realidade social de Uberlândia pela primeira vez. A terceira maior cidade do Estado de Minas Gerais, proclamada como de alto nível de qualidade de vida, desnudava sua face oculta: a da existência de um número alarmante de pobres e indigentes.

Passados seis anos desse trabalho pioneiro, constata-se que a realidade não se alterou substancialmente. Mesmo que os resultados das duas pesquisas não possam ser comparados em sua integridade, em razão das diferenças metodológicas e de amplitude, pode-se afirmar que a desigualdade e a exclusão social persistem e, em alguns segmentos populacionais, aprofundaram-se.

Em suma, a presente pesquisa é mais ambiciosa em seus propósitos e mais ampla em sua cobertura, mas presidida pelo mesmo objetivo: apresentar, sem disfarces, a realidade social de Uberlândia. Consideramos imprescindível, a qualquer comunidade, o conhecimento das condições reais em que vivem seus moradores, de modo a propiciar melhor compreensão dos seus próprios problemas. Essa é a nossa motivação primeira, como pesquisadores. Por outro lado, a pesquisa oferece, à sociedade organizada e à administração municipal, subsídios importantes para a

formulação e implementação das políticas públicas, no âmbito do planejamento governamental.

Sua realização ocorreu no início de uma nova administração municipal, que tem como diretriz programática de governo o enfrentamento da questão social e a adoção de medidas compensatórias, para mitigar os efeitos das políticas macroeconômicas excludentes, adotadas na esfera federal.

As ações locais, no entanto, requerem instrumentos operacionais eficazes, para tomadas de decisão, e informações mais precisas, para estabelecer metas e objetivos que realmente contribuam para o progresso social e para o êxito dos programas e projetos sociais.

O relatório está dividido em recortes temáticos, apresentados em seqüência, a partir da Metodologia Estatística: Dinâmica Demográfica e Caracterização da População; Indigência e Pobreza em Uberlândia; Mercado de Trabalho; e outros aspectos sociais: Condições Habitacionais, Educação e Saúde.

## 2 – Metodologia Estatística

*Henrique Dantas Neder*

### 2.1 – Seleção da Amostra

A amostra da pesquisa abrangeu 5.459 famílias e 20.267 pessoas (questionários B), aplicada simultaneamente à operação de cadastramento da população (questionário A), tendo sido utilizado em campo um procedimento de amostragem sistemática. Para a divisão da área urbana e para orientar os deslocamentos dos entrevistadores foi utilizado um cadastro do DMAE – Departamento Municipal de Águas e Esgotos. Esse cadastro é o conjunto das rotas que compõem cada um dos setores percorridos pelos leituristas do DMAE, sendo permanentemente atualizado, à medida que esses funcionários constatarem alterações (novos consumidores). Além dos números do setor e das rotas, nele constam os endereços dos consumidores e o número de “economias” de cada endereço. O cadastro utilizado compunha-se de um total de 122.678 endereços residenciais, subdivididos em 671 rotas.<sup>1</sup>

Para cada uma das rotas (compostas por 200 endereços, em média) foi calculado o número acumulado de economias e escolhido um número aleatório, no intervalo de 1 a 20: o domicílio correspondente a essa economia seria o primeiro a compor a amostra. A partir dele, e seguindo a seqüência da rota, os domicílios da amostra foram selecionados obedecendo ao critério de 1 a cada 20 economias. Quando o domicílio escolhido situava-se no intervalo de economias de um prédio de apartamentos, o mesmo critério de seleção foi mantido.

---

<sup>1</sup> No cadastro do DMAE não constavam naturalmente os domicílios residenciais sem ligação de água assim como aqueles dos distritos urbanos do município. Os 122.678 endereços abrangem também os estabelecimentos comerciais e industriais que possuem pelo menos uma economia residencial. Se forem consideradas todas as economias residenciais que abrangem os apartamentos assim como os pontos de consumo com endereços com mais de uma economia, o cadastro apresenta um total de 164.005 economias residenciais.

## 2.2 – Resultados Amostrais Efetivos

Como em qualquer pesquisa dessa natureza, ocorreram diversos problemas em campo para a realização da amostragem, sendo que alguns deles eram previsíveis. O primeiro desses problemas foi a recusa em responder ao questionário, o que ocorreu com maior frequência em domicílios situados em áreas de renda elevada e em condomínios de classe média. Outro fato, bastante freqüente, foi a ausência de pessoas em condições de fornecer as informações. Nesses casos, alguns retornos foram realizados; repetindo-se a ausência, substituíam-se o domicílio pelo imediatamente vizinho. Apesar desse cuidado, em diversas regiões e bairros da área urbana do Município foi obtido um número de amostras inferior à fração amostral de 1 domicílio amostrado para cada 20 domicílios existentes na população. Como resultado, as diversas rotas e bairros tiveram frações amostrais distintas: em algumas o número amostral aproximou-se do planejado; em outras, distanciou-se bastante, ficando o grau de cobertura amostral bastante reduzido<sup>2</sup> – caso da região central da cidade, principalmente.

Como a amostra resultou em certo grau de desequilíbrio na sua distribuição espacial, ou seja, em alguns bairros a fração amostral é próxima de 1/20, enquanto em outros o número é bem menor, a consequência é que ela deixou de ser uma amostra auto-ponderada. Isso quer dizer que seus resultados, em termos de proporções, deixam de ser estimativas não viesadas. Por exemplo, se calcularmos a proporção de pessoas que se situam abaixo da linha de pobreza diretamente dos resultados amostrais, essa estimativa é viesada, pois bairros com maior (ou menor) ocorrência de pobreza podem ter maior (ou menor) proporção amostral em relação ao tamanho da sua população de domicílios. Para evitar esses vieses, utiliza-se o método de ponderação dos resultados amostrais, sendo que os pesos são os fatores de expansão de cada bairro, calculados como o inverso da fração amostral efetiva em cada um deles.

Na Tabela 2.1, a seguir, são apresentados os valores que permitiram a ponderação e expansão dos resultados amostrais.

---

<sup>2</sup> Como pode ser observado pela Tabela 2.1, para muitos bairros os pesos das pessoas e dos domicílios diferem bastante de 20. Como o peso é o inverso da fração amostral, bairros com pesos maiores do que 20 tiveram frações amostrais menores do que 1/20 e o grau de cobertura amostral foi menor do que o planejado.

TABELA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR BAIRROS E PESOS (FATORES) DE EXPANSÃO AMOSTRAL

COD (1)	BAIRRO (2)	No. de famílias na amostra (3)	No. de pessoas na amostra (4)	No. de domicílios na população (5)	No. de pessoas na população (6)	Peso do domicílio (7)	Peso da pessoa (8)
1	SANTA MONICA	567	2092	9237	31323	21,647	19,728
5	SEGISMUNDO PEREIRA	51	204	4725	16024	21,647	19,728
2	SANTA MONICA - SETOR B	1	2	0	0	21,647	19,728
91	JARDIM FINOTTI	21	79	0	0	21,647	19,728
92	LOTEAMENTO SANTOS DUMONT	2	7	0	0	21,647	19,728
6	JARDIM PARQUE DO SABIA	3	16	0	0	21,647	19,728
	<u>SANTA MONICA - SEGISMUNDO</u>	<u>645</u>	<u>2400</u>	<u>13962</u>	<u>47347</u>	<u>21,647</u>	<u>19,728</u>
10	TIBERY	266	981	6101	20689	26,350	24,234
11	CUSTODIO PEREIRA	75	278	2911	9870	26,350	24,234
9	VILA ANA ANGÉLICA	1	2	0	0	26,350	24,234
	<u>TIBERY - CUSTÓDIO</u>	<u>342</u>	<u>1261</u>	<u>9012</u>	<u>30560</u>	<u>26,350</u>	<u>24,234</u>
12	BRASIL	235	783	4346	14738	16,977	17,339
15	FLUMINENSE	16	51	0	0	16,977	17,339
19	CONJUNTO BANDEIRANTES	5	16	0	0	16,977	17,339
	<u>BRASIL</u>	<u>256</u>	<u>850</u>	<u>4346</u>	<u>14738</u>	<u>16,977</u>	<u>17,339</u>
13	NOVO HORIZONTE	2	7	0	0	42,761	39,597
14	JARDIM UMUARAMA	35	130	1196	4054	42,761	39,597
233	ALTO UMUARAMA	1	5	0	0	42,761	39,597
67	MARTA HELENA	74	278	3217	10910	42,761	39,597
119	MINAS BRASIL	12	45	0	0	42,761	39,597
221	MINAS GERAIS	15	44	1531	5191	42,761	39,597
	<u>JARDIM UMUARAMA - MG - MARTA HELENA</u>	<u>139</u>	<u>509</u>	<u>5944</u>	<u>20155</u>	<u>42,761</u>	<u>39,597</u>
18	<u>BOM JESUS</u>	<u>68</u>	<u>220</u>	<u>1812</u>	<u>6143</u>	<u>26,643</u>	<u>27,923</u>
20	<u>CENTRO</u>	<u>70</u>	<u>224</u>	<u>3390</u>	<u>11497</u>	<u>48,435</u>	<u>51,327</u>
21	MARTINS	371	1302	3508	11896	9,354	9,074
25	VILA FÁTIMA	4	9	0	0	9,354	9,074
21	<u>MARTINS</u>	<u>375</u>	<u>1311</u>	<u>3508</u>	<u>11896</u>	<u>9,354</u>	<u>9,074</u>
22	OSVALDO REZENDE	94	338	7122	24153	68,484	66,354
27	THOMAZ REZENDE	4	10	0	0	68,484	66,354
28	REZENDE	2	4	0	0	68,484	66,354
26	DE LOURDES	1	1	0	0	68,484	66,354
23	VILA CARNEIRO	3	11	0	0	68,484	66,354
	<u>OSVALDO REZENDE</u>	<u>104</u>	<u>364</u>	<u>7122</u>	<u>24153</u>	<u>68,484</u>	<u>66,354</u>
30	CHAVES	2	6	0	0	19,091	19,352
29	DANIEL FONSECA	54	172	1604	5438	19,091	19,352
31	REZENDE JUNQUEIRA	28	103	0	0	19,091	19,352
	<u>DANIEL FONSECA</u>	<u>84</u>	<u>281</u>	<u>1604</u>	<u>5438</u>	<u>19,091</u>	<u>19,352</u>
32	TABAJARAS	25	92	2415	8189	39,186	36,135
35	COPACABANA	26	100	0	0	39,186	36,135
187	COPACABANA - SETOR OMEGA	3	11	0	0	39,186	36,135

**Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia**  
 ----- Seção 2 – 04~23 - Metodologia Estatística -----

7

101	LOTEAMENTO NSA DA ABADIA	15	57	0	0	39,186	36,135
34	MARACANÃ	4	14	0	0	39,186	36,135
36	ALTAMIRA	11	35	0	0	39,186	36,135
106	PATRIMONIO D ABADIA	9	33	1229	4169	39,186	36,135
	<u>PATRIMONIO - TABAJARAS</u>	<u>93</u>	<u>342</u>	<u>3644</u>	<u>12358</u>	<u>39,186</u>	<u>36,135</u>
37	CAZECA	42	152	1128	3824	26,229	24,357
38	ERLAN	1	5	0	0	26,229	24,357
37	<u>CAZECA</u>	<u>43</u>	<u>157</u>	<u>1128</u>	<u>3824</u>	<u>26,229</u>	<u>24,357</u>
40	APARECIDA	146	514	4613	15643	31,595	30,433
42	PRESIDENTE ROOSEVELT	303	1144	6273	21273	20,704	18,595
43	VIGILATO PEREIRA	18	67	1373	4655	72,248	66,500
44	VILA POVOA	1	3	0	0	72,248	66,500
	<u>VIGILATO PEREIRA</u>	<u>19</u>	<u>70</u>	<u>1373</u>	<u>4655</u>	<u>72,248</u>	<u>66,500</u>
45	LÍDICE	1	3	1999	6778	1998,841	2259,415
46	VILA SARAIVA	83	305	3167	10741	28,761	24,803
54	LOTEAMENTO SOUZA SANTOS	9	35	0	0	28,761	24,803
93	JARDIM OZANAN	2	10	0	0	28,761	24,803
95	LEAO XIII	7	31	0	0	28,761	24,803
98	LAGOINHA	18	70	1923	6522	28,761	24,803
99	RESIDENCIAL CARAJAS	6	31	0	0	28,761	24,803
39	SANTA MARIA	10	34	0	0	28,761	24,803
48	VILA PRESIDENTE VARGAS	1	4	0	0	28,761	24,803
47	BELO HORIZONTE	3	13	0	0	28,761	24,803
109	PAMPULHA	34	144	0	0	28,761	24,803
117	JARDIM XANGRILA	4	19	0	0	28,761	24,803
	<u>SARAIVA</u>	<u>177</u>	<u>696</u>	<u>5091</u>	<u>17263</u>	<u>28,761</u>	<u>24,803</u>
51	DONA ZULMIRA	43	145	941	3190	32,762	30,650
61	TAIAMAN	52	191	1962	6653	32,762	30,650
63	JARDIM PATRICIA	33	121	1553	5267	32,762	30,650
184	RESIDENCIAL ARUANAN	8	36	0	0	32,762	30,650
	<u>JARDIM PATRICIA - ZULMIRA - TAIAMAN</u>	<u>136</u>	<u>493</u>	<u>4456</u>	<u>15110</u>	<u>32,762</u>	<u>30,650</u>
52	JARDIM BRASILIA	129	478	3739	12679	26,898	24,811
83	JARDIM METRÓPOLE	9	30	0	0	26,898	24,811
53	INDUSTRIAL	1	3	0	0	26,898	24,811
	<u>JARDIM BRASILIA</u>	<u>139</u>	<u>511</u>	<u>3739</u>	<u>12679</u>	<u>26,898</u>	<u>24,811</u>
58	SAO JOSE	1	5	160	543	160,266	108,660
59	JARAGUA	91	342	2446	8293	26,299	23,763
56	VALEE	2	7	0	0	26,299	23,763
59	<u>JARAGUA</u>	<u>93</u>	<u>349</u>	<u>2446</u>	<u>8293</u>	<u>26,299</u>	<u>23,763</u>
60	LUIZOTE DE FREITAS	168	619	4962	16828	29,190	26,882
76	RESIDENCIAL NOSSO LAR	2	7	0	0	29,190	26,882
	<u>LUIZOTE DE FREITAS</u>	<u>170</u>	<u>626</u>	<u>4962</u>	<u>16828</u>	<u>29,190</u>	<u>26,882</u>
64	MARAVILHA	25	107	1222	4145	43,657	35,424
234	CONJ HABIT DONA MARIA	3	10	0	0	43,657	35,424

**Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia**  
 ----- Seção 2 – 04~23 - Metodologia Estatística -----

	REZENDE						
	MARAVILHA	<u>28</u>	<u>117</u>	<u>1222</u>	<u>4145</u>	<u>43.657</u>	<u>35.424</u>
65	RESIDENCIAL LIBERDADE	25	94	1159	3929	31,422	28,198
68	SANTA ROSA	37	157	1585	5374	31,422	28,198
94	CONJUNTO CRUZEIRO DO SUL	9	36	1090	3696	31,422	28,198
82	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	51	174	0	0	31,422	28,198
	SANTA ROSA - NSA DAS GRACAS	<u>122</u>	<u>461</u>	<u>3833</u>	<u>12999</u>	<u>31.422</u>	<u>28.198</u>
66	OLIVEIRA	5	19	0	0	27,226	24,516
175	VILA SATELITE	1	4	0	0	27,226	24,516
189	PACAEMBU II			0	0	27,226	24,516
96	VILA MARIA	8	36	0	0	27,226	24,516
69	PACAEMBU	80	295	2559	8679	27,226	24,516
	PACAEMBU	<u>94</u>	<u>354</u>	<u>2559</u>	<u>8679</u>	<u>27.226</u>	<u>24.516</u>
70	JARDIM INCONFIDENCIA	1	6	0	0	36,126	31,279
78	JARDIM KARAIBA	15	54	498	1688	36,126	31,279
79	JARDIM DAS ACACIAS	7	30	0	0	36,126	31,279
75	JARDIM INDAIÁ	1	4	0	0	36,126	31,279
85	MORADA DO SOL			138	469	36,126	31,279
112	MANSOES AEROPORTO			231	783	36,126	31,279
	JARDIM KARAIBA	<u>24</u>	<u>94</u>	<u>867</u>	<u>2940</u>	<u>36.126</u>	<u>31.279</u>
71	PLANALTO	151	532	4117	13962	25,414	24,324
77	TANCREDO NEVES	11	42	0	0	25,414	24,324
71	PLANALTO	<u>162</u>	<u>574</u>	<u>4117</u>	<u>13962</u>	<u>25.414</u>	<u>24.324</u>
72	CHACARAS TUBALINA E QUARTEL	<u>12</u>	<u>58</u>	<u>2076</u>	<u>7041</u>	<u>173.040</u>	<u>121.395</u>
73	SANTO INACIO	11	38	0	0	31,048	25,937
213	SÃO LUCAS	13	51	0	0	31,048	25,937
104	JARDIM DAS PALMEIRAS	76	317	3105	10530	31,048	25,937
	JARDIM DAS PALMEIRAS	<u>100</u>	<u>406</u>	<u>3105</u>	<u>10530</u>	<u>31.048</u>	<u>25.937</u>
74	TUBALINA	<u>89</u>	<u>312</u>	<u>2587</u>	<u>8773</u>	<u>29.069</u>	<u>28.118</u>
80	MORADA DA COLINA	14	53	446	1512	31,854	28,529
84	TOCANTINS - 1	<u>110</u>	<u>429</u>	<u>3270</u>	<u>11089</u>	<u>29.727</u>	<u>25.848</u>
86	ACLIMACAO	23	96	1525	5171	30,500	27,075
88	JARDIM IPANEMA II	9	31	0	0	30,500	27,075
108	JARDIM CALIFORNIA	15	54	0	0	30,500	27,075
173	AEROPORTO	3	10	0	0	30,500	27,075
	ACLIMACAO	<u>50</u>	<u>191</u>	<u>1525</u>	<u>5171</u>	<u>30.500</u>	<u>27.075</u>
87	JARDIM IPANEMA I	<u>33</u>	<u>138</u>	<u>1178</u>	<u>3993</u>	<u>35.685</u>	<u>28.934</u>
97	SANTO ANTONIO	2	11	0	0	34,183	30,715
163	SANTO ANTONIO II	2	4	0	0	34,183	30,715
191	CANAA	73	273	2540	8614	34,183	30,715
190	MANSOUR	73	279	2019	6845	34,183	30,715
121	JARDIM HOLANDA			484	1670	34,183	30,715
137	CH. PANORAMA I E II			85	287	34,183	30,715

Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia

9

----- Seção 2 – 04~23 - Metodologia Estatística -----

	CANAA - MANSOUR	150	567	5128	17416	34.183	30.715
102	CIDADE JARDIM	60	239	1637	5549	27.275	23.217
111	CONJUNTO SANTA LUZIA	71	307	1080	3662	15.212	11.929
114	GRANADA	82	288	2023	6859	21.986	21.302
124	DOS BURITIS	10	34	0	0	21.986	21.302
	GRANADA	92	322	2023	6859	21.986	21.302
115	RESIDENCIAL GRAMADO	16	58	716	2427	44.733	41.843
120	CONJUNTO ALVORADA	17	76	693	2349	40.754	30.907
128	PARQUE SAO JORGE I	117	431	5940	20142	27.562	24.200
156	PARQUE SÃO JORGE II	3	10	0	0	27.562	24.200
157	PARQUE SÃO JORGE III	10	46	0	0	27.562	24.200
131	RESIDENCIAL VIVIANE	12	47	0	0	27.562	24.200
183	PARQUE SAO JORGE IV	8	29	0	0	27.562	24.200
214	PARQUE DAS SERINGUEIRAS	47	191	0	0	27.562	24.200
198	PARQUE LARANJEIRAS	44	170	4065	13786	27.562	24.200
199	PARQUE DAS PAINEIRAS	9	32	0	0	27.562	24.200
212	JARDIM AURORA	68	266	0	0	27.562	24.200
215	PARQUE SAO GABRIEL	37	152	0	0	27.562	24.200
239	JARDIM DAS HORTENCIAS	8	28	0	0	27.562	24.200
	SAO JORGE - LARANJEIRAS	363	1402	10005	33928	27.562	24.200
132	MORADA NOVA I	18	52	0	0		
133	MORADA NOVA II	1	3	0	0		
165	MORADA NOVA VIII	1	4	0	0		
	MORADA NOVA	20	59	0	0		
192	PARQUE GUARANI	86	348	2382	8078	26.468	22.376
193	PARQUE GUARANI II	1	2	0	0	26.468	22.376
194	PARQUE GUARANI III	1	3	0	0	26.468	22.376
195	PARQUE GUARANI IV	2	8	0	0	26.468	22.376
	GUARANI	90	361	2382	8078	26.468	22.376
196	JARDIM DOS GRAVATAS	17	55	0	0		
197	RESIDENCIAL DOM ALMIR	86	377	738	2501	8.577	6.633
200	DISTRITO DE TAPUIRAMA	34	135	395	1407	11.623	10.424
201	DISTRITO DE CRUZ.DOS PEIXOTOS	11	46	107	264	9.683	5.732
202	DISTRITO DE MARTINESIA	5	15	89	317	17.719	21.106
203	DISTRITO DE MIRAPORANGA	3	8	47	154	15.595	19.225
208	MORUMBI	155	599	4030	13664	25.997	22.812
216	SHOPPING PARK I	16	73	615	2013	38.449	27.581
217	SHOPPING PARK II			0	0	38.449	27.581
222	PARQUE RESIDENC. DO CAMARU	3	13	0	0		
225	PRIMAVERA PARQUE	1	8	0	0		
236	FUNDINHO	1	2	1172	3973	1171.631	1986.435
174	ESPERANÇA	5	28	394	1336	78.839	47.724
	TOTAL	5458	20267	148617	503903		

O número de domicílios e de pessoas em cada bairro (colunas 5 e 6 da tabela 2.1) foi obtido através de uma projeção do DATASUS para o ano 2000 feita a partir de dados do FIBGE – Contagem Populacional de 1996. Essa projeção do número de pessoas e de domicílios por bairro baseou-se na projeção da população urbana através da taxa de crescimento geométrica média no período 91-96 e com uma distribuição *pro rata* da população e domicílios totais projetados de acordo com as participações relativas por bairro em 96. Para a nossa distribuição da população e número de domicílios por bairro empregou-se a mesma distribuição relativa de 1996, mas calculada em termos de números absolutos a partir de uma projeção para o ano de 2001 feita com base na taxa de crescimento geométrica média do período 1996-2000. A projeção da população foi feita com base nos valores da população urbana do Município. Para a projeção do número de domicílios procedeu-se de acordo com as seguintes etapas:

- 3) O FIBGE divulgou (ver Tabela 2.2) o total de domicílios ocupados (permanentes, coletivos e improvisados) e os domicílios particulares urbanos. O total de domicílios urbanos foi estimado acrescentando-se o número de domicílios coletivos e improvisados ao número de domicílios particulares permanentes urbanos. Esta hipótese de trabalho é bastante razoável na medida em que os domicílios particulares permanentes urbanos representam 97,08 % dos domicílios totais ocupados.
- 4) A partir destes valores, para o total de domicílios urbanos, elaborou-se a projeção para 2001, obtendo-se o número de 148.617.

TABELA 2.2 – EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DO NÚMERO DE DOMICÍLIOS – UBERLÂNDIA - MG

<b>Categoria</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>Taxa</b>	<b>2001</b>
Total de Domicílios ocupados (permanentes + coletivos + improvisados) urbanos e rurais	120674	144884	4,6771	151660
Domicílios particulares permanentes urbanos	117152	140665	4,6789	147247
Total de domicílios urbanos	118243	141975	4,6789	148617
Domicílios coletivos e improvisados	1091	1310	4,6795	1371

Os pesos das pessoas e dos domicílios<sup>3</sup> por bairro foram obtidos a partir da soma do número de pessoas e de domicílios por grupos de bairros na amostra e na população (Tabela 2.1). Os pesos são o resultado da divisão das somas

<sup>3</sup> A rigor, para o cálculo do sistema de ponderação das informações referentes a famílias deveria ser utilizado o número de famílias por bairro. Como esta informação não era disponível utilizou-se como

correspondentes à população (no numerador) e à amostra (no denominador). As linhas em negrito da Tabela 2.1 referem-se aos valores de agregados de bairros para os quais foi possível obter informações do Censo Demográfico e permitir o cálculo dos pesos. Desta forma, os pesos foram calculados a partir de informações demográficas referentes a bairros agregados, sendo que para os bairros pertencentes a cada grupo foi utilizado o mesmo peso.

A expansão dos resultados amostrais foi realizada utilizando os pesos da Tabela 2.1. Se uma informação refere-se ao nível de agregação *famílias* (por exemplo, tipo de domicílio, número de famílias com televisão), na expansão dos resultados foi utilizado o peso do domicílio. Se a informação refere-se ao nível de *pessoas* (por exemplo, distribuição da população por idade, escolaridade) utilizou-se o peso das pessoas.

O peso de cada domicílio (família) ou pessoa é igual ao inverso da fração de amostragem no bairro. Por exemplo, as pessoas na amostra que moram no bairro Santa Mônica terão peso igual a 19,728, porque no conjunto de bairros ao qual pertence o bairro Santa Mônica a amostra coletou informações referentes a 2.400 pessoas e a população do conjunto de bairros, em setembro de 2001, era igual a 47.347 pessoas. A fração amostral é igual a

$$f = \frac{2400}{47347} = 0,05068 \text{ e o peso é igual a } w = \frac{1}{f} = 19,728.$$

Se quisermos estimar o número de pessoas que trabalham, chamamos  $\hat{t}$  o estimador do total populacional, que é dado por:

$$\hat{t} = \sum_{i=1}^L w_i y_i = \sum_{i=1}^L \frac{N_i}{n_i} y_i$$

onde:

$\hat{t}$  é o estimador do total populacional com uma determinada característica (por exemplo, total populacional dos que trabalham);

$w_i$  é o peso do bairro  $i$  (em um total de  $L$  bairros);

$N_i$  é o número de pessoas do bairro  $i$  na população;

---

aproximação o número de domicílios (estimado e projetado) por bairro, obtido através de metodologia anteriormente descrita.

$n_i$  é o número de pessoas do bairro  $i$  na amostra;

$y_i$  é o número de pessoas com a característica do bairro  $i$  na amostra.

Diversos indicadores, tais como tamanho da população economicamente ativa, tamanho da população ocupada, número de pessoas com grau de instrução até determinado nível, número de pessoas abaixo da linha de pobreza, etc., foram estimados através desse método de expansão. A variância dessas estimativas pode ser estimada como:

$$\begin{aligned} \text{var}(\hat{\tau}) &= \sum_{i=1}^L \text{var}(w_i y_i) = \sum_{i=1}^L \left( \frac{N_i}{n_i} \right)^2 \text{var}(y_i) \\ &\cong \sum_{i=1}^L \left( \frac{N_i}{n_i} \right)^2 n_i \frac{y_i}{n_i} \left( 1 - \frac{y_i}{n_i} \right) = \sum_{i=1}^L \left( \frac{N_i}{n_i} \right)^2 \left( y_i - \frac{y_i^2}{n_i} \right) \end{aligned}$$

Alguns indicadores estimados através da amostra são estimadores do tipo razão, ou seja, baseiam-se em uma divisão de duas quantidades. Esse é o caso da estimativa da taxa de desocupação e da proporção de pobres. Vamos considerar o caso da estimativa da taxa de desocupação. O valor estimado para este indicador após a expansão dos resultados amostrais é igual a 12,42 % e o erro para esta estimativa é de 2,16 %. O valor estimado para a proporção de pobres e proporção de indigentes é igual a 43,33% e 10,67% com erros amostrais de 1,07% e 0,52%, respectivamente. Um resumo desses resultados é apresentado na Tabela 2.3, a seguir.

**TABELA 2.3 – ERROS AMOSTRAIS DOS PRINCIPAIS INDICADORES OBTIDOS PELA PESQUISA**

Indicador	Estimativa	Limite Inferior	Limite Superior	Erro Absoluto	Erro Relativo
População ocupada	201133	194809	207457	12648	6,29
População desocupada	28528	26819	30238	3419	11,98
PEA	229661	223488	235834	12346	5,38
Taxa de desocupação (%)	12,42	11,37	13,53	2,16	
População indigente	48013	45778	50247	4469	9,31
População pobre	194879	191095	198664	7569	3,88
proporção de pobres (%)	43,33	42,25	44,40	2,15	
proporção de indigentes (%)	10,67	10,15	11,19	1,04	

Notas: 1) As estimativas e os intervalos de confiança foram calculados usando o procedimento Surveymeans do programa estatístico SAS (ver seção 2.4)

2) Os intervalos para os estimadores de razão (taxa de desocupação, proporção de pobres e proporção de indigentes) foram calculados como: LIMINF (X/Y)= LIMINF(X)/LIMSUP(Y) e LIMSUP (X/Y) = LIMSUP(X)/LIMINF(Y).

### 2.3 – Erros Amostrais

Para a utilização adequada dos resultados da pesquisa amostral, é necessário considerar a ordem de grandeza dos erros amostrais. Estes erros variam dependendo da estimativa. As tabelas a seguir são as saídas executadas pelo programa SAS (procedimento Surveymeans) para o cálculo dos erros amostrais. Para o entendimento da Tabela 2.6, é apresentada na Tabela 2.7 uma legenda informando o significado de cada variável. A tabela indica como os erros amostrais (dados pela amplitude dos intervalos de confiança) variam de acordo com as estimativas. Observa-se, por exemplo, que a estimativa de ponto da proporção de pessoas com cor amarela (ID\_COR = 4) para a qual existem apenas 64 ocorrências amostrais é de 0,3114% e o intervalo de confiança de 95% de probabilidade para esta estimativa é [0,2299%; 0,3929%]. Já para a cor branca (ID\_COR = 5), a estimativa de ponto é de 53,67% e o intervalo de confiança é [52,54;54,82].

Na Tabela 2.6, além das estimativas de proporções populacionais para as variáveis qualitativas com nível de mensuração nominal (como cor, sexo, grau de instrução, parentesco, etc.) são também apresentadas as estimativas de totais populacionais com seus respectivos intervalos de confiança. Assim, por exemplo, a estimativa de ponto para o total de pessoas que nasceram em Uberlândia (UFNASC = 1) é 232.404, com intervalo de confiança de 95% de probabilidade [223230; 241579].

### 2.4 – Operacionalização das Definições e Conceitos Utilizados

Para o cálculo das taxas de desocupação foram empregadas as definições usuais de População Economicamente Ativa (PEA), População Inativa, População Ocupada, População Desocupada e População em Idade Ativa (PIA). As variáveis empregadas para a identificação desses grupos populacionais constam da Tabela 2.5, abaixo.

**TABELA 2.5** – VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS

Variável	Código da variável	Valores
Idade	nr_idade	
Trabalho?	id_traba	(S) Sim (N) Não (A) Aposentado (P) Pensionista
Procurou trabalho nos últimos 30 dias	Id_procu	1 - Sim 2 - Não 3 - Não declarou / Não sabe
Horas trabalhadas por semana	qt_horas	

Para a identificação das pessoas pertencentes aos grupos populacionais empregou-se as seguintes sintaxes lógicas:

\* Identificação direta da PEA

```
IF (nr_idade > 14) AND ((id_traba = "S") OR (id_traba = "N" AND id_procu = 1))
PEA = 1.
EXECUTE.
```

\* Identificação da PO (População Ocupada)

```
IF (nr_idade > 14) AND ((id_traba = "S" ))
PO = 1.
```

\* Identificação da PD (População Desocupada)

```
IF (nr_idade > 14) AND ((id_traba = "N" AND id_procu = 1))
PO = 0.
```

\* Identificação da PIA (População em Idade Ativa)

```
IF (nr_idade > 14)
PIA = 1.
```

\* Identificação da PNIA (População Não em Idade Ativa)

```
IF (nr_idade <= 14)
PIA = 0.
```

\* Identificação dos Inativos

```
IF nr_idade > 14 AND ((id_traba = "N" AND id_procu <> 1) OR (id_traba = "A")
OR (id_traba = "P") OR (id_traba = "ND/NS"))
INATIV = 1.
```

```
IF PEA = 1 INATIV = 0.
```

```
EXECUTE.
```

## ANEXO

### Metodologia

**TABELA 2.6** – ESTIMATIVAS PARA AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INTERVALOS DE CONFIANÇA

Variável	Tamanho amostra	Média	Erro padrão da média	Limite inferior de 95 % de probabilidade	Limite Superior de 95 % de probabilidade
NR_IDADE	20132	39,93671	0,747811	38,47094	41,40248
VR_RENDA	20132	787,104	7,455691	772,4902	801,7177
POB=0	10150	0,566743	0,005488	0,555986	0,577499
POB=1	7931	0,433257	0,005488	0,422501	0,444014
IND=0	16152	0,893258	0,002672	0,88802	0,898496
IND=1	1929	0,106742	0,002672	0,101504	0,11198
CD_SEXO=F	10343	0,510484	0,006108	0,498512	0,522456
CD_SEXO=M	9782	0,489207	0,006108	0,477235	0,50118
CD_SEXO=ND/NS	7	0,000309	0,000119	0,000075	0,000542
ID_COR=1	1459	0,070317	0,002093	0,066215	0,074419
ID_COR=2	8035	0,383477	0,00519	0,373304	0,393649
ID_COR=3	78	0,003594	0,000423	0,002764	0,004424
ID_COR=4	64	0,003114	0,000416	0,002299	0,003929
ID_COR=5	10449	0,53678	0,00582	0,525373	0,548186
ID_COR=6	47	0,002719	0,00043	0,001876	0,003562
ID_PAREN=1	5383	0,270261	0,005854	0,258787	0,281735
ID_PAREN=2	3925	0,190957	0,003496	0,184105	0,197809
ID_PAREN=3	8304	0,412284	0,005975	0,400573	0,423996
ID_PAREN=4	273	0,013242	0,00091	0,011458	0,015026
ID_PAREN=5	342	0,018203	0,001169	0,015912	0,020494
ID_PAREN=6	1654	0,082787	0,004638	0,073697	0,091877
ID_PAREN=7	242	0,011838	0,000826	0,01022	0,013457
ID_PAREN=9	9	0,000427	0,000148	0,000138	0,000716
ID_ESCOL=1	1966	0,094167	0,002394	0,089475	0,098858
ID_ESCOL=2	285	0,012906	0,000819	0,0113	0,014512
ID_ESCOL=3	228	0,010952	0,000804	0,009377	0,012528
ID_ESCOL=4	535	0,027486	0,001317	0,024905	0,030067
ID_ESCOL=5	9354	0,455604	0,005769	0,444297	0,466912
ID_ESCOL=6	1258	0,059215	0,001842	0,055604	0,062826
ID_ESCOL=7	1984	0,105131	0,005846	0,093673	0,116589
ID_ESCOL=8	2751	0,137039	0,004422	0,128371	0,145707
ID_ESCOL=9	723	0,035585	0,00149	0,032665	0,038505
ID_ESCOL=10	815	0,046028	0,004583	0,037045	0,055011
ID_ESCOL=11	75	0,008585	0,004476	0	0,017358
ID_ESCOL=12	158	0,007302	0,000614	0,006099	0,008506
V149=1	3497	0,173236	0,003332	0,166705	0,179767
V149=2	1156	0,056421	0,001822	0,05285	0,059992
V149=3	111	0,005748	0,000617	0,004538	0,006957

<b>Variável</b>	<b>Tamanho amostra</b>	<b>Média</b>	<b>Erro padrão da média</b>	<b>Limite inferior de 95 % de probabilidade</b>	<b>Limite Superior de 95 % de probabilidade</b>
V149=4	2253	0,111944	0,004337	0,103444	0,120445
V149=5	134	0,006835	0,000653	0,005556	0,008115
V149=6	79	0,003758	0,000458	0,00286	0,004655
V149=7	276	0,012701	0,000862	0,01101	0,014391
V149=8	602	0,033365	0,004525	0,024497	0,042234
V149=9	2662	0,133454	0,004453	0,124726	0,142182
V149=10	9362	0,462538	0,006068	0,450645	0,474431
FAIXETA=1	4666	0,227457	0,003871	0,219868	0,235045
FAIXETA=2	2220	0,11261	0,004727	0,103346	0,121875
FAIXETA=3	2095	0,105104	0,004301	0,096674	0,113534
FAIXETA=4	1650	0,081175	0,00226	0,076745	0,085604
FAIXETA=5	1466	0,072237	0,002128	0,068067	0,076408
FAIXETA=6	1545	0,079884	0,004641	0,070788	0,088981
FAIXETA=7	2697	0,13028	0,002834	0,124726	0,135834
FAIXETA=8	1698	0,082464	0,002246	0,078062	0,086866
FAIXETA=9	1896	0,099289	0,00586	0,087803	0,110775
FAIXETA=10	199	0,0095	0,000732	0,008065	0,010935
UFNASC=1	9225	0,461414	0,006259	0,449146	0,473682
UFNASC=2	173	0,009355	0,000848	0,007693	0,011016
UFNASC=3	969	0,046394	0,001679	0,043103	0,049685
UFNASC=4	1619	0,084679	0,004671	0,075523	0,093834
UFNASC=5	101	0,004946	0,000523	0,00392	0,005971
UFNASC=6	806	0,039496	0,001564	0,03643	0,042561
UFNASC=7	215	0,010236	0,000754	0,008757	0,011714
UFNASC=8	2073	0,101569	0,002535	0,096601	0,106538
UFNASC=44	4943	0,241912	0,003997	0,234077	0,249746
NR_IDADE	0,018725	20123622	427412	19285859	20961386
VR_RENDA	0,009472	3,97E+08	6928950	3,83E+08	4,1E+08
POB=0	0,009683	254921	4346,549	246401	263441
POB=1	0,012666	194879	1930,574	191095	198664
IND=0	0,002992	401788	4237,76	393482	410094
IND=1	0,025036	48013	1139,95	45778	50247
CD_SEXO=F	0,011965	257227	3791,207	249796	264658
CD_SEXO=M	0,012486	246506	4133,674	238403	254608
CD_SEXO=ND/NS	0,386507	155,5	60,08049	37,73732	273,2627
ID_COR=1	0,029763	35432	1007,17	33458	37406
ID_COR=2	0,013533	193229	1911,988	189482	196977
ID_COR=3	0,117784	1810,95	212,5373	1394,359	2227,541
ID_COR=4	0,133495	1569,13	208,9552	1159,561	1978,699
ID_COR=5	0,010842	270477	5235,653	260214	280739
ID_COR=6	0,158121	1370,05	216,3625	945,9618	1794,138
ID_PAREN=1	0,02166	136181	3465,63	129389	142974

**Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia**  
 ----- Seção 2 – 04~23 - Metodologia Estatística -----

<b>Variável</b>	<b>Tamanho amostra</b>	<b>Média</b>	<b>Erro padrão da média</b>	<b>Limite inferior de 95 % de probabilidade</b>	<b>Limite Superior de 95 % de probabilidade</b>
ID_PAREN=2	0,018307	96221	1527,205	93227	99214
ID_PAREN=3	0,014493	207745	3596,325	200696	214794
ID_PAREN=4	0,068744	6672,4	455,0873	5780,392	7564,408
ID_PAREN=5	0,064219	9172,26	585,5787	8024,478	10320
ID_PAREN=6	0,056018	41715	2479,44	36856	46575
ID_PAREN=7	0,069743	5965,27	412,4221	5156,889	6773,651
ID_PAREN=9	0,345674	215,07	74,31405	69,40838	360,7316
ID_ESCOL=1	0,025418	47449	1125,902	45243	49656
ID_ESCOL=2	0,06349	6503,05	407,9574	5703,42	7302,68
ID_ESCOL=4	0,047906	13850	652,7604	12570	15129
ID_ESCOL=5	0,012662	229573	2061,07	225534	233613
ID_ESCOL=6	0,031112	29838	884,9311	28103	31572
ID_ESCOL=7	0,055602	52974	3212,143	46678	59270
ID_ESCOL=8	0,032271	69052	2372,032	64403	73702
ID_ESCOL=9	0,041859	17931	734,197	16492	19370
ID_ESCOL=10	0,099567	23193	2399,69	18489	27897
ID_ESCOL=11	0,521398	4325,82	2274,262	0	8783,56
ID_ESCOL=12	0,084066	3679,52	307,2176	3077,348	4281,692
V149=1	0,019235	87292	1483,519	84384	90199
V149=2	0,032288	28430	879,8462	26705	30154
V149=3	0,107368	2896,25	310,0732	2288,481	3504,019
V149=4	0,038741	56407	2320,59	51859	60956
V149=5	0,09548	3444,22	327,5132	2802,267	4086,173
V149=6	0,12181	1893,43	229,9594	1442,691	2344,169
V149=7	0,067907	6399,71	430,6958	5555,511	7243,909
V149=8	0,135613	16812	2347,53	12211	21414
V149=9	0,033366	67246	2392,679	62556	71936
V149=10	0,013118	233067	3770,24	225677	240457
FAIXETA=1	0,01702	114613	1656,39	111366	117859
FAIXETA=2	0,041974	56743	2558,023	51729	61757
FAIXETA=3	0,04092	52961	2297,585	48457	57464
FAIXETA=4	0,027839	40903	1080,614	38785	43021
FAIXETA=5	0,029453	36400	1023,353	34394	38405
FAIXETA=6	0,058096	40253	2478,131	35395	45110
FAIXETA=7	0,02175	65646	1294,582	63109	68184
FAIXETA=8	0,027235	41553	1067,855	39459	43646
FAIXETA=9	0,059019	50031	3207,844	43743	56318
FAIXETA=10	0,077086	4786,92	366,319	4068,905	5504,935
UFNASC=1	0,013564	232404	4680,886	223230	241579
UFNASC=2	0,090626	4711,68	425,8361	3877,006	5546,354
UFNASC=3	0,036189	23368	819,4653	21762	24974
UFNASC=4	0,055161	42651	2499,414	37752	47550

<b>Variável</b>	<b>Tamanho amostra</b>	<b>Média</b>	<b>Erro padrão da média</b>	<b>Limite inferior de 95 % de probabilidade</b>	<b>Limite Superior de 95 % de probabilidade</b>
UFNASC=5	0,105773	2491,03	262,4427	1976,621	3005,439
UFNASC=6	0,039595	19893	768,1221	18388	21399
UFNASC=7	0,073687	5155,49	376,7968	4416,937	5894,043
UFNASC=8	0,024956	51158	1194,38	48817	53499
UFNASC=44	0,016523	121846	1683,21	118547	125145
FANT=1	5262	0,279076	0,007867	0,263655	0,294496
UFANT=2	271	0,015141	0,001074	0,013035	0,017247
UFANT=3	768	0,039724	0,001643	0,036504	0,042944
UFANT=4	1827	0,092106	0,002451	0,087302	0,09691
UFANT=5	121	0,007096	0,000699	0,005726	0,008466
UFANT=6	1174	0,058958	0,001926	0,055183	0,062733
UFANT=7	244	0,012276	0,000852	0,010606	0,013946
UFANT=8	3144	0,159807	0,003309	0,153321	0,166293
UFANT=44	6681	0,335816	0,004922	0,326169	0,345463
UFNASC=1	9225	0,461414	0,006259	0,449146	0,473682
UFNASC=2	173	0,009355	0,000848	0,007693	0,011016
UFNASC=3	969	0,046394	0,001679	0,043103	0,049685
UFNASC=4	1619	0,084679	0,004671	0,075523	0,093834
UFNASC=5	101	0,004946	0,000523	0,00392	0,005971
UFNASC=6	806	0,039496	0,001564	0,03643	0,042561
UFNASC=7	215	0,010236	0,000754	0,008757	0,011714
UFNASC=8	2073	0,101569	0,002535	0,096601	0,106538
UFNASC=44	4943	0,241912	0,003997	0,234077	0,249746
PEA=1	9161	1	0	1	1
PO=0	1147	0,124219	0,004085	0,116211	0,132227
PO=1	8014	0,875781	0,004085	0,867773	0,883789
PIA=0	4666	0,229638	0,003916	0,221961	0,237315
PIA=1	15267	0,770362	0,003916	0,762685	0,778039
INATIV=0	9161	0,639302	0,007751	0,624108	0,654495
INATIV=1	5129	0,360698	0,007751	0,345505	0,375892
UFANT=1	0,02819	136055	5076,47	126104	146005
UFANT=2	0,070963	7381,72	520,9191	6360,674	8402,766
UFANT=3	0,041353	19366	783,3113	17831	20902
UFANT=4	0,026608	44903	1121,943	42704	47103
UFANT=5	0,098496	3459,34	339,4856	2793,919	4124,761
UFANT=6	0,03267	28743	900,1949	26979	30508
UFANT=7	0,069395	5984,72	411,3691	5178,401	6791,039
UFANT=8	0,020705	77909	1453,885	75059	80759
UFANT=44	0,014656	163716	1831,18	160127	167306
UFNASC=1	0,013564	232404	4680,886	223230	241579
UFNASC=2	0,090626	4711,68	425,8361	3877,006	5546,354
UFNASC=3	0,036189	23368	819,4653	21762	24974

**Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia**  
 ----- Seção 2 – 04~23 - Metodologia Estatística -----

<b>Variável</b>	<b>Tamanho amostra</b>	<b>Média</b>	<b>Erro padrão da média</b>	<b>Limite inferior de 95 % de probabilidade</b>	<b>Limite Superior de 95 % de probabilidade</b>
UFNASC=4	0,055161	42651	2499,414	37752	47550
UFNASC=5	0,105773	2491,03	262,4427	1976,621	3005,439
UFNASC=6	0,039595	19893	768,1221	18388	21399
UFNASC=7	0,073687	5155,49	376,7968	4416,937	5894,043
UFNASC=8	0,024956	51158	1194,38	48817	53499
UFNASC=44	0,016523	121846	1683,21	118547	125145
PEA=1	0	229661	3149,056	223488	235834
PO=0	0,032887	28528	872,1073	26819	30238
PO=1	0,004665	201133	3226,269	194809	207457
PIA=0	0,017055	114613	1654,422	111370	117855
PIA=1	0,005084	384488	5178,91	374337	394639
INATIV=0	0,012125	229661	3461,618	222876	236447
INATIV=1	0,02149	129576	3578,662	122562	136591
NR_COMOD	5399	6.037444	0.042339	5.954442	6.120447
NR_DORMI	5375	2.489531	0.017230	2.455752	2.523309
NR_MEMBR	5415	3.714334	0.029058	3.657368	3.771299
TP_DOMIC=1	5112	0.936327	0.013100	0.910646	0.962008
TP_DOMIC=2	242	0.058849	0.013132	0.033106	0.084592
TP_DOMIC=3	42	0.004824	0.000939	0.002983	0.006665
TP_ESPEC=1	5347	0.992287	0.001153	0.990027	0.994547
TP_ESPEC=2	52	0.005573	0.000903	0.003802	0.007343
TP_ESPEC=3	10	0.002140	0.000716	0.000737	0.003543
TP_LOCAL=1	4767	0.887669	0.004817	0.878226	0.897113
TP_LOCAL=2	594	0.108692	0.004763	0.099355	0.118028
TP_LOCAL=3	46	0.003639	0.000638	0.002389	0.004889
TP_CONST=1	5359	0.995258	0.000895	0.993503	0.997014
TP_CONST=2	5	0.000531	0.000272	0	0.001065
TP_CONST=3	1	0.000057	0.000057843	0	0.000171
TP_CONST=4	42	0.003967	0.000830	0.002340	0.005594
TP_CONST=5	1	0.000186	0.000186	0	0.000550
TP_SITUA=1	4241	0.783161	0.007044	0.769351	0.796970
TP_SITUA=2	1080	0.201512	0.006798	0.188184	0.214839
TP_SITUA=3	84	0.015328	0.001815	0.011770	0.018886
TP_MORAD=1	3122	0.590750	0.009668	0.571796	0.609704
TP_MORAD=2	334	0.060431	0.003651	0.053274	0.067588
TP_MORAD=3	1272	0.224587	0.007102	0.210664	0.238510
TP_MORAD=4	645	0.119652	0.005137	0.109581	0.129723
TP_MORAD=5	28	0.004580	0.000981	0.002657	0.006502
ID_PORTA=1	464	0.080413	0.004098	0.072380	0.088445
ID_PORTA=2	4940	0.919587	0.004098	0.911555	0.927620
NR_COMOD	0.007013	893331	17544	858938	927725
NR_DORM	0.006921	366730	7565.639383	351899	381562

<b>Variável</b>	<b>Tamanho amostra</b>	<b>Média</b>	<b>Erro padrão da média</b>	<b>Limite inferior de 95 % de probabilidade</b>	<b>Limite Superior de 95 % de probabilidade</b>
NR_MEMBR	0.007823	551816	8174.413966	535790	567841
TP_DOMIC=1	0.013991	138618	1516.179112	135645	141590
TP_DOMIC=2	0.223140	8712.230000	2056.614552	4680.435021	12744
TP_DOMIC=3	0.194664	714.180000	138.505514	442.653265	985.706735
TP_ESPEC=1	0.001162	147283	2468.720196	142443	152123
TP_ESPEC=2	0.162048	827.160000	133.132992	566.165718	1088.154282
TP_ESPEC=3	0.334369	317.640000	106.130052	109.582355	525.697645
TP_LOCAL=1	0.005427	131688	2535.821874	126716	136659
TP_LOCAL=2	0.043817	16125	660.917678	14829	17420
TP_LOCAL=3	0.175232	539.850000	93.944025	355.681861	724.018139
TP_CONST=1	0.000900	147668	2466.214320	142833	152503
TP_CONST=2	0.512439	78.850000	40.377612	0	158.006384
TP_CONST=3	1.000265	8.580000	8.580000	0	25.400256
TP_CONST=4	0.209219	588.540000	122.712501	347.974067	829.105933
TP_CONST=5	1.000137	27.560000	27.560000	0	81.588702
TP_SITUA=1	0.008995	116130	2559.103472	111114	121147
TP_SITUA=2	0.033737	29881	920.921576	28076	31686
TP_SITUA=3	0.118398	2272.880000	267.013059	1749.426781	2796.333219
TP_MORAD=1	0.016366	87556	2596.336275	82466	92646
TP_MORAD=2	0.060411	8956.560000	525.432088	7926.501152	9986.618848
TP_MORAD=3	0.031623	33286	937.467071	31448	35124
TP_MORAD=4	0.042933	17734	716.369485	16329	19138
TP_MORAD=5	0.214135	678.740000	144.982356	394.516097	962.963903
ID_PORTA=1	0.050957	11926	579.370706	10790	13061
ID_PORTA=2	0.004456	136380	2515.425541	131449	141312

TABELA 2.7 – LEGENDA DAS VARIÁVEIS

<b>Código da variável</b>	<b>Variável</b>	<b>Valores</b>
NR_IDADE	idade	
VR_RENDA	renda	
POB=0	pobre	nao pobre
POB=1		pobre
IND=0	indigente	nao indigente
IND=1		indigente
CD_SEXO=F	sexo	feminino
CD_SEXO=M		masculino
CD_SEXO=ND/NS		
ID_COR=1	cor	negro
ID_COR=2		parda
ID_COR=3		indígena
ID_COR=4		amarela
ID_COR=5		branca
ID_COR=6		ns/nd
ID_PAREN=1	grau de parentesco	responsável ou chefe de família
ID_PAREN=2		cônjuge
ID_PAREN=3		filho (a)
ID_PAREN=4		pais
ID_PAREN=5		irmãos
ID_PAREN=6		outro parentesco
ID_PAREN=7		sem relação
ID_PAREN=9		
ID_ESCOL=1	escolaridade	analfabeto
ID_ESCOL=2		analfabeto funcional
ID_ESCOL=3		lê e escreve (sem escolaridade)
ID_ESCOL=4		pré escola
ID_ESCOL=5		primeiro grau incompleto
ID_ESCOL=6		primeiro grau completo
ID_ESCOL=7		segundo grau incompleto
ID_ESCOL=8		segundo grau completo
ID_ESCOL=9		superior incompleto
ID_ESCOL=10		superior completo
ID_ESCOL=11		pós-graduação
ID_ESCOL=12		ns/nd
V149=1	situação de trabalho	permanente c/ carteira assinada
V149=2		permanente s/carteira assinada
V149=3		empregador
V149=4		conta-própria
V149=5		temporário c/ contrato
V149=6		temporário s/contrato
V149=7		trabalhador eventual ("bico")

<b>Código da variável</b>	<b>Variável</b>	<b>Valores</b>
V149=8		funcionário público
V149=9		ns/nd
V149=1		
FAIXETA=1	faixa etaria	10 a 14 anos
FAIXETA=2		15 a 19 anos
FAIXETA=3		20 a 24 anos
FAIXETA=4		25 a 29 anos
<b>Código da variável</b>	<b>Variável</b>	<b>Valores</b>
FAIXETA=5		30 a 34 anos
FAIXETA=6		34 a 39 anos
FAIXETA=7		40 a 49 anos
FAIXETA=8		50 a 59 anos
FAIXETA=9		60 anos ou mais
FAIXETA=10		ignorada ns/nd
UFNASC=1	município de nascimento	uberlândia
UFNASC=2		região norte
UFNASC=3		região nordeste
UFNASC=4		minas gerais s/ uberlândia triângulo mineiro
UFNASC=5		espírito santo e rio de janeiro
UFNASC=6		são paulo
UFNASC=7		região sul
UFNASC=8		região centro-oeste
UFNASC=44		triângulo mineiro
UFANT=1	município anterior do chefe da família	uberlândia
UFANT=2		região norte
UFANT=3		região nordeste
UFANT=4		minas gerais s/ uberlândia triângulo mineiro
UFANT=5		espírito santo e rio de janeiro
UFANT=6		são paulo
UFANT=7		região sul
UFANT=8		região centro-oeste
PEA=1	população economicamente ativa	
PO=0	população ocupada	não população ocupada
PO=1		população ocupada
PIA=0	população em idade ativa	não população em idade ativa
PIA=1		população em idade ativa
INATIV=0	inativos	não inativos
INATIV=1		inativos
NR_COMOD	número de cômodos	
NR_DORMI	número de dormitórios	
NR_MEMBR	número de membros da família	

<b>Código da variável</b>	<b>Variável</b>	<b>Valores</b>
TP_DOMIC=1	tipo de domicílio	casa
TP_DOMIC=2		apartamento
TP_DOMIC=3		cômodo
TP_ESPEC=1	espécie do domicílio	particular permanente
TP_ESPEC=2		particular improvisado
TP_ESPEC=3		coletivo
TP_LOCAL=1	localização	isolado ou comdomínio
TP_LOCAL=2		conjunto popular
TP_LOCAL=3		aglomerado sub-normal
TP_CONST=1	tipo de construção	alvenaria
TP_CONST=2		madeira aparelhada
TP_CONST=3		taipa
TP_CONST=4		material aproveitado
TP_CONST=5		outros
<b>Código da variável</b>	<b>Variável</b>	<b>Valores</b>
TP_SITUA=1	situação da construção	completa
TP_SITUA=2		incompleta
TP_SITUA=3		não identificada
TP_MORAD=1	tipo de moradia	própria
TP_MORAD=2		cedida ou emprestada
TP_MORAD=3		alugada
TP_MORAD=4		financiada
TP_MORAD=5		nd/ns
ID_PORTA=1	deficiente físico	sim
ID_PORTA=2		não

### **3 – DINÂMICA DEMOGRÁFICA**

#### **E CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO**

*Adir A. Juliano  
Heladio José de Campos Leme  
Luiz Bertolucci Junior  
Ester William Ferreira*

#### **3.1 – Evolução Populacional Recente e Perfil Demográfico**

Com 500.488 habitantes, em 2000, Uberlândia tornou-se o terceiro município de Minas Gerais, atrás de Belo Horizonte (2.229.697 habitantes) e Contagem (536.408), apenas, pois superou Juiz de Fora em mais de 50.000 pessoas<sup>1</sup>. Seu ritmo de crescimento foi de 6,69% a.a., na década de 70, de 3,90% na década seguinte e de 3,54% entre 1991 e 2000, muito mais elevado que a média estadual (1,4% a.a., entre 1991/2000) e a brasileira (1,6% a.a., no mesmo período).

Comparado aos municípios mais importantes de seu entorno, é também o que tem crescido mais rapidamente, distanciando-se progressivamente dos vizinhos. Uberaba fornece um exemplo claro desse distanciamento: em 1970, aí foram recenseados 126,6 mil habitantes, quase 400 a mais que Uberlândia; 30 anos depois, no entanto, abriga não muito mais que a metade da população uberlandense.

Trata-se de crescimento basicamente urbano, pois em 1970 quase 90% dos habitantes já estavam urbanizados e desde 1991 a taxa de urbanização é de 97,6%. Com a área rural esparsamente povoada, mesmo sua taxa de crescimento anual fortemente negativa (-3,54%), nos anos 70, pouco representou em perda absoluta de população (4 mil pessoas). Analogamente, o crescimento médio anual da década de 90 (3,62%), positivo e até ligeiramente superior ao urbano, tem pouco significado em quantidade absoluta, já que se refere a um contingente de menos de 1% da população total de 2000: somente 3,3 mil pessoas a mais, em 9 anos. Para a área urbana, entretanto, as taxas elevadas têm forte efeito em acréscimo absoluto. Partindo dos mais de 112,5 mil habitantes, em 1970, grande parte deles concentrados na sede municipal, em 1980 o contingente havia mais que dobrado, repetindo-se o movimento daí até 2000.

---

<sup>1</sup> Dados preliminares divulgados pelo IBGE em junho de 2001.

Em outras palavras, a cidade de Uberlândia, na data do último Censo Populacional, abrigava população superior a quatro cidades iguais à Uberlândia de 1970. Pode-se facilmente concluir que é muito difícil para o poder público acompanhar o crescimento das demandas geradas por essa multiplicação do número de moradores: educação, saúde, transportes, habitação, lazer, segurança, etc. Sobretudo com o grau de exclusão social que os resultados da pesquisa de campo confirmam, pois são as pessoas e famílias excluídas que mais dependem das políticas públicas para sua inserção e garantia de um mínimo de qualidade de vida.

TABELA 3.1– MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
 POPULAÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, TAXAS DE URBANIZAÇÃO E DE CRESCIMENTO  
 1970 – 2000

Ano	População			Taxas de Urbanização (%)	Taxas de Crescimento Anual (%)		
	Urbana	Rural	Total		Urbana	Rural	Total
<b>1970</b>	112.662	13.450	126.112	89,33	-	-	-
<b>1980</b>	231.583	9.384	240.967	96,11	7,47	-3,54	6,69
<b>1991</b>	358.166	8.896	367.062	97,58	4,04	-0,48	3,90
<b>2000</b>	488.270	12.218	500.488	97,56	3,54	3,62	3,54

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991 (Microdados) e Resultados Preliminares do Censo Demográfico 2000.

Dinâmica de evolução demográfica com esse contorno caracteriza, naturalmente, um município que é grande receptor de correntes migratórias. Mais exatamente, a cidade é um núcleo que exerce forte polaridade sobre uma ampla região, que ultrapassa os limites estaduais, como foi constatado em alguns estudos<sup>2</sup>, daí a atratividade para os migrantes.

Dessa forma, não é motivo de grande surpresa constatar um elevado percentual de pessoas não naturais do Município compondo a população. Em 1991 (últimos dados disponíveis), mais de 50% da população residente não era nascida em Uberlândia, e dos quase 360 mil migrantes, conforme a Tabela a seguir, perto de dois terços eram nascidos em outros municípios mineiros.

<sup>2</sup> IPEA/UNICAMP.IE.NESUR/IBGE (1999).

TABELA 3.2 – MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
 POPULAÇÃO URBANA SEGUNDO A NATURALIDADE - 1991

Naturalidade	Freqüência	Freq./Subtotal (%)	Freq./Total (%)
<b>MG exceto Uberlândia</b>	113.515	62,63	31,69
<b>Outros Estados</b>	66.946	36,94	18,69
<b>Exterior</b>	775	0,43	0,22
<b>Subtotal</b>	181.236	100,00	50,6
<b>Uberlândia</b>	176.929	-	49,40
<b>Total</b>	358.165	-	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991 (Microdados).

A continuidade dos fluxos migratórios é atestada pela Contagem da População de 1996, que também mostra que quase metade do contingente que aqui chegou nos 5 anos anteriores é proveniente de outros municípios do Estado de Minas Gerais, 20% do Estado de Goiás e 11% de São Paulo.

A distribuição dos habitantes segundo o sexo mostra predomínio de mulheres. É interessante observar que, entre 1970 e 80, houve aumento da Razão de Sexo, ou seja, da quantidade de homens para grupos de 100 mulheres. Esse é um período de maior crescimento populacional, portanto de fluxo migratório mais intenso, e o componente masculino parece ter sido mais expressivo. Nos períodos seguintes, mesmo reduzindo-se, as Razões de Sexo da população urbana não retornaram ao patamar encontrado em 1970, pois o crescimento populacional foi maior entre pessoas do sexo masculino. De qualquer forma, as variações foram de pouca monta, sem fugir ao padrão do Estado e do País.

TABELA 3.3 - MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
 POPULAÇÃO URBANA SEGUNDO O SEXO E RAZÕES DE SEXO - 1970 – 2000

Anos	População Urbana		Razões de Sexo
	Homens	Mulheres	
<b>1970</b>	54.640	58.022	94,17
<b>1980</b>	114.260	117.323	97,39
<b>1991</b>	175.637	182.529	96,22
<b>2000<sup>(*)</sup></b>	245.139	254.956	96,15

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991 (Microdados) e Resultados Preliminares do Censo Demográfico 2000.

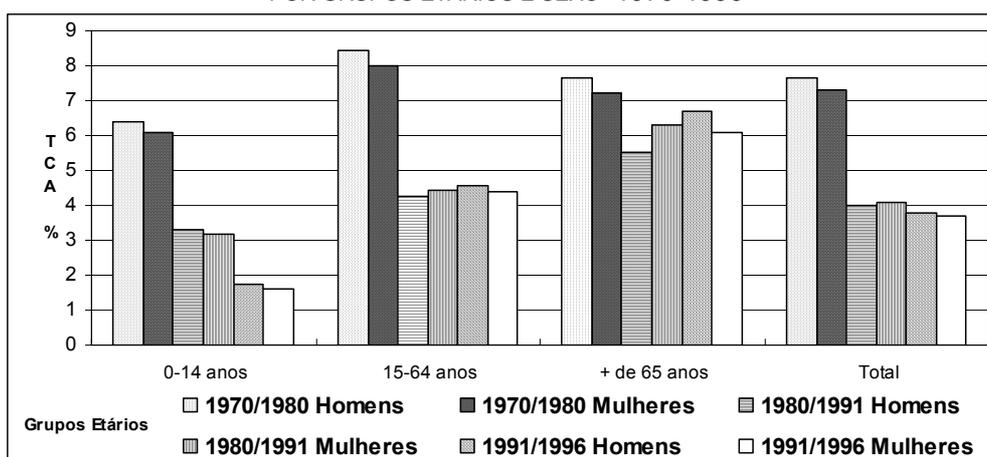
(\*) - Dados referentes à população total do Município.

As taxas geométricas de crescimento médio anual por grandes grupos etários, na área urbana de Uberlândia (Gráfico 3.1), reafirmam o cenário de uma cidade receptora de migrantes. O expressivo crescimento populacional da cidade, entre 1970 e 1996 deveu-se, em maior medida, à rápida expansão do grupo mais propenso aos movimentos migratórios, com idade entre 15 e 64 anos: taxas anuais acima de 8%. No período, esse grupo passou de 58,62% para 67,56% da população urbana.

Também a população com idade de 65 anos ou mais ganhou proporções maiores, e crescimento mais uniforme, embora permanecendo um grupo ainda pouco numeroso.

Em contrapartida, o conjunto de crianças e jovens até 14 anos teve sua participação reduzida em 10 pontos percentuais, de 38,04% para 28,12%, nos mesmos anos, dado o aumento mais lento de seu contingente (ver Tabela 3.4).

GRÁFICO 3.1 – MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
 TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA  
 POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXO -1970-1996



FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e Contagem da População de 1996 (Microdados).

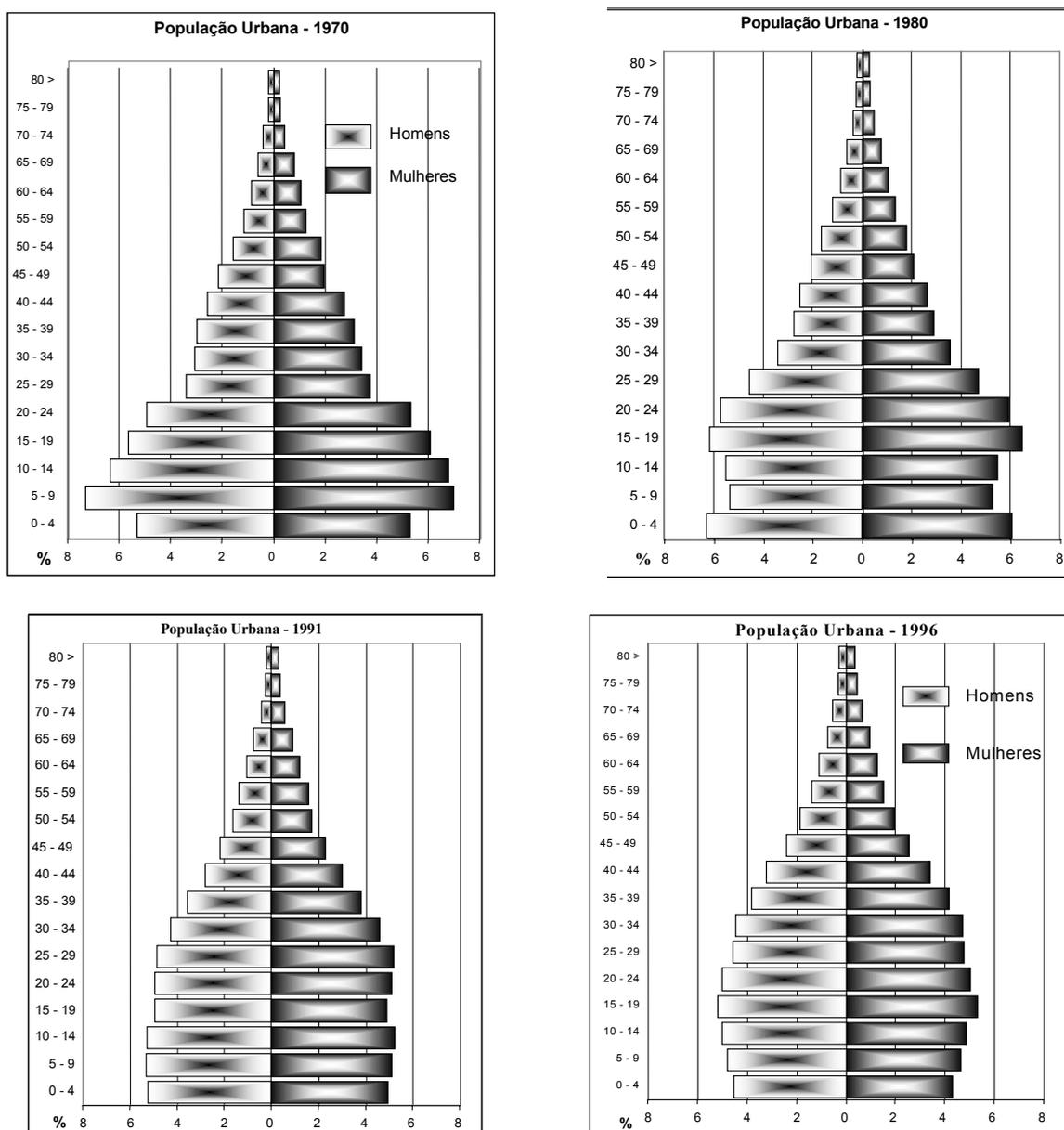
TABELA 3.4 – MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
 TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXO  
 1970-1996

Grupo Etário	Em %					
	1970/1980		1980/1991		1991/1996	
	H	M	H	M	H	M
0-14 anos	6,39	6,07	3,29	3,16	1,74	1,63
15-64 anos	8,43	8,01	4,28	4,43	4,58	4,40
+ de 65 anos	7,67	7,20	5,53	6,30	6,70	6,09
Total	7,66	7,29	3,99	4,10	3,77	3,68

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e Contagem da População de 1996 (Microdados).

A elaboração de pirâmides etárias fornece retratos mais esclarecedores da alteração no perfil etário da população: a mudança é por demais marcante. Como se observa no Gráfico 3.2, as faixas de idade mais baixas vão perdendo espaço ao longo do período, modificando o traçado da pirâmide que passa a ter sua base progressivamente estreitada. Em 1996 a faixa de idade de 15 a 19 anos já se tornara a mais numerosa dentre todas.

GRÁFICO 3.2 – MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO URBANA – 1970/1996



FONTE: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991 (Microdados) e Contagem da População de 1996.

A continuar essa tendência, a faixa etária de maior expressão poderá ser a de 20 a 24 anos, em 2000. A desaceleração do crescimento da população de menor idade, fruto da queda da fecundidade, tende a provocar o contínuo aumento relativo das faixas etárias seguintes. É como uma onda, cuja crista progride para idades mais altas, batizada de “onda jovem”<sup>3</sup>.

Fruto da diferenciada evolução etária da população, as Taxas de Dependência<sup>4</sup> também vão sendo alteradas (ver Tabela 3.5). A Taxa de Dependência Total se contraiu, e, em 1996, tornara-se um terço menor que a de 1970, quase exclusivamente pela redução na proporção de jovens com menos de 15 anos de idade, o que também levou a Taxa de Dependência de Jovens de 0,66 para 0,42, no período. Como as pessoas com 65 anos ou mais ainda compõem um contingente sem muita expressividade, sua forte taxa de crescimento pouco influenciou a Taxa de Dependência de Idosos. Entretanto, perdurando as atuais tendências, essa taxa deve passar a crescer com maior velocidade.

TABELA 3.5 – MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
 POPULAÇÃO URBANA – TAXAS PARCIAIS E TOTAL DE DEPENDÊNCIA - 1970 – 1996

Ano	Taxas de Dependência		
	Jovens (TDJ)	Idosos (TDI)	Total (TD)
1970	0,66	0,05	0,71
1980	0,54	0,05	0,59
1991	0,48	0,06	0,54
1996	0,42	0,06	0,48

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991 (Microdados) e Contagem da População de 1996.

<sup>3</sup> Ver Madeira, F. & Bercovich, A. (1992), A Onda Jovem e seu Impacto na População Economicamente Ativa Masculina em São Paulo. Revista Planejamento e Políticas Públicas, RJ: n.8, RJ, jan./dez. 1992, *apud* Baeninger, R. (1998: 23).

<sup>4</sup> A Taxa de Dependência dos Jovens (TDJ) é a relação entre o número de habitantes com 0 a 14 anos de idade e o número de habitantes entre 15 e 64 anos; a Taxa de Dependência dos Idosos (TDI) é a relação entre o número de idosos (65 anos ou mais) e o número de habitantes com idade entre 15 e 64 anos. A Taxa de Dependência Total é o resultado da soma das outras duas Taxas de Dependência.

## 3.2 – Resultados da Pesquisa de Campo

Os dados da pesquisa, cujos resultados estão apresentados a seguir, permitem um melhor detalhamento de certas características demográficas pouco exploradas da cidade de Uberlândia.

Antes, porém, uma ressalva quanto ao método. Na análise da população estimada, com base nos dados colhidos no trabalho de campo, esteve sempre presente a necessidade de organizar as informações a partir de uma divisão inicial, em dois conjuntos distintos: o primeiro, formado por pessoas nascidas em Uberlândia (os “naturais do Município”); o outro, complementar, composto por pessoas não naturais do Município, os “migrantes”<sup>5</sup>, cuja importância na dinâmica populacional já foi suficientemente realçada. A distribuição desses dois contingentes, na proporção aproximada de 48% de naturais e 52% de não naturais, aqui utilizada, é resultado do procedimento estatístico de expansão da amostra já descrita no item metodológico. Esse critério de seleção perpassa toda a análise aqui empreendida, que privilegia o delineamento do perfil da população migrante, pois sob vários aspectos, é ele que contribui mais decisivamente para as características específicas da população do município.

De acordo com o local de nascimento, a população não uberlandense é proveniente, principalmente, do próprio Estado de Minas Gerais, pois 41,2% dentre eles são pessoas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e mais 16,6% nasceram nos demais municípios mineiros, totalizando quase 60% dos não naturais. A eles se seguem os goianos, 17,9%, e os paulistas, 7,9%. Em sua maioria, portanto, trata-se de pessoas originárias da área de influência do Município de Uberlândia.

### 3.2.1 – Origem Geográfica dos Responsáveis Familiares

A pesquisa de campo permite, também, detalhar a origem geográfica dos responsáveis familiares, de acordo com o local de nascimento e de última residência. É preciso atentar, antes de mais nada, para o fato de que está sendo considerada uma

---

<sup>5</sup> Os migrantes de retorno – pessoas nascidas em Uberlândia, que viviam na cidade no momento da pesquisa de campo mas haviam residido em outros Municípios durante parte de suas vidas – serão objeto de análise específica.

só pessoa de cada grupo familiar (GF), seu chefe; em conjunto, eles representam 27% da população urbana total. Os responsáveis não naturais, aqui focados, somam 87,5 mil pessoas (ver Tabela 3.6), ou 19,5% dos habitantes urbanos, mas, dada sua posição nos GF, deve-se considerar que são eles os prováveis tomadores de decisão quanto aos deslocamentos familiares, portanto suas motivações são fundamentais para explicar os movimentos migratórios. Há que se ter em conta, ainda, que a maioria pertence a grupos etários em que a migração é mais incidente.

Com os dados da Tabela 3.6, resultante do cruzamento entre a idade atual e o tempo de residência em Uberlândia, é possível verificar que quase 85% dos responsáveis não naturais chegaram ao Município com idade igual ou superior a 15 anos, sendo que o grupo etário mais importante é o de 15 a 44 anos: quase  $\frac{3}{4}$  chegaram em idades aí agrupadas.

TABELA 3.6 – RESPONSÁVEIS FAMILIARES NÃO NATURAIS DE UBERLÂNDIA  
IDADE DE CHEGADA AO MUNICÍPIO

Faixa Etária	C%
0 a 14	16,6
15 a 24	27,3
25 a 34	24,6
35 a 44	15,9
45 a 54	7,5
55 a 64	2,9
65 ou mais e ignorada	5,2
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Levando em conta o local de residência anterior, e não mais o de nascimento, constata-se que, dentre os 87,5 mil responsáveis não naturais, 44% são provenientes de algum dos 65 municípios componentes da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 21% do Estado de Goiás e 13% dos demais municípios de Minas Gerais. Os resultados da Tabela 3.7 refletem a interação migratória da cidade de Uberlândia com as áreas mais próximas, principalmente o TMAP e o vizinho Estado de Goiás, conforme já foi observado para os locais de nascimento.

TABELA 3.7 – RESPONSÁVEIS FAMILIARES NÃO NATURAIS DE UBERLÂNDIA  
 LOCAL DE ÚLTIMA RESIDÊNCIA

Local de última residência	Total	
	Frequência	C%
<b>TMAP</b>	38.296	43,8
<b>Goiás</b>	18.189	20,8
<b>MG (-TMAP)</b>	11.510	13,2
<b>São Paulo</b>	7.735	8,8
<b>Nordeste</b>	4.781	5,5
<b>Centro-Oeste (-GO)</b>	2.743	3,1
<b>Norte</b>	1.803	2,1
<b>Sul</b>	1.370	1,6
<b>Total</b>	87.461	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

A Tabela 3.8, seguinte, detalha o deslocamento dos responsáveis não naturais, discriminando os que vieram diretamente dos municípios em que nasceram (portanto esse pode ter sido seu único deslocamento) daqueles que realizaram ao menos uma outra etapa migratória.

Do total de responsáveis considerados, há praticamente metade deles em cada um dos dois casos citados, notando-se que, entre os provenientes do TMAP, há maioria de pessoas que provavelmente migraram uma única vez, resultado que foi também obtido para os que vieram da Região Nordeste. Por outro lado, e excetuados os demais mineiros, a maioria dos que aqui chegaram de outras regiões realizaram ao menos outra etapa migratória em seu percurso.

TABELA 3.8 – RESPONSÁVEIS FAMILIARES NÃO NATURAIS DE UBERLÂNDIA  
 LOCAL DE ÚLTIMA RESIDÊNCIA, CONSIDERANDO O LOCAL DE NASCIMENTO

Local de última residência	Mesmo Local de Nascimento		Local de Nascimento Diferente		Total	
	Frequência	L%	Frequência	L%	Frequência	L%
<b>TMAP</b>	23.022	60,1	15.274	39,9	38.296	100,0
<b>Goiás</b>	7.099	39,0	11.090	61,0	18.189	100,0
<b>MG (-TMAP)</b>	5.837	50,7	5.673	49,3	11.510	100,0
<b>São Paulo</b>	2.649	34,2	5.086	65,8	7.735	100,0
<b>Nordeste</b>	2.898	60,6	1.883	39,4	4.781	100,0
<b>Centro-Oeste (-GO)</b>	486	17,7	2.257	82,3	2.743	100,0
<b>Norte</b>	470	26,1	1.333	73,9	1.803	100,0
<b>Sul</b>	483	35,3	887	64,7	1.370	100,0
<b>ES e RJ</b>	297	28,7	737	71,3	1.034	100,0
<b>Total</b>	43.241	49,4	44.220	50,6	87.461	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

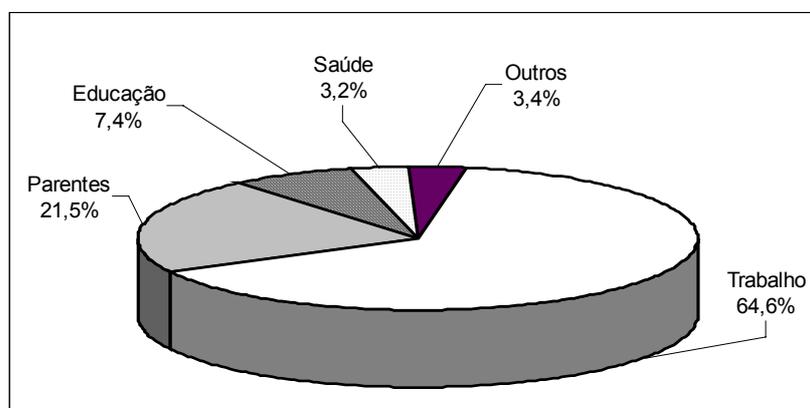
### 3.2.2 – Motivos da Mudança para Uberlândia

Nas indagações sobre os motivos da vinda dos responsáveis para Uberlândia, foram fornecidas as opções de resposta Trabalho, Saúde, Educação, Parentes e Outros motivos. “*Trabalho*” abrangia respostas como, por exemplo, procura por ocupação ou transferência de local de trabalho, dentro da mesma empresa; “*Saúde*” abrangia busca de atendimento médico não disponível no município de origem ou clima mais adequado, entre as mais citadas, e, no item “*Educação*”, o acesso a serviços de educação básica, de segundo grau ou superior. O item “*Parentes*”, por sua vez, expressou, como principais respostas: “trazido pela família, que para cá se mudou”, ou “procurou ficar mais próximo(a) de familiares que aqui residiam”.

Além delas, havia ainda a alternativa “*Sempre Morou*”, a ser assinalada para os responsáveis naturais de Uberlândia, de modo a não deixar respostas em branco no questionário da pesquisa. Entretanto, constatou-se que muitos migrantes que chegaram jovens à cidade deram preferência a essa alternativa. Por essa razão, o número de responsáveis não naturais aqui considerados é menor que seu total, uma vez que dele estão excluídos os migrantes que deram essa resposta.

Na agregação dos resultados, constatou-se que os motivos de mudança mais alegados foram trabalho (64,6%), parentes (21,5%) e educação (7,4%). Saúde e outros motivos atingiram percentuais pouco acima de 3%, conforme Gráfico 3.3.

GRÁFICO 3.3 – RESPONSÁVEIS FAMILIARES NÃO NATURAIS DE UBERLÂNDIA  
MOTIVOS DA MUDANÇA PARA UBERLÂNDIA



Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando as razões de mudança por gênero, verifica-se que o motivo trabalho é o predominante para ambos os sexos. Entre as mulheres, porém, o percentual é menor que entre os homens, pois, para elas, razões familiares e de educação recebem mais ênfase que a conferida pelos responsáveis do sexo masculino.

TABELA 3.9 – RESPONSÁVEIS FAMILIARES NÃO NATURAIS DE UBERLÂNDIA  
 MOTIVOS DA MUDANÇA PARA UBERLÂNDIA, DE ACORDO COM O SEXO

Sexo	Trabalho		Parentes		Educação		Saúde		Outros		Total	
	Fre- quência	% L	Fre- quência	% L	Fre- quência	% L	Fre- quência	% L	Fre- quência	% L	Fre- quência	% L
<b>Masculino</b>	42.846	68,0	12.035	19,1	4.285	6,8	1.827	2,9	2.016	3,2	63.009	100,0
<b>Feminino</b>	13.693	56,0	6.749	27,6	2.152	8,8	929	3,8	929	3,8	24.452	100,0
<b>Total</b>	56.539	64,6	18.784	21,5	6.437	7,4	2.756	3,2	2.945	3,4	87.461	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Quando o motivo de mudança é analisado em relação ao tempo de residência no Município, é possível perceber que, também sob essa ótica, o trabalho foi sempre a razão maior para a vinda a Uberlândia, o que se conecta à própria origem das correntes migratórias, comprovando a continuidade da atração que a cidade exerce sobre migrantes em busca de trabalho. Entretanto, desde os anos 90, há duas outras variáveis que se alteraram: houve menor indicação dos parentes, ao passo que cresceu a parcela dos que vieram em busca de educação, indicando que Uberlândia definitivamente se consolidou como um pólo regional na área educacional.

TABELA 3.10 – RESPONSÁVEIS FAMILIARES NÃO NATURAIS DE UBERLÂNDIA  
 MOTIVOS DE MUDANÇA PARA UBERLÂNDIA DE ACORDO COM O TEMPO DE RESIDÊNCIA

Anos de Residência	Trabalho		Parentes		Educação		Saúde		Total		Outros	
	Fre- quência	% L	Fre- quência	% L	Fre- quência	% L	Fre- quência	% L	Fre- quência	% L	Fre- quência	% L
<b>0 a 4</b>	6.909	66,1	1.735	16,6	1.307	12,5	303	2,9	10.452	100,0	199	1,9
<b>5 a 9</b>	9.238	70,5	1.882	14,4	951	7,3	556	4,2	13.110	100,0	436	3,3
<b>10 a 20 anos</b>	18.882	64,4	6.330	21,6	1.758	6,0	1.264	4,3	29.299	100,0	969	3,3
<b>Mais de 20</b>	21.388	61,8	8.766	25,3	2.404	6,9	614	1,8	34.600	100,0	1.313	3,8
<b>Total</b>	56.397	64,5	18.706	21,4	6.413	7,3	2.739	3,1	87.461	100,0	2.913	3,3

Fonte: Pesquisa de campo.

Por fim, ao cruzar as motivações com o local de última residência dos responsáveis não naturais (Tabela 3.11), percebe-se que, ainda mantendo-se, para o conjunto, a grande busca de trabalho, os responsáveis procedentes dos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro e da Região Norte apresentaram motivos familiares com percentual mais forte que aqueles dos demais Estados e Regiões. Também as razões ligadas a Educação são expressivas quando considerados as áreas

polarizadas por Uberlândia (8,5% para o Triângulo e Estado de Minas Gerais), reforçando a observação feita acima com respeito à sua centralidade.

TABELA 3.11 – RESPONSÁVEIS FAMILIARES NÃO NATURAIS DE UBERLÂNDIA  
 MOTIVOS DE MUDANÇA PARA UBERLÂNDIA DE ACORDO COM O LOCAL DE ÚLTIMA RESIDÊNCIA

Local de Última Residência	Trabalho	Parentes	Educação	Saúde	Outros	Total	Freq
	% L	% L	% L	% L	% L	% L	
Norte	45,9	37,9	3,2	11,3	1,8	100,0	1.803
Nordeste	68,7	20,7	2,2	4,6	2,0	100,0	4.781
MG (- Udi e TMAP)	68,8	17,0	8,5	2,6	2,2	100,0	11.510
ES e RJ	45,9	46,2	0,0	5,3	2,6	100,0	1.034
São Paulo	49,7	28,6	6,3	4,7	9,2	100,0	7.735
Sul	61,2	22,9	5,6	6,6	3,7	100,0	1.370
Centro-Oeste	61,7	25,1	7,2	2,6	2,4	100,0	20.932
TMAP	67,6	17,5	8,5	2,5	2,7	100,0	38.296

Fonte: Pesquisa de campo.

Aos migrantes até aqui considerados deve-se somar os retornados, ou seja, os naturais de Uberlândia que fizeram pelo menos uma etapa migratória em outro município e para cá retornaram. A Tabela 3.12 mostra que 4,2 mil migrantes responsáveis pelas famílias são naturais retornados. Desse total, 29% realizou uma etapa migratória no vizinho estado de Goiás, 25% em outros municípios da TMAP e 19% no estado de São Paulo.

A maioria dos responsáveis que são migrantes retornados também tiveram como motivo para sua volta o trabalho (50%), vindo a seguir os parentes (33%), educação (8%) , saúde (5%) e outros motivos (5%). Os retornados por motivo de trabalho vieram, em sua maioria, dos demais municípios da TMAP e do Estado de Goiás.

TABELA 3. 12 – MIGRAÇÃO DE RETORNO  
 NATURAL RETORNADO RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA,  
 POR LOCAL DE ÚLTIMA RESIDÊNCIA E MOTIVO DA MUDANÇA

Local de última residência	Trabalho		Saúde		Educação		Parentes		Outros Motivos		Total	
	Retor-nados	% linha	Retor-nados	% linha	Retor-nados	% linha						
Norte	65	27,0	-	-	66	27,4	110	45,6	-	-	241,0	100,0
Nordeste	71	36,4	-	-	-	-	115	59,0	9	4,6	195,0	100,0
MG (-TMAP)	246	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	246,0	100,0
ES e RJ	25	56,8	-	-	-	-	19	43,2	-	-	44,0	100,0
São Paulo	243	30,8	122	15,4	20	2,5	329	41,6	76	9,6	790,0	100,0
Sul	24	26,1	-	-	40	43,5	28	30,4	-	-	92,0	100,0
Centro-Oeste (-GO)	160	41,3	-	-	67	17,3	134	34,6	26	6,7	387,0	100,0
TMAP	636	60,6	50	4,8	113	10,8	241	23,0	9	0,9	1.049,0	100,0
Goiás	620	50,5	46	3,7	39	3,2	426	34,7	96	7,8	1.227,0	100,0
Total	2.090	48,9	218	5,1	345	8,1	1.402	32,8	216	5,1	4.271,0	100,0

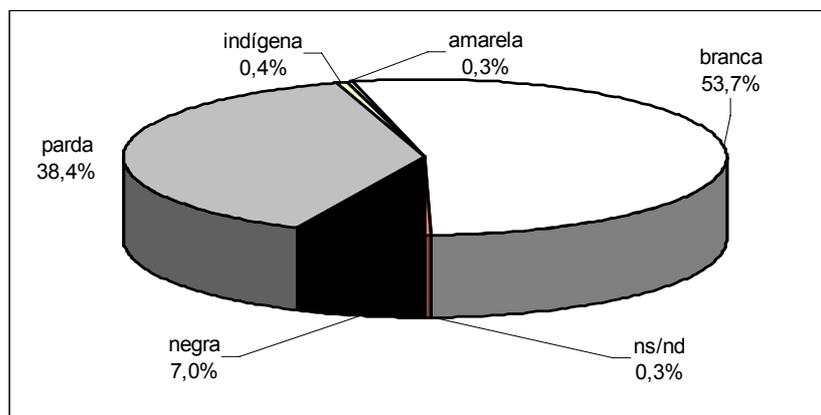
Fonte: Pesquisa de campo.

### 3.2.3 –Análise da cor declarada

As informações sobre a cor da pele dos integrantes das famílias devem ser analisadas tendo em conta que as respostas assinaladas nos questionários foram declaratórias, ou seja, os pesquisadores apenas forneciam as opções: negra; parda (para mulatos, mestiços, caboclos, mamelucos, cafuzos, etc.); indígena; amarela ou branca. Cabia aos informantes enquadrar cada um dos membros do GF, de acordo com o próprio julgamento.

A partir dos resultados obtidos, observou-se que, do total da população residente estimada, a maioria se declarou de cor branca (53,7%); uma parcela significativa afirmou ser parda (34,4%) e, em menores percentuais, os demais se declararam negros (7%), de origem indígena (0,4%) e amarela (0,3%). A porcentagem dos que não responderam a esse quesito foi pequena (0,3%) (ver Gráfico 3.3).

GRÁFICO 3.3 - UBERLÂNDIA - POPULAÇÃO SEGUNDO A COR DECLARADA



Fonte: Pesquisa de campo.

Na análise da cor por gênero foi possível perceber que, do total de pessoas que se declararam brancas, cerca de 52% são do sexo feminino e 48% são do sexo masculino (Tabela 3.13). Quanto aos que se declaram pardos, a distribuição por sexo ocorre de maneira igual para homens e mulheres – cerca de 50% em ambos os casos. Em contrapartida, dentre os que afirmaram ser negros, 49,9% são mulheres e 50,1% são homens.

TABELA 3.13 – MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
 POPULAÇÃO SEGUNDO COR DECLARADA E SEXO

Cor	Feminino		Masculino		Total	
	Freq.	L%	Freq.	L%	Freq.	L%
<b>Negra</b>	17.673	49,9	17.741	50,1	35.414	100,0
<b>Parda</b>	96.694	50,0	96.427	50,0	193.121	100,0
<b>Indígena</b>	911	50,8	881	49,2	1.792	100,0
<b>Amarela</b>	727	46,3	842	53,7	1.569	100,0
<b>Branca</b>	140.598	52,0	129.733	48,0	270.331	100,0
<b>NS/ND</b>	561	41,9	778	58,1	1.339	100,0
<b>Total</b>	257.164	51,1	246.401	48,9	503.565	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Além da análise concernente à cor declarada pelo total da população, a pesquisa permite o aprofundamento do estudo à medida que possibilita desagregar as informações para as pessoas naturais e não naturais de Uberlândia.

TABELA 3.14 – MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
 POPULAÇÃO DE NATURAIS SEGUNDO COR DECLARADA E SEXO

Cor	Feminino		Masculino		Total	
	Freq	%L	Freq	%L	Freq	%L
<b>Negra</b>	9.355	51,4	8.840	48,6	18.195	100,0
<b>Parda</b>	42.909	48,8	45.014	51,2	87.923	100,0
<b>Indígena</b>	278	39,4	427	60,6	705	100,0
<b>Amarela</b>	285	41,7	398	58,3	683	100,0
<b>Branca</b>	61.614	49,5	62.781	50,5	124.395	100,0
<b>NS/ND</b>	121	25,8	348	74,2	469	100,0
<b>Total</b>	114.561	49,3	117.808	50,7	232.369	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 3.15 – MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
 POPULAÇÃO DE NÃO NATURAIS SEGUNDO COR DECLARADA E SEXO

Cor	Feminino		Masculino		Total	
	Freq	%L	Freq	%L	Freq	%L
<b>Negra</b>	8.318	48,3	8.901	51,7	17.219	100,0
<b>Parda</b>	53.785	51,1	51.413	48,9	105.198	100,0
<b>Indígena</b>	633	58,2	454	41,8	1.087	100,0
<b>Amarela</b>	442	49,9	444	50,1	886	100,0
<b>Branca</b>	78.984	54,1	66.952	45,9	145.936	100,0
<b>NS/ND</b>	440	50,6	430	49,4	870	100,0
<b>Total</b>	142.603	52,6	128.593	47,4	271.196	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Na análise das informações referentes à população natural do município, segundo cor declarada e sexo, entre as pessoas que se declararam de cor branca, a maioria é do sexo masculino, assim como os de cor parda. Já para as pessoas de cor negra, a maioria é de mulheres que assim se declararam.

Quanto às pessoas não naturais de Uberlândia, pode-se verificar, conforme Tabela 3.15, que a maior parte dos que se declararam de cor branca é do sexo feminino (54,1%), o mesmo ocorrendo com os que afirmaram ser de cor parda (51,1%). Diferentemente, entre os que se declararam negros, a maioria é composta por homens.

### **3.2.4 – Migrantes e Naturais de Uberlândia: Composição Familiar**

Sendo a família uma instituição sempre em mutação, ao longo do tempo, e diferenciada entre países, ou mesmo entre regiões de um país e entre grupos sociais distintos, não caberia uma discussão sobre tema tão controvertido, no escopo deste trabalho. A unidade de pesquisa adotada foi o grupo familiar convivente (GF), seja ele unipessoal – constituído por um único indivíduo – ou multipessoal. Além do(a) responsável ou chefe, o grupo familiar multipessoal pode abranger cônjuge, filhos(as), pais, outros parentes e pessoas sem relação de parentesco, como pensionistas, empregados, etc., todos eles referidos à figura do(a) responsável.

A partir da amostra foi estimado um total de mais de 136 mil GF (Tabela 3.16), mais da metade (51,5%) compostos de 3 ou 4 pessoas. Se forem somados os GF que abarcam 2 a 5 pessoas, teremos a expressiva maioria das famílias de Uberlândia aí enquadradas (85,4%). Há 7,7% de GF com 6 ou 7 membros, sendo os tamanhos extremos pouco representativos: foram encontrados apenas 5% de GF unipessoais (ou pessoas que não moram com qualquer parente ou agregado – embora possam coabitar com um ou mais GF, no domicílio) e menos de 2% de famílias mais numerosas, com 8 pessoas ou mais.

Quando analisados o tamanho das famílias de acordo com a naturalidade do responsável, não se verificam diferenças mais significativas no tamanho dos GF, entre os migrantes e os naturais, conforme mostram as Tabelas 3.17 e 3.18. No grupo de famílias com chefe uberlandense, há concentração um pouco maior de famílias com 3 a 4 pessoas (53,1%) do que no grupo com chefe não uberlandense (50,9%), ao passo

que os GF unipessoais representam parcela relativa um pouco mais ampla, quando se trata do total de famílias com responsáveis não uberlandenses (5,4%), comparado ao total de famílias com responsável natural de Uberlândia (3,8%). Mas em ambos os casos, como se vê, a diferença é pequena.

TABELA 3.16 – TAMANHO DOS GRUPOS FAMILIARES  
DE ACORDO COM O SEXO DOS RESPONSÁVEIS FAMILIARES

No. de Membros	Sexo do Responsável Familiar							
	Feminino		Masculino		ND/NS		Total	
	Freq.	L%	Freq.	L%	Freq.	L%	Freq.	L%
1	4.446	65,5	2.346	34,5			6.792	100,0
2	7.986	32,6	16.492	67,3	17	0,1	24.495	100,0
3	8.643	27,0	23.413	73,0			32.056	100,0
4	7.341	19,3	30.782	80,7			38.123	100,0
5	4.205	19,4	17.429	80,6			21.634	100,0
6	1.708	23,0	5.721	77,0			7.429	100,0
7	562	18,7	2.451	81,3			3.013	100,0
8 ou mais	875	33,1	1.770	66,9			2.644	100,0
<b>Total</b>	<b>35.767</b>	<b>26,3</b>	<b>100.402</b>	<b>73,7</b>	<b>17</b>	<b>0,0</b>	<b>136.186</b>	<b>100,0</b>

Fonte: : Pesquisa de campo.

TABELA 3.17 – TAMANHO DOS GRUPOS FAMILIARES  
DE ACORDO COM O SEXO DOS RESPONSÁVEIS FAMILIARES - NATURAIS DE UBERLÂNDIA

No. de Membros	Sexo do Responsável Familiar					
	Feminino		Masculino		Total	
			Freq.	L%	Freq.	L%
1	941	65,7	Freq.	L%	1.432	100,0
2	1.849	24,8	491	34,3	7.452	100,0
3	2.374	24,7	5.603	75,2	9.598	100,0
4	2.051	19,7	7.224	75,3	10.409	100,0
5	1.000	18,9	8.357	80,3	5.278	100,0
6	551	27,6	4.278	81,1	2.000	100,0
7	101	14,2	1.449	72,5	710	100,0
8 ou mais	360	46,0	609	85,8	783	100,0
<b>Total</b>	<b>9.227</b>	<b>24,5</b>	<b>424</b>	<b>54,2</b>	<b>37.662</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 3.18 – TAMANHO DOS GRUPOS FAMILIARES  
 DE ACORDO COM O SEXO DOS RESPONSÁVEIS FAMILIARES  
 NÃO NATURAIS DE UBERLÂNDIA

No. de Membros	Sexo do Responsável Familiar							
	Feminino		Masculino		ND/NS		Total	
	Freq.	L%	Freq.	L%	Freq.	L%	Freq.	L%
1	3.505	65,4	1.855	34,6			5.360	100,0
2	6.136	36,0	10.889	63,9	17	0,1	17.043	100,0
3	6.269	27,9	16.164	72,1			22.433	100,0
4	5.290	19,1	22.400	80,9			27.690	100,0
5	3.205	19,6	13.151	80,4			16.356	100,0
6	1.158	21,3	4.272	78,7			5.430	100,0
7	461	20,0	1.842	80,0			2.303	100,0
8 ou mais	515	27,7	1.346	72,3			1.861	100,0
<b>Total</b>	26.540	27,0	71.918	73,0	17	0,0	98.475	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

A indiferenciação entre os naturais e não naturais quanto ao tamanho dos GF fica ainda mais evidente quando calculadas a média, a moda e a mediana relativas aos tamanhos dos GF com responsáveis naturais e não naturais (Tabela 3.19). São idênticos para responsáveis naturais e não naturais: tamanho médio de 3,7 pessoas; tamanho mediano e moda de 4 pessoas. E como esses resultados são bastante próximos, significa que a própria distribuição das famílias segundo o número de membros é bastante simétrica.

TABELA 3.19 – TAMANHO DOS GF DE ACORDO COM A NATURALIDADE  
 DOS RESPONSÁVEIS FAMILIARES

Tamanho das Famílias	Responsáveis Familiares		Total
	Naturais	Não Naturais	
<b>Médio</b>	3,7	3,7	3,7
<b>Modal<sup>6</sup></b>	4	4	4
<b>Mediano<sup>7</sup></b>	4	4	4

Fonte: Pesquisa de campo.

Note-se que, do conjunto de famílias, perto de  $\frac{3}{4}$  têm como responsáveis pessoas não naturais de Uberlândia, apesar de os migrantes representarem um percentual da população menor. Ocorre que eles chegam principalmente em idades superiores a 15 anos, como foi visto, o que faz que esse grupo não se distribua proporcionalmente entre todas as faixas etárias, mas se concentre mais entre os adultos.

<sup>6</sup> Tamanho Modal: é o que foi encontrado com mais frequência.

<sup>7</sup> No caso do tamanho das famílias, tamanho mediano de 4 significa que metade das famílias tem mais de 4 componentes e metade delas tem menos de 4 componentes.

Na análise dos responsáveis segundo o gênero, verifica-se que os homens são largamente predominantes (quase 74%), como esperado, em razão dos conhecidos determinantes de ordem cultural que prevalecem em nossa sociedade. Nas famílias multipessoais com até 4 pessoas, e mesmo até 5 pessoas, os resultados da pesquisa de campo permitem afirmar que a proporção de mulheres responsáveis é tanto maior quanto menor o grupo familiar. Mas a inserção feminina só é efetivamente majoritária quando se trata de família unipessoal: mais de 65% de seu total, para menos de 35% de homens, o que significa pouco mais de 53 homens para cada grupo de 100 mulheres vivendo sem familiares ou agregados – uma proporção realmente expressiva.

A diferença entre grupos pode ser encontrada ao analisar aquilo que denominamos “situação familiar” dos responsáveis (Tabelas 3.20 a 3.22), distinguindo-os segundo convivam (ou não) com cônjuge e/ou com filhos – e deixando de lado, para efeito de análise, os demais membros das famílias.

Agregando todos os GF percebe-se que, na maior parte deles (57%), estão presentes os responsáveis, seus cônjuges e filho(s). Seguem-se, em ordem de importância, os arranjos familiares em que há presença de filhos(s) mas não de cônjuge (19,7%); aqueles em que o responsável convive apenas com o cônjuge, sem filho(s) (12,7%), e, por último, responsável sem cônjuge nem filho(s) (10,5%).

TABELA 3.20 – SITUAÇÃO FAMILIAR DOS RESPONSÁVEIS

Situação Familiar	Sexo do Responsável Familiar											
	Feminino			Masculino			ND/NS			Total		
	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%
<b>C + F</b>	5.825	16,3	7,5	71.775	71,5	92,5				77.600	57,0	100,0
<b>F</b>	19.535	54,6	72,7	7.349	7,3	27,3				26.884	19,7	100,0
<b>C</b>	2.264	6,3	13,1	15.062	15,0	86,8	17	100,0	0,1	17.343	12,7	100,0
<b>S/ CF</b>	8.145	22,8	56,7	6.214	6,2	43,3				14.359	10,5	100,0
<b>Total</b>	35.769	100,0	26,3	100.399	100,0	73,7	17	100,0	0,0	136.186	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Obs.: C+F = com cônjuge e filho(s); F = somente com filho(s); C = somente com cônjuge; S/CF = sem cônjuge nem filho. Não foi levada em conta a presença ou não de outros familiares e/ou agregados.

Entre os GF com responsáveis não naturais, o que chama a atenção é que a proporção dos responsáveis que vivem com cônjuge e filho(s) é um pouco mais ampla (58,8%), comparativamente aos naturais (52,2%), ao passo que, entre estes últimos, cresce a parcela de responsáveis sem cônjuge e apenas com filho(s) (27,2% contra 16,9% para os não naturais). Para as mulheres de diferentes nacionalidades não há diferenças dignas de nota, ao contrário do que se verifica nos grupos masculinos: são muito poucos os homens não naturais que vivem apenas com filho(s) (3,1%).

Ressalte-se também, que é mais acentuado para os não naturais, o arranjo familiar em que o responsável vive com cônjuge e filhos (74,4%), enquanto para os naturais esse patamar é menor (64,2%).

Outro aspecto a ser assinalado com respeito à situação familiar, refere-se à condição de chefia da família segundo o sexo: enquanto  $\frac{3}{4}$  dos responsáveis são homens nas famílias “completas”, há uma inversão de proporções quando se trata de responsável+filho(s), pois nesse caso, cerca de  $\frac{3}{4}$  dos responsáveis são mulheres.

Nessa análise, interessou-nos sobretudo verificar a possibilidade de uma primeira aproximação da chefia feminina, que tem crescido com as mudanças no interior da sociedade, nas últimas décadas. E além das observações acima, também deve ser destacada a diferença, quando separadas por gênero, entre pessoas naturais e não naturais, pois, responsáveis mulheres só com filho(s) são proporção muito maior no interior do grupo de não naturais do Município (86,4%) que entre os naturais (50,4%). Essa é, como as tabelas bem demonstram, a mais forte distinção.

Enfim, as informações dão conta que a distância maior é entre sexos, não entre naturalidades, embora esta última se faça sentir.

TABELA 3.21 – RESPONSÁVEIS FAMILIARES NATURAIS DE UBERLÂNDIA  
 SITUAÇÃO FAMILIAR

Situação Familiar	Sexo do Responsável Familiar								
	Feminino			Masculino			Total		
	Freq.	C %	L%	Freq.	C %	L%	Freq.	C %	L%
<b>C + F</b>	1.397	15,2	7,1	18.260	64,2	92,9	19.657	52,2	100,0
<b>F</b>	5.174	56,2	50,4	5.087	17,9	49,6	10.261	27,2	100,0
<b>C</b>	561	6,1	13,2	3.690	13,0	86,8	4.251	11,3	100,0
<b>S/ CF</b>	2.081	22,6	59,6	1.412	5,0	40,4	3.493	9,3	100,0
<b>Total</b>	9.213	100,0	24,5	28.449	100,0	75,5	37.662	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Obs.: C+F = com cônjuge e filho(s); F = somente com filho(s); C = somente com cônjuge; S/CF = sem cônjuge nem filho. Não foi levada em conta a presença ou não de outros familiares e/ou agregados.

TABELA 3.22 – RESPONSÁVEIS FAMILIARES NÃO NATURAIS DE UBERLÂNDIA  
 SITUAÇÃO FAMILIAR

Situação Familiar	Sexo do Responsável Familiar											
	Feminino			Masculino			ND/NS			Total		
	Freq.	C %	L%	Freq.	C %	L%	Freq.	C %	L%	Freq.	C %	L%
<b>C + F</b>	4.428	16,7	7,7	53.441	74,4	92,3				57.870	58,8	100,0
<b>F</b>	14.361	54,1	86,4	2.262	3,1	13,6				16.623	16,9	100,0
<b>C</b>	1.703	6,4	13,0	11.371	15,8	86,9	17	100,0	0,1	13.091	13,3	100,0
<b>S/ CF</b>	6.064	22,8	55,8	4.802	6,7	44,2				10.866	11,0	100,0
<b>Total</b>	26.556	100,0	27,0	71.877	100,0	73,0	17	100,0	0,0	98.451	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Obs.: C+F = com cônjuge e filho(s); F = somente com filho(s); C = somente com cônjuge; S/CF = sem cônjuge nem filho. Não foi levada em conta a presença ou não de outros familiares e/ou agregados.

Analisando agora a composição das famílias segundo o parentesco, observa-se que os responsáveis são 27%, ao passo que a parcela dos que são cônjuges alcança 19,1% e os filhos representam 41,2%.

Os filhos, portanto, constituem a categoria que abrange o maior conjunto de indivíduos (207,7 mil). Divididos pelo número de GF, obtém-se média de 1,5 filhos convivendo em cada GF. É necessária certa atenção para essa informação, pois não é esse o número médio de filhos de cada responsável familiar, mas sim a média de filhos que, no momento da pesquisa de campo, residiam com o responsável e estavam sob sua responsabilidade, independentemente da idade. Dessa média estão excluídos, portanto, filhos que habitam fora do domicílio e filhos que, embora convivendo no mesmo domicílio, integram GF em separado. Não se pode esquecer, também que os netos não integram esse cálculo.

Havendo predomínio do sexo masculino entre os responsáveis (73,7%), as principais inserções das mulheres são como filhas e cônjuges.

Pais/mães e irmãos(ãs) do responsável têm presença pouco significativa, nos grupos familiares, assim como pessoas sem relação de parentesco. Quanto aos outros parentes, seu percentual mais elevado (8,3%) deve-se à amplitude da composição dessa categoria, que abarca sogros, genros e noras, netos, primos, tios, etc.

TABELA 3.23 – COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS FAMILIARES DE ACORDO COM O SEXO DO RESPONSÁVEL

Parentesco com o Responsável	Sexo do Responsável Familiar											
	Feminino			Masculino			ND/NS			Total		
	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%
<b>Responsável</b>	35.767	30,3	26,3	100.402	26,3	73,7	17	48,6	0,0	136.186	27,0	100,0
<b>Cônjuge</b>	8.123	6,9	8,4	87.296	22,8	90,7	17	48,6	0,0	96.224	19,1	100,0
<b>Filho(a)</b>	49.561	42,0	23,9	157.137	41,1	75,6				207.751	41,2	100,0
<b>Pais</b>	2.268	1,9	34,0	4.179	1,1	62,6				6.673	1,3	100,0
<b>Irmãos</b>	3.770	3,2	41,1	4.695	1,2	51,2				9.173	1,8	100,0
<b>Outro Parentesco</b>	16.402	13,9	39,3	24.779	6,5	59,4				41.717	8,3	100,0
<b>Sem Relação</b>	1.993	1,7	33,4	3.519	0,9	59,0				5.965	1,2	100,0
<b>ND/NS</b>		0,0	0,0	130	0,0	60,5				215	0,0	100,0
<b>Total</b>	117.884	100,0	23,4	382.136	100,0	75,8	35	100,0	0,0	503.903	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Também não há grandes distinções na composição familiar, quando se trata de responsáveis naturais e de não naturais, como as tabelas abaixo podem confirmar, mostrando que, quer migrem com grupo familiar constituído, quer o constituam após a chegada, o padrão familiar dos não naturais não se diferencia significativamente daquele vigente entre os que aqui nasceram. Para atestar essa proximidade, o número médio de filhos conviventes é o mesmo: 1,5 – com todas as limitações que o cálculo carrega, como já apontado. Em ambos os tipos de GF é pequena a presença de pais, irmãos e de pessoas sem relação de parentesco com o responsável.

TABELA 3.24 – COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS FAMILIARES DE ACORDO COM O SEXO DOS RESPONSÁVEIS FAMILIARES NATURAIS DE UBERLÂNDIA

Parentesco com o Responsável	Sexo do Responsável Familiar								
	Feminino			Masculino			Total		
	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%
<b>Responsáveis Familiares</b>	9.227	29,0	24,5	28.435	27,2	75,5	37.662	27,6	100,0
<b>Cônjuge</b>	1.940	6,1	8,1	21.920	21,0	91,9	23.861	17,5	100,0
<b>Filho(a)</b>	13.743	43,2	24,0	43.481	41,6	76,0	57.224	42,0	100,0
<b>Pais</b>	874	2,7	37,4	1.465	1,4	62,6	2.339	1,7	100,0
<b>Irmãos</b>	1.489	4,7	64,0	836	0,8	36,0	2.325	1,7	100,0
<b>Outro Parentesco</b>	4.409	13,9	36,2	7.754	7,4	63,7	12.164	8,9	100,0
<b>Sem Relação</b>	117	0,4	15,6	632	0,6	84,4	749	0,5	100,0
<b>ND/NS</b>				87	0,1	100,0	87	0,1	100,0
<b>Total</b>	31.798	100,0	23,3	104.611	100,0	76,7	136.410	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 3.25 – COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS FAMILIARES DE ACORDO COM O SEXO DOS RESPONSÁVEIS FAMILIARES - RESPONSÁVEIS FAMILIARES NÃO NATURAIS DE UBERLÂNDIA

Parentesco com o Responsável	Sexo do Responsável Familiar											
	Homens			Mulheres			ND/NS			Total		
	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%
<b>Responsável</b>	71.893	25,9	73,0	26.540	30,8	27,0	17	48,6	0,0	98.451	27,1	100,0
<b>Cônjuge</b>	65.302	23,6	91,3	6.183	7,2	8,6	17	48,6	0,0	71.503	19,7	100,0
<b>Filho(a)</b>	113.533	40,9	76,0	35.818	41,6	24,0				149.351	41,1	100,0
<b>Pais</b>	2.714	1,0	66,1	1.395	1,6	34,0				4.108	1,1	100,0
<b>Irmãos</b>	3.859	1,4	62,9	2.281	2,6	37,1				6.140	1,7	100,0
<b>Outro Parentesco</b>	17.024	6,1	58,7	11.993	13,9	41,3				29.017	8,0	100,0
<b>Sem Relação</b>	2.887	1,0	60,6	1.876	2,2	39,4				4.763	1,3	100,0
<b>ND/NS</b>	44	0,0	100,0	0,0	0,0					44	0,0	100,0
<b>Total</b>	277.256	100,0	76,3	86.086	100,0	23,7	35	100,0	0,0	363.376	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Afora a constatação de que a faixa etária mais representada é a de 15 a 19 anos, há uma observação mais importante sobre a idade dos filhos que residem com os responsáveis não naturais e estão sob sua responsabilidade: o percentual significativo de filhos com 30 anos ou mais, idade em que a maior parte das pessoas já constituiu GF em separado. Pode-se apenas aventar algumas possibilidades. Em parte, é provável tratar-se de pessoas que, embora já tendo constituído família e tido seus próprios filhos, por qualquer razão continuam convivendo com os pais: seja viúvos, separados ou divorciados que “retornaram”, seja constituem com seus cônjuges uma parte do arranjo familiar. Para os que se encontram nesta última situação, é válido pensar que sua presença pode estar relacionada a um nível de renda insuficiente para permitir o aluguel ou compra de um imóvel. Para os responsáveis não naturais, os filhos com idade superior a 30 anos são também uma parcela marcante, embora um pouco menor.

TABELA 3.26 – IDADE DOS FILHOS CONVIVENTES

Faixas Etárias	H			M			Total		
	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%	Freq.	C%	L%
<b>0 A 4</b>	11.786	10,9	52,9	10.499	10,6	47,1	22.285	10,7	100,0
<b>5 A 9</b>	16.757	15,5	51,3	15.929	16,0	48,7	32.686	15,7	100,0
<b>10 A 14</b>	18.975	17,5	51,4	17.909	18,0	48,6	36.884	17,8	100,0
<b>15 A 19</b>	27.482	25,4	53,2	24.151	24,3	46,8	51.633	24,9	100,0
<b>20 A 24</b>	14.513	13,4	56,8	11.045	11,1	43,2	25.558	12,3	100,0
<b>25 A 29</b>	8.179	7,6	55,8	6.486	6,5	44,2	14.665	7,1	100,0
<b>30 OU MAIS</b>	10.612	9,8	44,3	13.361	13,4	55,7	23.973	11,5	100,0
<b>TOTAL</b>	108.305	100,0	52,1	99.379	100,0	47,9	207.684	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 3.27 – IDADE DOS FILHOS CONVIVENTES  
 GRUPOS FAMILIARES COM RESPONSÁVEIS FAMILIARES NATURAIS DE UBERLÂNDIA

Idade dos filhos	H			M			Total		
	Freq	C%	L%	Freq	C%	L%	Freq	C%	L%
0 A 4	3.177	10,8	54,3	2.678	9,7	45,7	5.855	10,2	100,0
5 A 9	4.584	15,5	52,1	4.219	15,2	47,9	8.803	15,4	100,0
10 A 14	4.877	16,5	52,4	4.439	16,0	47,6	9.316	16,3	100,0
15 A 19	7.309	24,8	51,1	7.008	25,3	48,9	14.317	25,0	100,0
20 A 24	5.163	17,5	64,6	2.828	10,2	35,4	7.991	14,0	100,0
25 A 29	2.031	6,9	62,2	1.233	4,5	37,8	3.264	5,7	100,0
30 OU MAIS	2.379	8,1	31,0	5.299	19,1	69,0	7.678	13,4	100,0
TOTAL	29.520	100,0	51,6	27.704	100,0	48,4	57.224	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 3.28 – IDADE DOS FILHOS CONVIVENTES  
 GRUPOS FAMILIARES COM RESPONSÁVEIS FAMILIARES NATURAIS DE UBERLÂNDIA

Idade dos filhos	H			M			Total		
	Freq	C%	L%	Freq	C%	L%	Freq	C%	L%
0 A 4	8.520	10,9	52,6	7.687	10,8	47,4	16.207	10,9	100,0
5 A 9	12.102	15,5	51,4	11.464	16,1	48,6	23.566	15,8	100,0
10 A 14	14.011	17,9	51,3	13.314	18,7	48,7	27.325	18,3	100,0
15 A 19	20.059	25,6	54,0	17.084	24,0	46,0	37.143	24,9	100,0
20 A 24	9.238	11,8	53,0	8.208	11,6	47,0	17.446	11,7	100,0
25 A 29	6.148	7,9	54,0	5.241	7,4	46,0	11.389	7,6	100,0
30 OU MAIS	8.169	10,4	50,4	8.039	11,3	49,6	16.208	10,9	100,0
TOTAL	78.248	100,0	52,4	71.036	100,0	47,6	149.284	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

### 3.3 - CONCLUSÃO

Embora a taxas decrescentes, permanece a população da cidade de Uberlândia crescendo significativamente. Esse crescimento é bastante impregnado pela entrada de migrantes e diferenciado segundo as diferentes idades. Vem-se reduzindo com maior velocidade o crescimento nas faixas etárias mais jovens, o que não significa redução no número de crianças e adolescentes. O que ocorre é a desaceleração do crescimento dessa parcela da população, que tornou menor sua proporção, frente às demais.

Uberlândia se encontra, por esses indicadores, em plena transição demográfica, o que as pirâmides etárias espelham. O total da população urbana também não se reduz, cresce mais lentamente, com um novo “arranjo” em seu perfil etário, que progride no sentido de um certo envelhecimento da população.

Para cada pessoa com mais de 14 anos há uma paulatina diminuição na quantidade de dependentes jovens, crianças e adolescentes de até 14 anos, com contrapartida apenas parcial através do aumento de idosos, o que, por seu lado, decorre de redução em taxas de mortalidade e aumento da esperança de vida. Mesmo o fluxo de migrantes não deve causar alterações nesse movimento, pois a migração é mais característica exatamente a partir de 15 anos, como a pesquisa de campo confirmou.

Para além da simples constatação, é preciso analisar os rebatimentos dessa nova configuração demográfica, que exige respostas do poder público, algumas em um prazo bastante curto<sup>8</sup>.

Deve-se ter em conta, antes de mais nada, que a redução no crescimento da população infanto-juvenil é fruto, sobretudo, de níveis de fecundidade cadentes observadas em todo o País. Daí uma diminuição no ritmo de crescimento da necessidade de atendimento obstétrico, ginecológico e pediátrico: consultas, exames, leitos hospitalares, equipamentos, pessoal médico e para-médico, etc. Note-se bem: não se trata de redução nessa demanda, trata-se de um crescimento mais lento; contudo, e a divulgação dos resultados do Censo de 2000 informará, não deve ser descartada a possível redução da demanda, portanto redução no déficit de atendimento.

---

<sup>8</sup> Sobre o tema, ver Januzzi, P., Projeções Populacionais e Formulação de Políticas Públicas *in* Patarra *et al.* (1997:373-407).

Na sequência, em poucos anos suaviza-se a pressão por novas vagas em creches. Onde as creches públicas são insuficientes, há diminuição gradativa de crianças não beneficiadas, podendo ser alcançado o pleno atendimento em período determinado pelo tamanho do déficit. A pré-escola segue o mesmo caminho, com um pouco mais de distanciamento, assim como cada uma das séries do primeiro grau.

Mas para o segundo grau há mais coisas a considerar, além do prazo maior para que esse efeito o alcance. As famílias tendendo a redução no tamanho, com menor número de filhos, e supondo manutenção do nível de renda (para simplificar a análise), deve-se considerar que é muito possível a expansão do percentual de jovens de 15 a 19 anos que consigam manter-se estudando por mais tempo, antes de entrar para o mercado de trabalho. Dessa forma, a uma paulatina redução no crescimento da quantidade de pessoas de 0 a 14 anos, pode-se esperar uma simultânea ascensão da pressão por vagas em escolas de segundo grau regulares, cursos técnicos e universitários. E esta última, por sua vez, deve ocorrer paralelamente à alteração no tamanho das famílias, isto é, tem expressão imediata.

Como o crescimento populacional se concentra mais nas faixas etárias de 15 anos ou mais, e tendo em vista a pressão dos fluxos migratórios, o grupo etário que mais se amplia numericamente é o de jovens e adultos até 64 anos, donde maior pressão sobre o emprego, qualificação, habitação, etc.

Os migrantes, que vêm em busca de trabalho, em sua maioria são procedentes do que chamaríamos de um “entorno ampliado” do Município, abarcando o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o restante de Minas Gerais, parte de Goiás e mesmo a porção norte de São Paulo.

Vindo sozinhos ou com suas famílias, não se diferenciam marcadamente dos que aqui nasceram. Na verdade, nos limites dos tópicos analisados, não foram encontrados indícios suficientes para caracterizar o migrante e suas famílias como um grupo à parte.

No entanto, ao “rodear” a figura do responsável familiar não natural, buscando desenhar o perfil do migrante, acabamos sendo levados ao encontro do grupo que, esse sim, carrega consigo particularidades distintivas: o grupo feminino. A ele fica sendo devida uma atenção especial, nos próximos estudos, até para fornecer elementos para a elaboração de políticas que o tomem como alvo privilegiado.

Também para os idosos, com o aumento da população na terceira idade, será cada vez maior a necessidade de atenção pública, afora o atendimento médico específico para as doenças típicas dos idosos.

### 3.4 - Bibliografia citada:

BAENINGER, Rosana 1998. “Juventude e Movimentos Migratórios no Brasil” *in* Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas. Brasília: CNPD, pp. 21-70.

BERTOLUCCI, Luiz 2000. População Uberlandense: crescimento e perfil demográfico. III Encontro Mulher, Trabalho, Saúde e Educação. Uberlândia: ASDHU/UFU.

FERREIRA, Ester W. 2000. Mortalidade em Uberlândia. III Encontro Mulher, Trabalho, Saúde e Educação. Uberlândia: ASDHU/UFU. Mimeo.

IBGE. Censos Demográficos do Estado de Minas Gerais, 1970, 1980, 1991 (Microdados); Contagem da População de 1996 e Sinopse Preliminar do Censo de 2000.

IPEA/UNICAMP.IE.NESUR/IBGE org.1999. Rede de Cidades do Centro-Oeste. Campinas, SP.

PATARRA, Neide, BAENINGER, Rosana, BOGUS, Lúcia & JANUZZI, Paulo, org. 1997. Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo 1980–1993. Campinas, SP: UNICAMP

## 4 - Indigência e Pobreza em Uberlândia

*Darcilene Cláudio Gomes  
Henrique Dantas Neder  
Simone de Faria Narciso Shiki  
Renata Melo*

### 4.1 - Introdução

A pobreza, no Brasil, não é um fato isolado, conjuntural ou residual que possa ter solução pela via assistencial ou filantrópica, como também não pode ser considerada uma “deformação” do funcionamento da economia brasileira. A pobreza, a desigualdade e a exclusão social são manifestações inerentes à dinâmica do processo de desenvolvimento e funcionamento do capitalismo, nas condições específicas da realidade brasileira. Nesse sentido, a natureza da pobreza deve ser apreendida em relação aos fatores estruturais que determinam a geração e a reprodução contínua da marginalização social (MERCADANTE, 1999).

A sociedade brasileira tem seu passado marcado pelo colonialismo e escravismo. A forma de produção – produtos primários para o mercado externo, utilizando o escravo como força de trabalho – relegou ao País um padrão de inserção externa subordinado e dependente, deixando como herança o latifúndio, a concentração de renda e as desigualdades sociais e regionais. Mesmo após a independência e a industrialização, as características delineadas não sofreram alteração significativa.

Nesse sentido, a pobreza deriva das relações de produção que se estabeleceram ao longo do tempo e que tenderam a preservar e reproduzir os elementos de heterogeneidade e polarização da estrutura social (MERCADANTE, 1999). Cerca de 1/3 dos brasileiros vive em condições precárias. Os jovens, as mulheres e os negros formam os grupos sociais com maior incidência de pobreza, demonstrando que a distribuição da pobreza é desigual.

A pobreza é, portanto, um fenômeno complexo e envolve muitas determinações sociais e econômicas. Entretanto, grande parte dos estudos faz opção por estudá-la apenas enquanto derivada das carências materiais, utilizando a renda como único critério de aferição do nível de bem-estar das famílias. Esse critério tem sofrido críticas de alguns pesquisadores, como SOARES (1999), que reconhece o seu caráter limitado para avaliar o conjunto de carências da população.

Há inúmeras formas de mensurar a pobreza. O método mais freqüente consiste em determinar que um indivíduo pertence à categoria pobre quando sua renda familiar *per capita* é menor que o valor mínimo necessário para viver adequadamente em determinada sociedade – a chamada *linha de pobreza*. A *linha de indigência* diz respeito ao valor necessário para satisfazer apenas necessidades alimentares. Para determinação da linha de pobreza e de indigência existe um conjunto de métodos específicos, que serão abordados ao longo deste relatório. Determinados os valores das linhas de pobreza e indigência, o passo seguinte é a estimativa de indicadores agregados, obtida a partir da comparação da situação de renda dos indivíduos com essas referências.

Neste trabalho, optou-se pela utilização dos indicadores: proporção de pobres e hiato de renda. Procurou-se levantar, também, as características da subpopulação pobre e indigente e avançar na tentativa de elaborar um indicador sintético, que busca dar maior dimensão ao conceito de pobre, levando em conta carências diversas da população que vive abaixo da linha de pobreza.

O texto divide-se em quatro partes. A primeira discute a conceituação de pobreza; a segunda refere-se aos métodos de sua mensuração; na seqüência, são apresentados os indicadores e as características da pobreza e da indigência em Uberlândia.

## 4.2 - Definição de Pobreza

A pobreza é um fenômeno de muitas faces e sua definição não é uma tarefa simples e pontual, visto que envolve várias determinações. Uma das mais importantes diz respeito à abrangência do conceito, isto é, se deve ser considerada apenas do ponto de vista econômico (material) ou deve levar em consideração variáveis não-econômicas.

Diversos autores reconhecem a importância dos componentes não materiais em qualquer avaliação geral da pobreza. Entretanto, a grande maioria reconhece a dificuldade em mensurar variáveis qualitativas, optando por estudar apenas a pobreza derivada das carências materiais, por considerarem ser, talvez, impossível mensurar necessidades como: não realização pessoal, falta de prestígio, exclusão da sociedade, etc.

Embora se reconheça que a pobreza é um fenômeno multidimensional, caracterizado por carências de diversos tipos, de maneira geral utiliza-se a renda como determinante do bem-estar das famílias. Assim, a avaliação de sua dimensão tem como ponto de partida a associação da pobreza à insuficiência de renda. Deve-se ressaltar, no entanto, que grande parte dos pesquisadores defende que, isoladamente, a renda é insuficiente para mensurar a pobreza, dadas suas inúmeras dimensões. Alguns estudos tentam dar mais abrangência ao fenômeno, procurando construir indicadores sintéticos, que adicionam outras variáveis sociais à renda (LESSA *et. al.* 1997).

Sendo assim, a construção de um conceito de pobreza deve ser condição necessária para sua mensuração. Qualquer estudo de pobreza precisa apresentar a definição adotada, evitando-se, assim, distorções em análises temporais que calculam sua incidência em uma mesma base geográfica ou problemas de comparabilidade para o cálculo dos indicadores em diversas regiões. Entretanto, é conveniente ressaltar que algum grau de arbitrariedade sempre estará presente na descrição da pobreza, o que torna imperioso deixar o conceito o mais explícito possível (ROMÃO, 1993).

Neste relatório utilizou-se a renda como variável determinante da situação de pobreza, pois ela condiciona o acesso aos diversos bens e serviços necessários à sobrevivência. Contudo, procurou-se associá-la a outras variáveis de bem-estar, como a qualidade dos domicílios e o acesso a equipamentos sociais.

### **4.3 - Mensuração da pobreza**

#### **4.3.1 – A pobreza enquanto insuficiência de renda**

De uma maneira geral, pode-se considerar que a mensuração da pobreza consiste em duas operações distintas (SEN *apud* ROMÃO, 1993). A primeira delas refere-se à identificação (quem são os pobres) e a segunda diz respeito à agregação (como combinar as diferentes características de pobreza numa mesma medida).

A identificação, que consiste na separação da população total em dois subconjuntos (pobres e não-pobres), pode ser feita de diversas maneiras, cada uma delas relacionada a uma diferente interpretação da pobreza. Os critérios utilizados para identificar a subpopulação pobre podem ser: subjetivos – pobreza como juízo de valor

– ou objetivos – que envolvem basicamente duas variantes operacionais importantes: a que focaliza a pobreza sob um valor relativo e a que a considera do ponto de vista absoluto.

Enquanto juízo de valor, a pobreza refere-se a opiniões ou sentimentos das pessoas sobre o seu próprio estado de pobreza ou o de seu semelhante. Esse critério é questionável, pois a pobreza não é abstrata, não depende da opinião que se venha a ter sobre ela; é uma situação concreta e sua análise passa por considerações de âmbito material, não sendo reflexo de emoções pessoais.

Os conceitos objetivos baseiam-se em critérios determinados exogenamente (renda, habitação, consumo, entre outras). A pobreza é relativa quando compara a posição ocupada por um indivíduo, em relação aos demais membros da sociedade. A pobreza é absoluta quando leva em consideração requisitos mínimos de necessidade, sem os quais as pessoas são consideradas pobres.

*O simples fato de a conceituação de pobreza, em termos absolutos, fazer menção explícita a níveis mínimos aceitáveis de satisfação de necessidades básicas envolve o reconhecimento de que entre os membros da sociedade existem alguns que não estão preenchendo os requisitos mínimos estabelecidos, o que requer um desenho de políticas de superação da pobreza para essas pessoas. Assim, o próprio conceito encerra um conteúdo de vontade política que se pode expressar na determinação de prover os grupo-objetivos de condições de acesso aos patamares básicos de bens e serviços, em consonância com os padrões de vida contemporâneos. (ROMÃO, 1993:17).*

Com base no exposto, podemos concluir que um estudo que tencione identificar a pobreza em países pobres deve adotar a noção de pobreza absoluta.

A segunda operação, de agregação, consiste em exprimir as características de pobreza de diferentes pessoas ou grupos em um único indicador ou índice (ROMÃO, 1993). Os indicadores mais adotados são aqueles que utilizam a renda como critério de aferição do bem-estar, e, dentre eles, o mais conhecido é o de proporção de pobres ou incidência de pobreza. O indicador “proporção de pobres” consiste no número de indivíduos cuja renda familiar *per capita* é inferior à linha de pobreza, em relação ao total da população.

Tal indicador é utilizado como ponto de partida para estudos sobre pobreza, sendo insuficiente para caracterizar a pobreza, dado que viola dois importantes axiomas (SEN *apud* PRATES, 1996). Primeiro, o indicador não se altera ao se reduzir a renda de uma pessoa situada abaixo da linha de pobreza ou o inverso, isto é,

quando a renda se eleva sem alcançar a linha de pobreza, o indicador permanece inalterado. Em segundo lugar, a proporção também é insensível à distribuição de renda entre os pobres, não se alterando quando se transfere renda de um indivíduo pobre para outro mais rico.

Sendo assim, a proporção de pobres deve ser utilizada em combinação com outros indicadores de pobreza; um deles é o "hiato de renda" ou "índice de insuficiência de renda" (que, como o próprio nome diz, também privilegia a renda). O hiato de renda permite a obtenção de informações sobre a intensidade da pobreza através do desvio médio entre a renda dos pobres e o valor da linha de pobreza, e mede a distribuição média da renda dos pobres em relação à linha de pobreza. A utilização da proporção de pobres e do hiato deixa de considerar uma outra característica importante da pobreza: a desigualdade de renda entre os pobres.

No Brasil, segundo ROCHA (1996), os estudos que utilizam a abordagem da renda dividem-se em duas categorias: a que utiliza o salário mínimo para determinar a linha de pobreza (freqüentemente se considera  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo como valor da linha de pobreza) e a que busca refletir o custo real de vida das populações de baixa renda. Em ambas abordagens, a variável mais utilizada para confronto com a linha de pobreza/indigência é a renda familiar *per capita* pois essa variável leva em conta todos os rendimentos dos membros da família, seu tamanho e seu papel como unidade redistributiva (ROCHA, 1996). Entretanto, a utilização dessa variável apresenta no mínimo dois problemas: não consegue captar os efeitos da redução do tamanho das famílias<sup>1</sup> e do ingresso crescente dos membros familiares no mercado de trabalho (LESSA *et al.*, 1997) - provocado pelo aumento do desemprego, da precarização e deterioração da renda oriunda do trabalho. Sendo assim, entre outras coisas, a utilização da renda familiar *per capita* não permite apreender a queda do bem-estar familiar provocada pela necessidade de mais membros da família serem incorporados ao mercado de trabalho.

A abordagem que utiliza o salário mínimo apresenta alguns problemas, quais sejam: a variação do salário real ao longo do tempo<sup>2</sup>, a arbitrariedade do valor

---

<sup>1</sup> Há grande discussão sobre os efeitos da composição das famílias na mensuração da pobreza. Alguns autores defendem que a composição deve ser levada em conta no cálculo da pobreza. Como os domicílios consistem de indivíduos de diferentes sexos e idades, "... considerar o tamanho da unidade familiar contando apenas o número de seus componentes é arbitrar uma homogeneização do consumo intra-familiar que não corresponde à realidade dos fatos." (ROMÃO, 1993:75). Entretanto, segundo ROCHA (1998b), não existe muita diferença em distinguir os componentes de uma família, no caso do objetivo ser a adoção de políticas sociais, pois é até melhor utilizar a medida *per capita* para proteger as famílias com crianças. O consumo de uma criança pode não ser equivalente ao de um adulto, mas as famílias têm outros gastos, que as cestas alimentares não contemplam. Se for observada a cesta de alimentos, verificar-se-á que um dos itens mais caros é o leite, a base da alimentação infantil.

<sup>2</sup> De acordo com o DIEESE, embora a economia pudesse absorver a sustentação do nível real do salário mínimo, isso ocorreu apenas entre o início da década de 50 e o início dos anos 60. Desde então, um processo de compressão vem

do salário mínimo como linha de pobreza (em geral, 1/4 do valor do salário mínimo pode não refletir as verdadeiras necessidades básicas dos indivíduos), a existência de diferenças regionais no custo de vida, não levadas em consideração quando se estipula um valor único para a linha de pobreza/indigência com base em um salário determinado nacionalmente (ROCHA, 1996). Para essa autora, a utilização de múltiplos do salário mínimo como linha única de pobreza tende a subestimá-la nas áreas metropolitanas e superestimá-la nas áreas rurais.

Ainda segundo Rocha (1996), os estudos que buscam refletir o custo de vida da população de baixa renda devem ser privilegiados quando existirem disponibilidade de dados. Utilizando estudos sobre o padrão de consumo das famílias é possível determinar padrões regionais de consumo, o que solucionaria o problema do custo de vida regional, que a abordagem do salário mínimo não enfrenta. A maioria dos pesquisadores brasileiros fez uso do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF, de 1974/75), do IBGE, para fixar esses padrões e, em seguida, estabelecer a linha de pobreza. Mais recentemente alguns pesquisadores têm utilizado a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do IBGE; e a Pesquisa de Padrões de Vida (PPV), também do IBGE e Banco Mundial, ambas de 1996. A POF é uma pesquisa que, embora não tenha a mesma natureza do ENDEF, é abrangente na mensuração do consumo das famílias, mas tem a desvantagem de ser realizada apenas nas regiões metropolitanas, Goiânia e Brasília. Os estratos urbanos não-metropolitanos e rurais não foram investigados pela POF. A PPV, ao contrário da POF, abrange as áreas urbanas não-metropolitanas e rurais, mas tem menor cobertura amostral, restringe-se às regiões Nordeste e Sudeste (a amostra total corresponde a cinco mil domicílios) e tem metodologia e questionários mais reduzidos em comparação aos da POF.

Destaca-se também o trabalho do Banco Mundial que considera como linha de pobreza extrema US\$ 1,00 por dia (por ser representativa da linha de pobreza encontrada entre os países mais pobres do mundo). A metodologia do Banco Mundial tem a vantagem de permitir comparações internacionais. Entretanto, exhibe os mesmos problemas verificados na utilização de múltiplos do salário mínimo (arbitrariedade para refletir as necessidades básicas dos indivíduos, a existência de diferenças regionais do custo de vida) e apresenta um problema específico que é a variação da taxa de câmbio que pode ser grande ao longo do tempo (INSTITUTO CIDADANIA, 2001).

Na esteira das estimativas do Banco Mundial, surgiram, no Brasil, algumas adaptações aos parâmetros delineados por aquela instituição. Ferreira,

---

levando a um distanciamento progressivo entre a remuneração mínima, o crescimento econômico e a produtividade (ver gráfico 1 do anexo IV).

Lanjouw e Néri (2000) calcularam índices de preços relativos regionais, com base nos dados de despesa alimentar e não-alimentar (composta por gastos com habitação), a partir da média do 2º e 4º decil das famílias. Assim, produziram dois índices: um com base nos preços e quantidades de São Paulo e outro com base em preços e quantidades de Recife, para proceder à regionalização das linhas de indigência e pobreza, utilizando a PPV de 1996. A metodologia desenvolvida por Ferreira, Lanjouw e Néri (2000) serviu de base para o Mapa do Fim da Fome, publicado pela FGV, e para o Projeto Fome Zero, do Instituto Cidadania.

O Projeto Fome Zero é um trabalho mais recente (2001), que utilizou a metodologia do Banco Mundial (US\$1,08/dia), promoveu a regionalização da linha de pobreza (utilizando a área rural do Nordeste como base, acrescentando para as demais regiões os diferenciais de custo de vida para os estratos metropolitano, urbano não-metropolitano e rural), corrigiu as rendas das famílias que declararam, na PNAD, obter parcela da alimentação através da própria produção agrícola, e deduziu da renda as despesas com aluguel e prestação da casa própria (pois o objetivo do estudo era definir o público alvo para o programa Fome Zero, que visa, exclusivamente, combater a fome no País). A regionalização dos custos de vida utilizou o trabalho de Ferreira, Lanjouw e Néri (2000) como referência.

Verifica-se, dessa forma, a dificuldade em mensurar a pobreza. A variedade de métodos utilizados produz resultados diversos, dificultando as comparações. A opção por qualquer metodologia, bem como os procedimentos utilizados para chegar aos valores para as linhas de indigência e pobreza, devem ser explicitados, pois esse é o aspecto que gera mais controvérsias na mensuração da subpopulação pobre e indigente: "... cada definição e metodologia produzirá um resultado diverso, mais ou menos otimista sobre a melhora da pobreza." (LESSA, *et. al.* 1997).

Confirmando essa afirmação, a tabela abaixo apresenta, como exemplo, o resultado obtido através de estimativas baseadas em metodologias diferenciadas.

TABELA 4.1 – PROPORÇÃO DE POBRES –  
 DIVERSAS ESTIMATIVAS PARA A ÁREA URBANA DE MINAS GERAIS E BRASIL - (R\$) - 1999

Área Urbana	ENDEF*	POF*	¼ SM**	Icidania***
MG	13,75	26,44	-	22,9
Brasil	21,6	35,04	18,1	27,8

Fonte: IBGE / PNAD, 1992, 1995, , 1998 e 1999 (microdados).

Elaboração: Para ENDEF - Gomes & Neder (2000)

Para POF – elaboração própria.

Para ¼ SM - Instituto Cidadania (2001).

\* ENDEF e POF – linhas elaboradas por Sônia Rocha;

\*\* ¼ do Salário Mínimo (R\$ 46,15 em agosto de 1999).

\*\*\* Icidania – renda familiar *per capita* de até U\$1,08/dia, com imputação de auto-consumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação da casa própria - Instituto Cidadania (2001).

#### 4.3.1.1 - Definição de Linhas de Indigência e Pobreza em Uberlândia

Dentre todas as formas de cálculo para indigência e pobreza, aqueles que procuram refletir o custo de vida da população de baixa renda apresentam vantagens, entre elas: consideram os padrões observados de consumo familiar e os diferentes custos de vida dentro do país (possibilitando a regionalização das linhas de indigência e pobreza). Dessa forma, ao adotar determinados valores, ter-se-á claro que a linha corresponde a um valor que permite o consumo de uma particular cesta de alimentos e de outros itens de consumo não-alimentares.

Para determinar a linha de pobreza baseada no custo de vida da população de baixa renda, é necessário, primeiro, definir os requerimento nutricionais médios a serem atendidos. Em seguida, é preciso estabelecer uma cesta de alimentos, de acordo com as preferências da população de renda baixa e capaz de atender aos requisitos nutricionais. A cesta não deve ser normativa (ou deve possuir o menor grau de normatização possível) e deve ter por base a opção dos consumidores, especialmente os de baixa renda, levando em conta as especificidades regionais. Em terceiro lugar, deve ser calculado o valor da cesta alimentar a preços correntes. Para a valoração da cesta utilizam-se preços regionais. Por fim, deriva-se a linha de pobreza, considerando o valor gasto com alimentos e demais despesas básicas.

O custo dos itens não alimentares, em grande parte dos estudos, é determinado através da utilização do coeficiente de Engel (que corresponde à relação entre despesas alimentares e despesa total) para o mais baixo decil de renda onde não são observadas deficiências calóricas; esse custo é, então, somado ao da cesta básica, para o estabelecimento da linha de pobreza. A linha de indigência corresponde, unicamente, ao valor da cesta de alimentos.

A derivação de uma cesta alimentar para Uberlândia esbarra em alguns problemas. O primeiro, e mais importante, é a ausência de uma pesquisa de orçamento familiar (POF) atualizada. Por essa razão, foram seguidas as recomendações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), que sugerem ingestão diária de 2.242 kcal/dia, independente da pessoa e do local em que resida (ROMÃO, 1993)<sup>3</sup>. Para compor a cesta recorreu-se aos trabalhos de ELLWANGER (*apud* ROCHA 1999a)<sup>4</sup> e ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pelo Centro de

<sup>3</sup> Os dados referem-se à média aritmética não-ponderada.

<sup>4</sup> Que utiliza a POF/ IBGE.

Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos e Sociais (CEPES) vinculado à Universidade Federal de Uberlândia (tabela abaixo), sendo as quantidades ajustadas para alcançar 2.242 kcal/dia<sup>5</sup>. Observe-se que os itens que compõem a cesta correspondem ao básico da alimentação.

Em relação aos preços, há uma vantagem em relação a outros municípios brasileiros: a existência de um índice de preços local. Portanto, uma vez definida, a cesta foi valorada através de preços praticados em Uberlândia. Como a pesquisa de campo durou quatro meses, a cesta também recebeu preços observados a cada mês de coleta das informações. O valor da cesta em cada mês corresponde à linha de indigência.

TABELA 4.2 – COMPOSIÇÃO DA CESTA ALIMENTAR PARA UBERLÂNDIA – PREÇOS DE 2001\*

	R\$ ABRIL	R\$ MAIO	R\$ JUNHO	R\$ JULHO
<b>Açúcar</b>	1,32639	1,32639	1,36935	1,38546
<b>Arroz</b>	4,0608	4,0608	4,368	4,5408
<b>Banana</b>	1,8	1,83	1,725	1,68
<b>Batata</b>	2,97	2,898	2,484	1,836
<b>Café</b>	3,7233	3,6162	3,5595	3,5343
<b>Carne</b>	10,101	10,143	10,101	10,101
<b>Farinha de mandioca</b>	0,294	0,282	0,288	0,249
<b>Farinha de Trigo</b>	0,3645	0,378	0,387	0,405
<b>Feijão</b>	2,937	2,9205	3,003	3,102
<b>Frango</b>	2,2962	2,5413	2,4768	2,4653333
<b>Leite</b>	4,5198	4,7988	5,022	4,8546
<b>Macarrão</b>	0,576	0,594	0,603	0,603
<b>Margarina</b>	0,7056	0,6888	0,672	0,6762
<b>Óleo</b>	1,236	1,236	1,26	1,32
<b>Ovo</b>	3,775	3,6	3,55	3,625
<b>Pão</b>	4,56	5,016	5,016	5,472
<b>Tomate</b>	10,56	12	8,8	8,4
<b>Sal</b>	0,00396	0,0042	0,00432	0,0042
<b>Biscoito</b>	4,8	4,8	4,8	4,8
<b>Total</b>	60,60955	62,73399	59,48897	59,0538933

Fonte: Cesta ajustada para contemplar uma dieta de 2.242 kcal / dia *per capita*.

Elaboração: própria.

\* IPC / CEPES

O consumo alimentar baseia-se em parâmetros definidos de acordo com pesquisas específicas, mas não existem normas ou procedimentos diretos para estimação da despesa referente ao consumo de itens de vestiário, habitação, transporte, saúde e educação, entre outros. Para dar conta do problema, os estudos utilizam o coeficiente de Engel, mencionado anteriormente, na determinação da linha de pobreza – embora se reconheça a “... evidente fragilidade conceitual e empírica

<sup>5</sup> Ver a tabela 1 do anexo I.

para este fim” (ROCHA, 1999a:8) – adotando-se o coeficiente observado para a população de mais baixa renda. O Estudo Nacional de Despesa Alimentar (ENDEF) e as demais pesquisas de orçamento familiar demonstram que a despesas alimentares, no Brasil, representam um percentual relativamente baixo, em relação à despesa total, inclusive para a população de baixa renda<sup>6</sup>.

Para Uberlândia foi utilizada a POF de 1995/96 de Goiânia, como referência para definir a distribuição da renda entre despesas alimentares e não-alimentares. Para as despesas não-alimentares foram considerados os gastos com aluguel, manutenção do lar, artigos de limpeza, vestuário, transporte coletivo, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e educação (da população que ganha até 2 salários mínimos). Como resultado, obteve-se um coeficiente de Engel de aproximadamente 0,4127<sup>7</sup>, que se refere a Goiânia – uma vez que não existe o dado para o Município, como foi assinalado (ver anexo II).

Os valores encontrados para as linhas de indigência e de pobreza em Uberlândia, para cada um dos meses da pesquisa estão expostos na Tabela 4.4. Observe-se que, mesmo sem utilizar nenhum procedimento minimizador do custo da cesta de alimentos, como foi o caso, trata-se de valores bastante baixos, o que fica mais evidente quando traduzidos em valores diários: para a linha de indigência, em torno de R\$2/dia (ou seja, menos que 1 dólar diário), para satisfazer estritamente as necessidades alimentares de uma pessoa, sem comprometimento calórico; para a linha de pobreza, o valor varia em torno de R\$5/dia.

TABELA 4.3 - LINHAS DE INDIGÊNCIA E POBREZA EM R\$ CORRENTES  
UBERLÂNDIA - 2001

Mês	Linha de Indigência	Linha de Pobreza
Abril	60,60	146,87
Mai	62,74	152,02
Junho	59,50	144,16
Julho	59,05	143,10

Fonte: Elaboração própria.

Grande parte dos estudos brasileiros adota linhas de pobreza muito baixas, segundo Lessa *et. al.* (1997), e nenhuma das cestas alcança cem por cento do salário mínimo “... Ou seja, esses valores permitem, na melhor das hipóteses, adquirir uma cesta básica de alimentos” (LESSA *et. al.* 1997:80). As outras necessidades essenciais dificilmente poderiam ser atendidas com tais linhas, ressaltando-se ainda o

<sup>6</sup> Alguns analistas de outros países indicam que o coeficiente de Engel alcança 0,50. Os baixos coeficientes seriam uma “especificidade brasileira”.

<sup>7</sup> Cálculo da linha de pobreza no mês de abril:  $60,60955 \times 1 / 0,4127 = 146,87$ .

fato de que as “necessidades básicas” sofreram elevações reais de preços na última década<sup>8</sup>. Cada pesquisador, imbuído de objetivos específicos (por exemplo, determinar um público alvo para políticas sociais), acaba lançando mão de critérios diversos.

A preocupação central do estudo aqui realizado foi chegar a um valor de linha de pobreza mais adequado a uma vida digna em sociedade, incorporando itens considerados essenciais para tanto.

Na tabela abaixo estão listados diversos valores para as linhas de pobreza com base em diversas metodologias.

TABELA 4.4 - LINHAS DE POBREZA  
 DIVERSAS ESTIMATIVAS PARA A ÁREA URBANA DE MINAS GERAIS

ANO	ENDEF	POF	ICidadania	Pesquisa UFU
1992	177.065,52	250.779,23	-	-
1995	38,11	55,20	-	-
1998	47,06	69,50	-	-
1999	49,90	73,81	66,55*	123,20

Fonte: ENDEF e POF – linhas elaboradas por Sônia Rocha; ICidadania - Instituto Cidadania (2001) – US\$ 1,00/dia.

\* Conversão de US\$1,08 com base no câmbio médio de setembro de 1999.

Observa-se que as linhas de pobreza derivadas do ENDEF são as mais baixas se comparadas com linhas construídas a partir de outras fontes como a POF<sup>9</sup>. À guisa de exemplo, a tabela abaixo apresenta estimativas de incidência de pobreza utilizando duas linhas de pobreza distintas para o mesmo ano - 1997.

TABELA 4.5 – PROPORÇÃO DE POBRES  
 A PARTIR DE LINHAS DE POBREZA DERIVADAS DO ENDEF E DA POF 1997 - BRASIL

Linhas de Pobreza	Incidência de Pobreza (%)	Número de Pobres
ENDEF	20,96	31.986.732
POF	34,09	51.836.000

Fonte: PNAD.

Elaboração: GOMES (2000)

A linha de pobreza derivada do ENDEF aproxima-se mais de estimativas de indigência (que levam em consideração apenas gastos com alimentação) do que propriamente de pobreza (que considera outros gastos, além dos gastos com alimentação). Na tabela seguinte compara-se a proporção de pobreza utilizando linhas de pobreza derivadas do ENDEF e linhas derivadas do custo da cesta básica

<sup>8</sup> A título de comparação, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), que pesquisa o salário mínimo necessário (valor que o salário mínimo deveria alcançar para satisfação de necessidades alimentares, de moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, transportes, higiene e previdência social, previstas na Constituição Brasileira, art. 7º, Par. IV), apontou que, em São Paulo, em Junho de 2001 esse salário seria de R\$ 1072,14 (muito superior a qualquer linha de pobreza calculada).

pesquisada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) – correspondendo a uma dieta de 2.200 calorias divididas em treze produtos. Observa-se que, tanto a proporção quanto o número de pobres encontrados com linhas do ENDEF, aproximam-se dos valores encontrados por meio da utilização de cestas básicas valoradas pelo DIEESE.

TABELA 4.6 - PROPORÇÃO DE POBREZA A PARTIR DE LINHAS DE POBREZA  
DERIVADAS DO ENDEF E PROPORÇÃO DE INDIGENTES  
A PARTIR DE LINHAS DE INDIGÊNCIA DERIVADAS DO DIEESE, 1997 - BRASIL

Linhas de Pobreza	Incidência de Pobreza/Indigência (%)	Número de Pobres/Indigentes
ENDEF	20,96	31.986.732
DIEESE	21,00	32.302.582

Fonte: IBGE / PNAD, 1997 (microdados).  
Elaboração: GOMES (2000).

Já as linhas de pobreza calculadas por Sônia Rocha a partir das POF's levam em consideração o menor custo de uma cesta de alimentos que cobre necessidades nutricionais diversas de acordo com determinadas áreas.

No caso de Uberlândia, a linha de indigência calculada pela pesquisa da UFU para setembro de 1999 era cerca de R\$ 50,00, e a diferença entre essa linha de indigência e a linha de pobreza calculada por Rocha, com base na POF, era de R\$ 22,97. Considerando a cesta calculada pela pesquisa da UFU para Uberlândia e a linha de pobreza de Rocha, o coeficiente de Engel seria de aproximadamente 1,45. Para alcançar esse valor de linha de pobreza seriam incorporadas, à cesta de alimentos, apenas as despesas com remédios, roupas e manutenção do lar (considerando a porcentagem de despesa para a população de renda até dois salários mínimos de Goiânia e a linha de indigência calculada pela pesquisa da UFU). A linha de pobreza calculada pela pesquisa da UFU leva em conta as despesas com aluguel, com vestuário, saúde e educação. A linha de pobreza de Rocha corresponde a 60% da linha da pesquisa UFU.

<sup>9</sup> O anexo III apresenta os percentuais de pobres para os estados brasileiros utilizando linhas derivadas do ENDEF e da POF.

QUADRO 1 – RESUMO DA METODOLOGIA UTILIZADA PARA CÁLCULO  
 DA INDIGÊNCIA E POBREZA EM UBERLÂNDIA

Linha de Indigência	
Definição dos requerimentos nutricionais médios a serem atendidos	2.242 kcal/dia – segundo recomendação (FAO e OMS).
Definição da cesta	Consumo observado da população de baixa renda na POF e IPC/CEPES
Valoração da cesta	IPC/CEPES

Linha de Pobreza	
Despesas não alimentares	POF 1996 de Goiânia
Itens componentes da despesa não alimentar	Aluguel, educação, saúde e vestuário

#### 4.3.2 – O Bem-Estar e a Pobreza

Existem inúmeros indicadores que privilegiam outros aspectos da pobreza, além da renda ou juntamente com a renda. Entre eles pode-se citar os trabalhos de Albuquerque & Villela (1993) e Lopes (1993).<sup>10</sup> Ambos buscam acrescentar outras carências ao estado de pobreza, afora a evidente insuficiência de renda.

Albuquerque & Villela (1993) partiram do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU para construir o Índice de Desenvolvimento Relativo (IDR), substituíram no primeiro a variável PIB *per capita* pela renda domiciliar *per capita* e mantiveram os demais indicadores do IDH. Albuquerque & Villela também criaram o Índice do Nível de Vida (INV), que “...é um índice sintético que intenta medir os níveis de vida relativos alcançados por uma dada situação social, a partir da quantificação do grau de atendimento de um conjunto de necessidades básicas, aferido através do cálculo de medidas de carências” (Albuquerque & Villela, 1993:32). Dessa forma, eles escolheram cinco medidas de carência (que variam de 0 a 1):

- 1) a relativa à saúde – representada pela esperança de vida ao nascer;
- 2) a relativa à educação – representada pelas taxas de alfabetização e pelas porcentagens da população de 20 anos ou mais com mais de quatro e oito anos de estudo;
- 3) a relativa à habitação – representada pela disponibilidade domiciliar de água, energia e geladeira;
- 4) a relativa à participação econômica – representada pela porcentagem dos domicílios acima da linha de pobreza;
- 5) a relativa à lazer e informação – representada pela disponibilidade domiciliar de receptores de rádio e de televisão.

<sup>10</sup> Metodologia semelhante pode ser encontrada em BOLTVINIK (1992).

Lopes (1993), por sua vez, busca analisar a pobreza no Brasil associando a renda e a disponibilidade de equipamento sociais. O autor cria quatro possíveis situações:

- a) Pobres estruturais – seriam aqueles abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas não atendidas;
- b) Pobres mais recentes – as famílias abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas satisfeitas;
- c) Pobres por NBI – as famílias acima da linha de pobreza, mas com necessidades básicas não atendidas;
- d) Não Pobres *stricto sensu* – as famílias localizadas acima da linha de pobreza e com necessidades básicas atendidas.

Para construção do indicador “não satisfação das necessidades básicas”, Lopes utiliza as seguintes variáveis: densidade de pessoas por domicílio superior a 3,5; domicílio do tipo rústico; abastecimento de água não proveniente da rede geral e ausência de canalização interna; não ter esgotamento sanitário; não ter vaso sanitário e possuir crianças de 7 a 11 anos que não freqüentam a escola. Para que as necessidades básicas não estejam sendo atendidas basta que apenas uma das variáveis seja encontrada no domicílio.

Com base na proposta de construção de indicadores sintéticos, para que a pobreza seja olhada de forma pluridimensional, e inspirados na proposta de Lopes, procedeu-se à construção de indicadores para a realidade uberlandense. São eles: “Necessidades Básicas Atendidas” (NBA) e “Necessidades Básicas Não Atendidas” (NBN). Como foi visto, esses indicadores consistem em um conjunto de variáveis e basta que uma delas indique uma situação má para que o domicílio seja classificado em NBN. As variáveis escolhidas, que indicam a existência de necessidades insatisfeitas, são:

<b>Condições de moradia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Densidade de pessoas por dormitório maior que 3,5;</li> <li>▪ Tipo de construção: com material aproveitado;</li> <li>▪ Domicílio: particular improvisado;</li> <li>▪ Sem abastecimento de água;</li> <li>▪ Sem esgoto sanitário;</li> </ul>
<b>Condições de educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Filhos menores fora da escola;</li> </ul>
<b>Condições de saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Última ida ao dentista há mais de 2 anos</li> </ul>

Do cruzamento entre os níveis de pobreza derivados da renda e as necessidades básicas insatisfeitas, são separados os componentes da pobreza. O objetivo é descobrir a existência de uma pobreza mais recente (conjuntural) e uma estrutural, ou seja, podem surgir as mesmas situações descritas por Lopes: pobres estruturais, pobres mais recentes, pobres por NBN, não Pobres.

#### 4.4 - Indigência e Pobreza em Uberlândia: dimensão e características

##### 4.4.1 - Proporção de Pobres e Indigentes e Hiato de Renda

Uberlândia apresenta um índice de pobreza populacional de 43,3%, conforme os dados levantados entre abril e julho de 2001, o que representa uma população de 194.886 pessoas pobres no município. Em termos de família esse percentual é de 39,9%, abrangendo um total de 43.381 famílias pobres em Uberlândia.

TABELA 4.7 – PROPORÇÃO DE INDIGENTES E POBRES, UBERLÂNDIA – 2001

	%
<b>Indigentes</b>	10,7
<b>Pobres</b>	43,3

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados apresentados mostram que 10,7% da população de Uberlândia são considerados como população indigente, ou seja, estão abaixo da linha de indigência apresentada neste trabalho. Esse percentual corresponde a 12.101 famílias (8,9%), compondo um total de 49.800 pessoas.

O hiato de renda permite conhecer a distância média entre a renda dos pobres/indigentes e a linha de pobreza/indigência. No caso de Uberlândia, o hiato de renda está indicando que, no período da pesquisa de campo, a renda média dos pobres equivalia a 58,38% do valor da linha de pobreza, ou seja, em média, os pobres ganham cerca de R\$85,00. No caso dos indigentes, o hiato é de 32,97, apontando que a renda média dos indigentes é aproximadamente 67,02% do valor da linha de

indigência, ou seja, a renda média dos indigentes é R\$ 40,48. Para que os indigentes alcancem a linha de indigência seriam necessários R\$ 3.882.120,1 ao mês e R\$ 46.585.441,27 ao ano. A contribuição dos não indigentes para erradicar a indigência seria de R\$ 12,59 (ao mês).

TABELA 4.8 – HIATO DE RENDA – INDIGENTES E POBRES, UBERLÂNDIA – 2001

<b>Hiato de Renda</b>	
<b>Indigentes</b>	32,97
<b>Pobres</b>	41,62

Fonte: Pesquisa de campo.

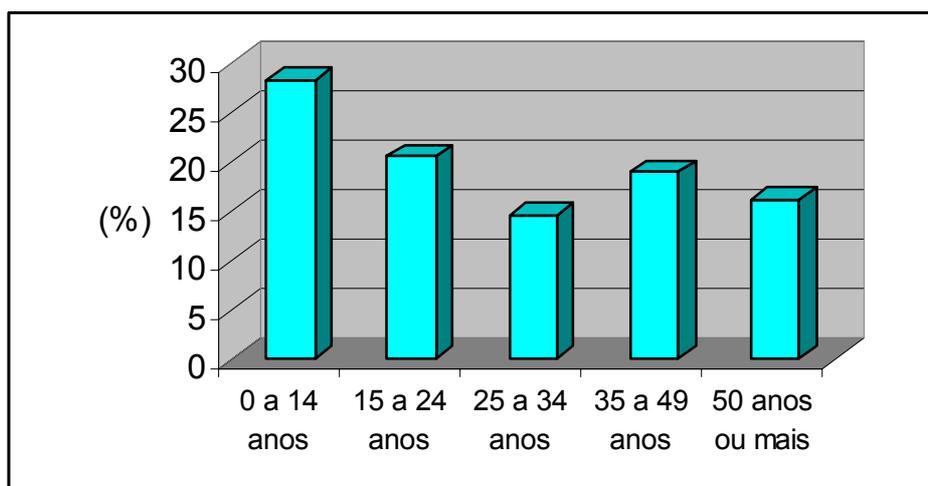
#### 4.4.2 Características da subpopulação pobre e indigente

Ao analisar a população em diferentes classificações, como gênero do responsável pela família, faixa etária, cor, escolaridade, dentre outros, percebe-se que a pobreza não é homogênea.

Levando em conta o gênero daquele que se declarou responsável pela família, verifica-se que, nas famílias chefiadas por mulheres, 42,74% são pobres, enquanto nas chefiadas por homens 38,77% são pobres.

Os pobres por faixa etária apresentam um percentual mais elevado para crianças de 0 a 14 anos, correspondendo a 28,40% da população de pobres do município. A faixa entre 15 e 24 anos abrange 20,50% dos pobres. Estão próximas a esse percentual as pessoas com idade entre 35 e 49 anos: 19,0%. Entre as pessoas com 50 anos ou mais e as pessoas entre 25 e 34 anos estão as menores porcentagens, com 16,10% e 14,80%, respectivamente. Pode-se perceber que há uma concentração maior da pobreza entre as crianças, de onde se deduz que as famílias com crianças tendem a ser mais pobres.

GRÁFICO 1 - POBRES POR FAIXA ETÁRIA (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando a pobreza para o conjunto de pessoas de cada cor declarada, observa-se que, dentro da população negra de Uberlândia, 58,40% são pobres. O maior índice de pobreza não está nesse extrato da população, mas entre os indígenas, que, embora um contingente diminuto, apresentam um percentual de 61,20% de pobres. Com relação aos pardos, 48,70% são pobres, o que representa um contingente elevado, considerando que são 175.563 pessoas que se declaram pardas, no município. Entre os brancos, 37,40% são pobres e entre os amarelos, 25,90% são pobres.

TABELA 4.9 – POBRES POR COR DECLARADA, UBERLÂNDIA – 2001

Cor declarada	%
Negra	58,40%
Parda	48,70%
Indígena	61,20%
Amarela	25,90%
Branca	37,40%

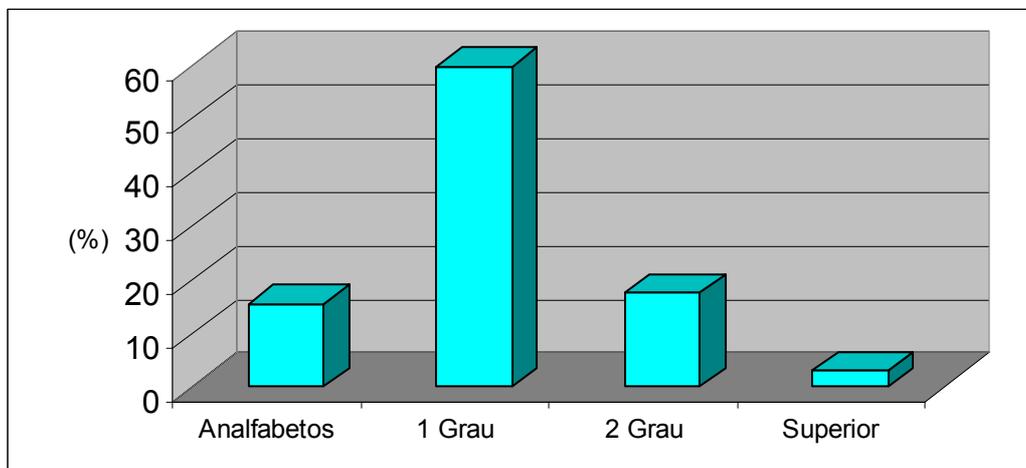
Fonte: pesquisa de campo

Com relação à escolaridade, 59,8% dos pobres possuem apenas o 1º Grau (incompleto e completo), 17,5% possuem o 2º Grau (incompleto e completo) e 15,6% são analfabetos ou pessoas que sabem ler e escrever mas nunca freqüentaram escola. Esses percentuais desmistificam a idéia de que na pobreza se concentram os analfabetos e semi-alfabetizados<sup>11</sup>. Entretanto, não dá para negar que um grau de escolaridade maior, apesar de não ser condição suficiente, é condição necessária para

<sup>11</sup> Ressalta-se que aproximadamente 59% dos analfabetos são pobres.

estar acima da linha de pobreza, já que a população com curso superior (incompleto, completo e pós-graduação) representa 3% dos pobres.

GRÁFICO 4.2 - POBRES POR ESCOLARIDADE (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

Considerando a distribuição da população pobre segundo as alternativas trabalha, não trabalha, aposentado ou pensionista, o maior percentual está entre os que não trabalham, com 58,50% dos pobres. Os que trabalham representam 33,20%. Já os aposentados e pensionistas representam uma porcentagem reduzida, com, respectivamente, 6,40% e 1,90% dos pobres do município.

TABELA 4.10 – POBRES POR TRABALHO, UBERLÂNDIA - 2001

	%
<b>Aposentado</b>	6,4
<b>Não Trabalha</b>	58,5
<b>Pensionista</b>	1,9
<b>Trabalha</b>	33,2

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto à situação no trabalho, a maior concentração, entre os pobres, é a dos trabalhadores permanentes com carteira assinada: 44,10% dos pobres estão nessa situação. Os “conta própria” representam a segunda maior concentração, com 22,73% dos pobres, enquanto os trabalhadores permanentes sem carteira assinada são 18,80% dos pobres e os trabalhadores eventuais são 4,96%. Os funcionários públicos, por sua vez, são 4,21%, ao passo que os temporários com contratos e os sem contrato são 1,70% e 1,36%, respectivamente, ficando a menor porcentagem para o empregador, com 0,63% dos pobres.

TABELA 4.11 – POBRES POR SITUAÇÃO DE TRABALHO, UBERLÂNDIA – 2001

Situação de Trabalho	%
Permanente com carteira assinada	44,10%
Permanente sem carteira assinada	18,80%
Empregador	0,63%
Conta-própria	22,73%
Temporário com contrato	1,70%
Temporário sem contrato	1,36%
Trabalhador eventual	4,96%
Funcionário Público	4,21%

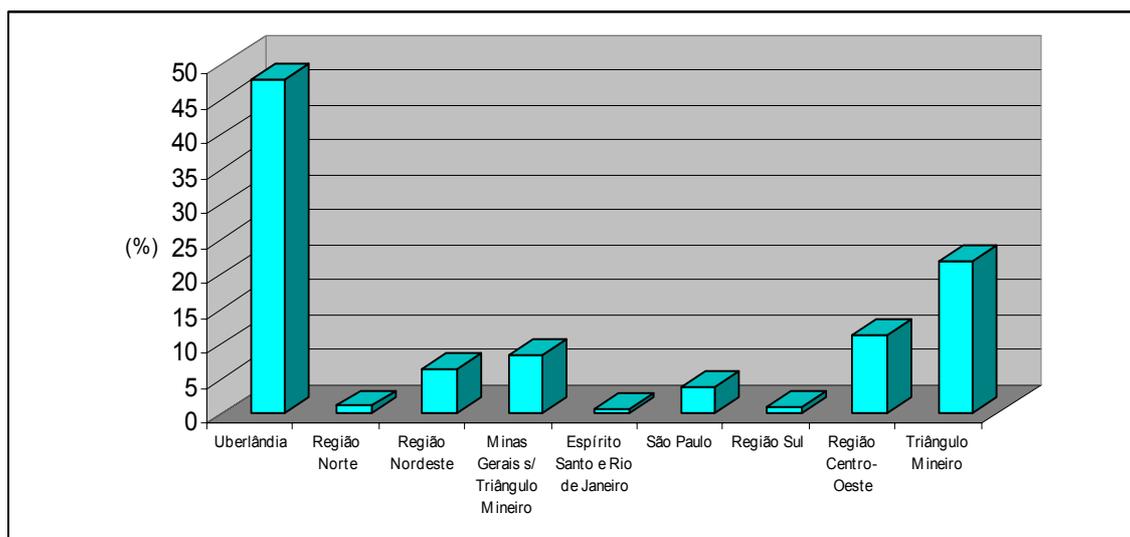
Fonte: Pesquisa de campo.

Os últimos dados apontados nos dois parágrafos anteriores são preocupantes, pois demonstram que a inserção produtiva estável (trabalho com carteira de trabalho assinada) não garante que a família esteja acima da linha de pobreza. O salário é fator relevante na configuração e reprodução da pobreza. As diversas políticas de administração dos salários ao longo da história brasileira têm mantido os salários médios em patamares muito baixos, inclusive em períodos de expansão econômica. Os dados sobre o perfil dos pobres demonstram essa afirmação.

Ao observar a porcentagem de pobres distribuídos de acordo com o local de nascimento, percebe-se que a população nascida em Uberlândia corresponde ao maior percentual, com 48,7% dos pobres do município.<sup>12</sup> Ou seja, ao contrário do que o senso comum prega, os pobres de Uberlândia não são, na sua maioria, provenientes de outras localidades. Na sequência, o segundo maior percentual (que corresponde a menos da metade do percentual de pobres nascidos no próprio Município) é de pessoas que migraram de outros Municípios do Triângulo Mineiro, 21,5%, e os provenientes da Região Centro-Oeste são 11%. Os nascidos no restante de Minas Gerais correspondem a 8,3% dos pobres e os da Região Nordeste são 6,20%. O Estado de São Paulo e as Regiões Norte e Sul apresentam os menores percentuais com 3,60%, 0,90% e 0,70%, respectivamente.

<sup>12</sup> Do total de uberlandenses 45% são pobres.

GRÁFICO 2 - POBRES POR LOCAL DE NASCIMENTO



Fonte: Pesquisa de campo.

Passando agora a focalizar a indigência, e analisando os grupos familiares de acordo com o gênero dos responsáveis, os dados demonstram que, das famílias que declararam ser chefiadas por mulheres, 10,1% é constituída de indigentes, e, do total das famílias chefiadas por homens, esse percentual é igual a 8,5%.

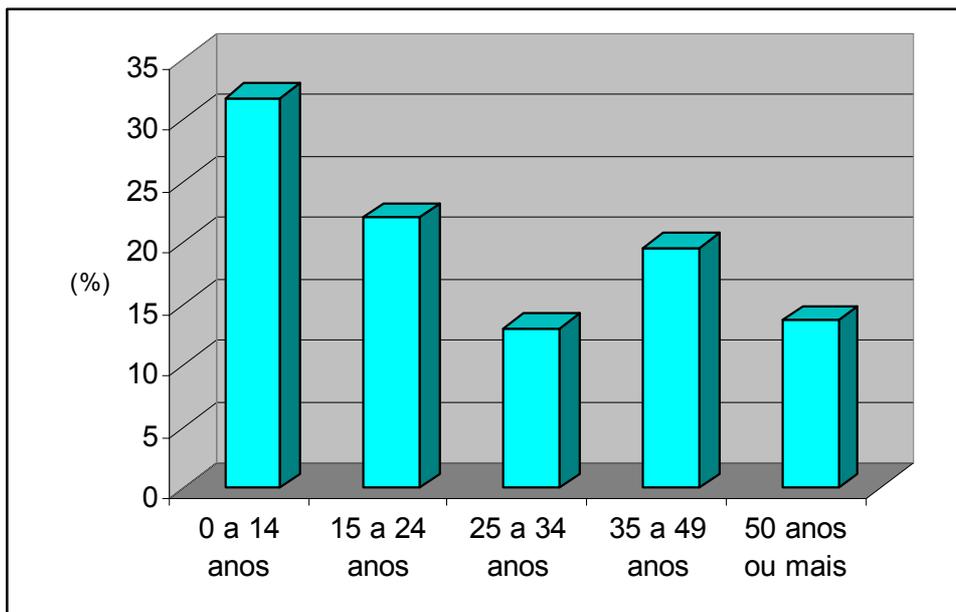
TABELA 4.12 – GÊNERO DOS QUE FORAM DECLARADOS COMO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO, UBERLÂNDIA - 2001

	Feminino	Masculino
INDIGENTE	10,09	8,5

Fonte: Pesquisa de campo.

Observando o gráfico abaixo, os dados permitem observar que as crianças são as que mais sofrem com a condição de indigência: a faixa etária que vai 0 a 14 anos representa 31,8% da população indigente; em seguida são os jovens de 15 a 24 anos e os adultos de 35 a 49 anos, com 22,1% e 17,6%, respectivamente. Os menores percentuais dizem respeito aos adultos, na faixa etária de 25 a 34 anos e os de mais de 50 anos, que correspondem a 13,0% e 13,7 %, respectivamente.

GRÁFICO 3 - INDIGENTES POR FAIXA ETÁRIA (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

Distribuindo os indigentes segundo a cor declarada, o perfil obtido foi que 17,6% e 12,1% das pessoas que se consideram de cor negra e cor parda, respectivamente, são indigentes. De toda a população branca, um percentual de 8,9% corresponde à população indigente e, de todos os indígenas, cerca de 16% são indigentes.

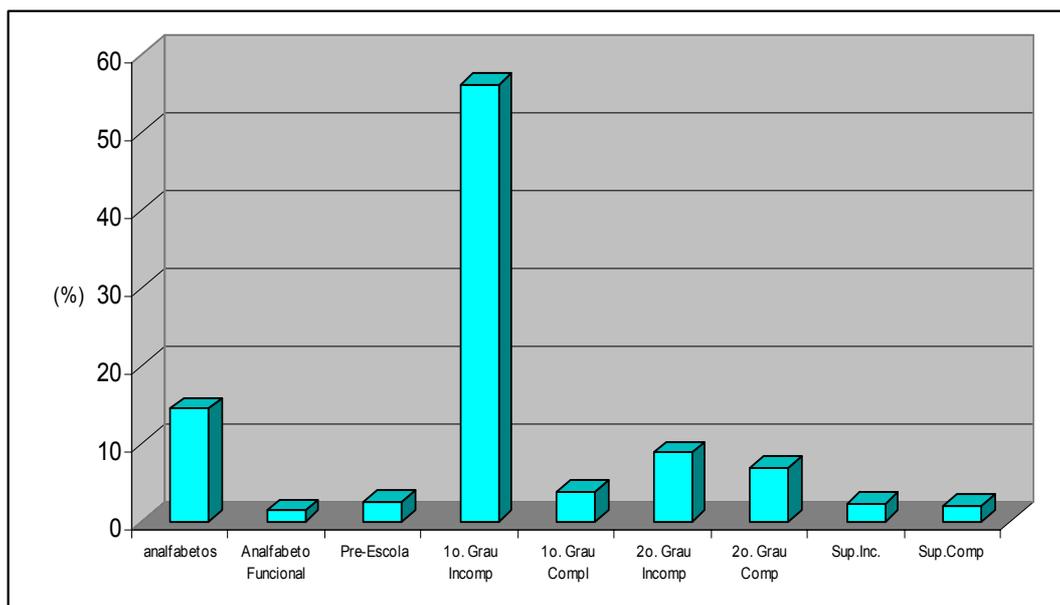
TABELA 4.13 –COR DECLARADA DOS INDIGENTES, UBERLÂNDIA - 2001

Cor	%
Negra	17,60%
Parda	12,10%
Indígena	16,00%
Branca	8,90%

Fonte: Pesquisa de campo.

Com o auxílio do gráfico abaixo percebe-se que 14,5% da população indigente compõe-se de analfabetos,<sup>13</sup> e a grande maioria, 60% tem o primeiro grau (incompleto ou completo). Os indigentes com segundo grau (incompleto ou completo) são 15,9%.

GRÁFICO 4 - INDIGENTES DE ACORDO COM A ESCOLARIDADE (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

Com relação ao trabalho, o resultado obtido foi que grande parte da população indigente não trabalha, 63,8%, contra apenas 29,8% que trabalha. Os aposentados e pensionistas correspondem a parcelas de 4,6% e 1,7%, respectivamente.

TABELA 4.14 – INDIGENTES POR TRABALHO, UBERLÂNDIA - 2001

	<b>Não Pobres</b>	<b>Pobres</b>
Aposentados	8,00%	4,60%
Não Trabalha	47,10%	63,80%
Pensionista	2,20%	1,70%
Trabalha	42,70%	29,80%

Fonte: Pesquisa de campo.

Dentre as pessoas que trabalham, foi identificada como situação no trabalho: a maioria é de trabalhadores permanente com carteira assinada (36,4%), seguida dos que trabalham por conta própria (26,0%). Os outros dois maiores percentuais foram encontrados para os que trabalham na situação de permanente sem carteira (19,0%) e os trabalhadores eventuais ("bico"), que correspondem a 8,0%.

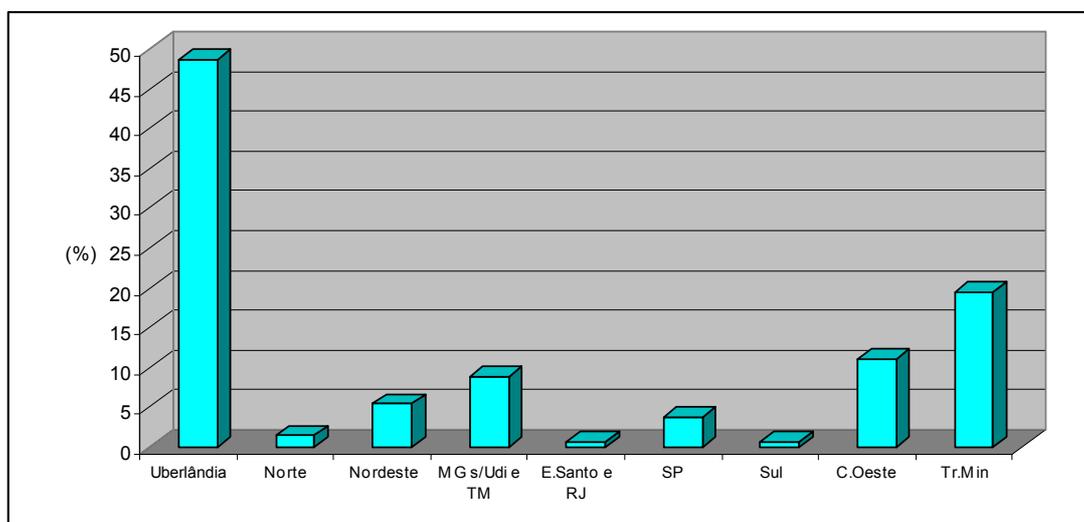
TABELA 4.15 – INDIGENTES POR SITUAÇÃO DE TRABALHO, UBERLÂNDIA - 2001

Situação de trabalho	%
Permanente com carteira assinada	36,40%
Permanente sem carteira assinada	19,00%
Empregador	1,20%
Conta-própria	26,00%
Temporário com contrato	1,50%
Temporário sem contrato	1,60%
Trabalhado eventual	8,00%
Funcionário público	3,90%

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com o gráfico abaixo, no cruzamento da população indigente com a naturalidade é possível observar como é expressivo o número de indigentes naturais de Uberlândia: 48,7%, e, em seguida, os maiores percentuais são de naturais do Triângulo Mineiro, 19,4%, e da Região Centro-Oeste, 11,1%. As pessoas que nasceram em outros municípios mineiros correspondem a 8,9% e os percentuais correspondentes as outras regiões são de 5,4% na região Nordeste, 1,4% na região Norte e 0,7% na região Sul.

GRÁFICO 5 - INDIGENTES POR LOCAL DE NASCIMENTO (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

A tabela abaixo apresenta as características dos domicílios das famílias pobres e indigentes. A subpopulação pobre reside em domicílios particulares e permanentes (98,7%), em casas (97,8%), construídas em alvenaria (99,3%). Aproximadamente 55% dos domicílios são próprios, 23,4% são alugados, 14,2% são financiados e 6,9% cedidos. Cerca de 95% dos domicílios possuem esgotamento sanitário, 95,9% energia

elétrica, 97% recebem água encanada, 71,4% possuem telefone e 95,6% são atendidos pela coleta de lixo.

O cruzamento da variável espécie de domicílio com indigência aponta que 98,40% dos indigentes residem em domicílios particulares e permanentes. Cerca de 96% vive em casas, das quais 98,18% são de alvenaria, 0,69% de material aproveitado e 0,13% de madeira aparelhada. No que diz respeito à propriedade do imóvel, 54,7% das residências dos indigentes são próprias, 23,25% são alugadas e 14,02% financiadas. Aproximadamente 95% dos domicílios possuem rede de esgoto, 97% possuem água encanada, 95,9% energia elétrica, 63,2% telefone e 95,6% são atendidos pela coleta de lixo.

TABELA 4.16 – CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS DA SUBPOPULAÇÃO POBRE E INDIGENTE  
 UBERLÂNDIA – 2001 (%)

Características do Domicílio		Pobres	Indigentes
espécie de domicílio	Particular permanente	98,77	98,35
	Particular improvisado	0,89	1,65
	Coletivo	0,34	0,00
tipo de domicílio	Casa	97,87	96,40
	apartamento	1,38	2,39
	Cômodo	0,74	1,21
A construção é de:	Alvenaria	99,18	98,23
	Madeira aparelhada	0,13	0,08
	Taipa	0,01	0,00
	Material aproveitado	0,69	1,69
Situação da construção (para alvenaria)	Completa	68,95	67,69
	Incompleta	29,87	30,38
	Não identificada	1,17	1,93
A moradia é:	Própria	54,77	55,19
	Cedida ou emprestada	7,45	6,28
	Alugada	23,25	27,39
	Financiada	14,02	10,77
	ND/NS	0,52	0,38
Na sua casa tem: esgoto	Sim	95,70	93,01
	Não	4,30	6,99
Na sua casa tem: água encanada	Sim	97,26	96,08
	Não	2,74	3,92
Na sua casa tem: energia elétrica	Sim	97,90	95,92
	Não	2,10	4,08
Na sua casa tem: telefone	Sim	71,43	63,20
	Não	28,57	36,80
Na sua casa tem: coleta de lixo	Sim	95,67	93,09
	Não	4,33	6,91

Fonte: Pesquisa de campo.

#### 4.4.3 Indicadores Sintéticos: NBA e NBN

A associação entre renda, condições de moradia (representadas pela densidade de pessoas por dormitório, tipo de construção, espécie do domicílio, abastecimento de água e existência de esgoto sanitário), de educação (filhos menores fora da escola) e de saúde (última ida ao dentista), produziu os indicadores NBA e NBN.<sup>14</sup>

Para obtenção destes indicadores sintéticos procedeu-se simplesmente a soma dos seus componentes individuais. Cada uma das variáveis listadas acima foi considerada como sendo binária (ou seja, com valores iguais a zero quando a família satisfaz a necessidade básica e igual a 1 quando a família não satisfaz a necessidade). A agregação das variáveis foi feita considerando como unidade de análise a família.

Os resultados dos indicadores sintéticos (Tabela 3) apontaram que 74,7% dos pobres são estruturais, isto é, não conseguem obter renda suficiente para sobreviver adequadamente e não tem necessidades básicas atendidas. A pobreza recente alcança 25,29% dos pobres (abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas atendidas).

No que diz respeito aos que estão acima da linha de pobreza, 56,7% não tem necessidades básicas atendidas, são pobres por NBN. Os não-pobres perfazem o total de 43,12% (aqueles que estão acima da linha de pobreza e têm necessidades básicas atendidas).

**Tabela 4.17 – Indicadores de Bem-Estar, Uberlândia - 2001**

	%
<b>Pobres estruturais</b>	74,70%
<b>Pobres mais recentes</b>	25,29%
<b>Pobres por NBN</b>	56,87%
<b>Não Pobres</b>	43,12%

Fonte: Elaboração própria.

<sup>14</sup> A tabela com os cruzamentos está no anexo V.

#### 4. 5 Bibliografia citada

ALBUQUERQUE, R. C.; VILLELA, R. "O Brasil social: um balanço de duas décadas". In: ALBUQUERQUE, R. C. (org.) O Brasil social: realidades, desafios, opções. Brasília, IPEA, 1993.

BOLTVINIK, J. "El método de medición integrada de la pobreza. Una propuesta para su desarrollo." Comercio Exterior, vol. 42, n.º 4, México, 1992.

CEPAL. Panorama Social de América Latina. Chile, Comissão Econômica para América Latina, 2001.

FERREIRA, F. H. G.; LANJOUW, P.; NERI, M. A new poverty profile for Brazil using PPV, PNAD and Data Census. Texto para Discussão n.º 418, PUC-RJ, 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Mapa do Fim da Fome. Centro de Políticas Sociais / FGV, 2001.

GOMES, D. C. Políticas Sociais na década de 90: o Programa Comunidade Solidária e Permanência das Desigualdades Sociais. Dissertação de Mestrado, IE/UFU, Uberlândia, 2000.

GOMES, D. C.; NEDER, H. D. "Pobreza nos anos 90: os efeitos da estabilização". Anais do V Encontro Nacional de Economia Política, Fortaleza, 2000.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Fome Zero, São Paulo, Instituto Cidadania / Fundação Djalma Guimarães, 2001. (versão para discussão)

LESSA, C. *et. al.* "Pobreza e política social: exclusão nos anos 90". Praga, n.º 3, 1997.

LOPES, J. R. B. "Brasil 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbanas". Cadernos NEPP, n.º 25, Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, 1993.

MERCADANTE, A. Uma economia de justiça e solidariedade (propostas alternativas para o combate à pobreza e à desigualdade social). Brasília, Centro de Documentação e Informações – Câmara dos Deputados, 1999.

PRATES, F. M. Desigualdade de renda e pobreza em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1996.

ROCHA, S. Estabelecimento e comparação das linhas de pobreza para o Brasil. Texto para discussão interna, Rio de Janeiro, INPES/IPEA, 1988.

\_\_\_\_\_. Poverty lines for Brazil – new estimates from recent empirical evidences. Background paper para o World Bank, 1993. (mimeo)

\_\_\_\_\_. Governabilidade e Pobreza: o desafio dos números. In: COELHO, M. P. e VALLADARES, L. (orgs.) Governabilidade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. Renda e pobreza: os impactos do plano real. Texto para discussão n.º 439, Rio de Janeiro, IPEA, 1996.

\_\_\_\_\_. Desigualdade e pobreza no Brasil: a evolução 1981/95. Texto para Discussão n.º 567, Rio de Janeiro, IPEA, 1998a.

\_\_\_\_\_. Renda e Pobreza – medidas per capita versus adulto-equivalente. Texto para discussão n.º 609, Rio de Janeiro, IPEA, 1998b.

\_\_\_\_\_. Opções metodológicas para estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 1999a. (mimeo)

\_\_\_\_\_. Pobreza e Desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real, 1999b. (mimeo)

ROMÃO, M. C. Pobreza: Conceito e Mensuração. Caderno de Economia n.º 13, Brasília, IPEA, 1993.

SEN, A. "Poverty: na ordinal approach to measurement. Econometrica, v. 44, n.º 2, 1976.

SOARES, L. T. R. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.

## ANEXO I –

### DEFINIÇÃO DA CESTA DE ALIMENTOS PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

PRODUTOS	Ração_FAVA *	kcal	ELLWNGER (obs.) **	Kcal	ELLWNGER (ajust.) ***	kcal	POF_CEPES	kcal
Açúcar	100	400	65	260	88	352	89,5	358
Arroz	100	170	131	222,7	159	270	160	272
Banana	250	222,5	-	-	-	-	60	53,4
Batata	200	172	-	-	-	-	60	51,6
Café	20	9,3	-	-	-	-	21	9,8
Carne	200	470	64	150,4	67	157	70	164,5
Farinha de mandioca	10	36	9	32,4	9	32,4	10	36
Farinha de Trigo	50	236,6	14	66,26	14	66,3	15	71
Feijão	150	468	38	118,6	53	165	55	171,6
Frango	24,8	42,65	45	77,4	41	70,5	43	73,96
Leite	95,8	57,48	205	123	186	112	186	111,6
Macarrão	31,70	121,1	13	49,66	14	53,5	15	57,3
Margarina	25,00	187,5	5	37,5	6	45	7	52,5
Oleo	33,3	299,7	33	297	35	315	36	324
Ovo	19,8	-	19	76	23	76	23	76
Pão	200	540	76	205,2	74	200	76	205,2
Tomate	300	75	-	-	-	-	200	50
Sal	0,33	-	-	-	-	-	0,4	8
Biscoito	-	-	-	-	8	48	4 un	96
<b>Total</b>	-	3508	-	1716	-	1963	-	2242

Fonte: Fonte: IPC - CEPES/UFU, FAVA (apud ROCHA, 1988), ROCHA (1999).

Elaboração: Própria.

\* Cesta com base no ENDEF

\*\* Cesta com o consumo observado na POF (2135 Kcal/dia)

\*\*\* Cesta com base nos requerimentos alimentares recomendados para São Paulo (2135 Kcal) ajustado para 90% do aporte calórico da cesta completa (Fonte: POF)

\*\*\*\* Cesta com base no consumo observado (POF), nos itens pesquisados pelo IPC / CEPES ajustados para 2.242 kcal/dia

## ANEXO II

GOIÂNIA: PERCENTUAL DA DESPESA MÉDIA MENSAL FAMILIAR, RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR  
 DE ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS, SEGUNDO OS TIPOS DE DESPESA

Tipo de despesa	%	Tipo de despesa	%
Desembolso global	100,00	Tratamento dentário	0,42
Despesas correntes	97,40	Consulta médica	0,62
Despesas de consumo	96,30	Hospitalização	0,10
Alimentação	27,60	Óculos e lentes	0,08
Habitação	31,60	Outras (Assistência a saúde)	3,74
Aluguel	7,38	Educação	3,50
Impostos e taxas	14,46	Cursos regulares de 1, 2 e 3 graus e pré-escolar	1,63
Manutenção do lar	3,30	Outros cursos	1,11
Artigos de limpeza	1,59	Livros e revistas técnicas	-
Mobiliários e artigos do lar	1,94	Outras (Educação)	0,75
Eletrodomésticos, equipamentos do lar e som e tv	2,20	Recreação e cultura	1,40
Consertos e manutenção de artigos do lar	0,72	Brinquedos e jogos	0,26
Vestuário	5,33	Discos e fitas	0,06
Roupa de homem	0,66	Outras (Recreação e cultura)	1,04
Roupa de mulher	1,10	Fumo	0,80
Roupa de criança	0,92	Serviços pessoais	1,20
Calçados e outros apetrechos	2,16	Cabeleireiro	0,73
Jóias e bijuterias	0,14	Manicuro e pedicuro	0,33
Tecidos e armarinhos	0,34	Outros (Serviços pessoais)	0,15
Transporte	7,70	Despesas diversas	2,80
Urbano	4,39	Cerimônias familiares e práticas religiosas	1,50
Veículo próprio (gasolina)	1,18	Serviços de cartórios e serviços de profissionais	0,34
Veículo próprio (álcool)	-	Outras (Despesas diversas)	0,96
Veículo próprio (manutenção)	0,55	Outras (Despesas correntes)	1,10
Viagens	1,59	Impostos	-
Outros (Transportes)	-	Contribuições trabalhistas	0,63
Higiene e cuidados pessoais	2,56	Outras (Outras despesas correntes)	0,45
Perfume	0,59	Aumento do ativo	2,20
Creme para pele e bronzeador	0,53	Veículo	0,71
Papel higiênico	0,22	Imóvel (aquisição)	0,07
Outros (Higiene e cuidados pessoais)	1,22	Imóvel (reforma)	1,01
Assistência a saúde	11,8	Outros investimentos	0,41
Remédios	6,52	Diminuição do passivo	0,40
Seguro saúde e associação de assistência	0,31	Prestação de imóvel	0,43

Fonte: POF 1995/96 – IBGE

Nota: As classes de recebimento mensal, na POF 1996, estão expressas em salário mínimo (R\$ 112,00).

### ANEXO III

UNIDADES FEDERATIVAS E Brasil: PROPORÇÃO DE POBRES  
LINHAS DE POBREZA DERIVADAS DO ENDEF E POF, 1999

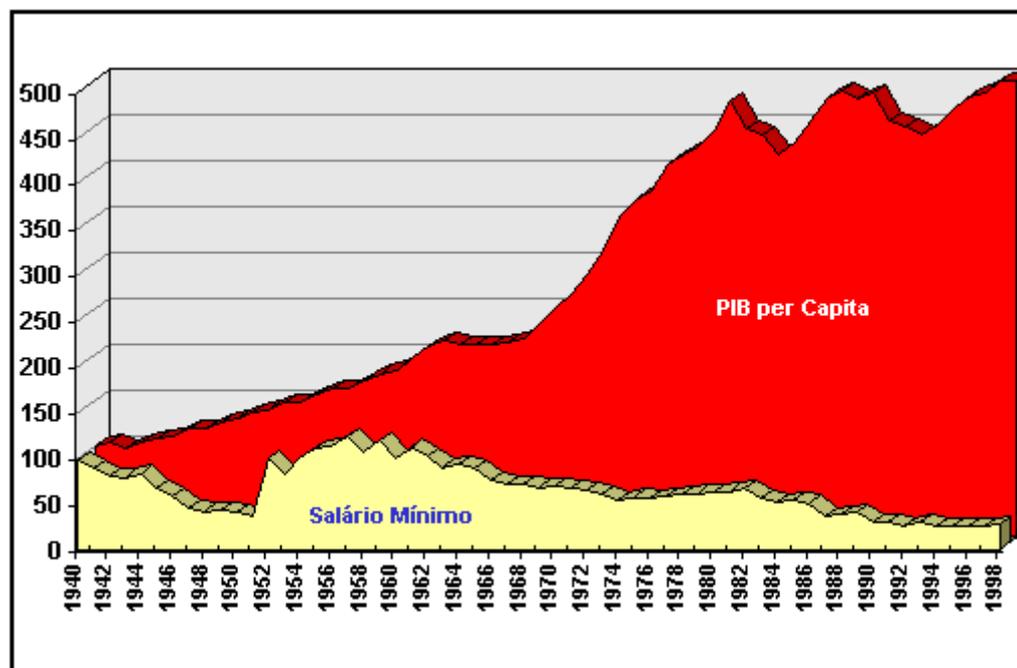
Unidades Federativas	POF	ENDEF
Acre	37,09	-
Alagoas	52,05	24,03
Amapá	41,92	44,81
Amazonas	43,87	24,37
Bahia	49,38	43,83
Ceará	53,56	43,57
Distrito Federal	40,10	42,54
Espirito Santo	24,36	33,08
Goiás	38,23	34,37
Maranhão	53,22	35,49
Mato Grosso	34,49	28,04
Mato Grosso do Sul	37,92	28,00
Minas Gerais	29,61	25,27
Pará	43,21	47,51
Paraíba	44,55	26,65
Paraná	25,03	24,17
Pernambuco	56,44	16,65
Piauí	54,31	13,49
Rio de Janeiro	28,07	20,80
Rio Grande do Norte	41,95	17,65
Rio Grande do Sul	18,54	13,83
Rondônia	22,58	12,83
Roraima	23,28	7,90
Santa Catarina	13,84	21,87
São Paulo	29,55	15,08
Sergipe	45,68	12,91
Tocantins	40,41	14,91
<b>BRASIL</b>	<b>35,04</b>	<b>21,68</b>

Fonte: Elaboração própria – tabulações especiais da PNAD 1999  
Linhas de Pobreza: estimativas de Sônia Rocha

## ANEXO IV

### SALÁRIO MÍNIMO REAL E PIB *PER CAPITA*

GRAFICO 1 – EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E DO PIB *PER CAPITA*, BRASIL, 1940 – 1998.



FORNE: DIEESE.

## ANEXO V

### INDICADORES SINTÉTICOS

TABELA 1 – INDICADOR AGREGADO DE BEM-ESTAR – UBERLÂNDIA, 2001

	Indicador Agregado de Bem Estar												Total	Total1	NBN	NBA
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11				
<b>NÃO POBRE</b>	34891	23367	13291	5420	2475	1103	264	22	46			30	80909	46018	56,87	43,12
<b>POBRE</b>	13671	13133	12077	7125	4006	2070	1150	375	184	150	91	9	54040	40370	74,70	25,29
<b>Total</b>	48562	36500	25368	12544	6481	3173	1414	397	230	150	91	30	9134949	86387	-	-

**Fonte: Elaboração própria.**

- Os números na segunda coluna da tabela indicam quantas famílias têm todas as necessidades atendidas (0) e os demais números apontam aqueles que não tem (1 até 12).

- A coluna "total1", indica o total de famílias com, pelo menos uma das necessidades não atendidas

## ANEXO VI – Tabelas, Pobreza e Indigência

### POBREZA

TABELA 1 – POBRES POR ESCOLARIDADE, UBERLÂNDIA – 2001

		NÃO POBRE	POBRE	Total
<b>analfabeto</b>	frequencia	19992	27987	47978
	Col %	41,67%	58,33%	100,00%
	Lin %	7,90%	14,40%	10,70%
<b>lê e escreve (sem escolaridade)</b>	frequencia	2805	2248	5053
	Col %	55,50%	44,50%	100,00%
	Lin %	1,10%	1,20%	1,10%
<b>1º Grau</b>	frequencia	117397	116533	233930
	Col %	50,18%	49,82%	100,00%
	Lin %	46,10%	59,80%	52,00%
<b>2º Grau</b>	frequencia	73202	34159	107361
	Col %	68,18%	31,82%	100,00%
	Lin %	28,70%	17,50%	23,90%
<b>superior</b>	frequencia	33617	5947	39565
	Col %	84,97%	15,03%	100,00%
	Lin %	13,20%	3,00%	8,80%

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 2 – POBRES POR FAIXA ETÁRIA, UBERLÂNDIA - 2001

		NÃO POBRE	POBRE	Total
<b>0 a 14 anos</b>	frequencia	46706	55536	102242
	Col %	45,68%	54,32%	100,00%
	Lin %	18,40%	28,40%	22,70%
<b>15 a 24 anos</b>	frequencia	57253	39943	97196
	Col %	58,90%	41,10%	100,00%
	Lin %	22,50%	20,50%	21,60%
<b>25 a 34 anos</b>	frequencia	40969	28802	69771
	Col %	58,72%	41,28%	100,00%
	Lin %	16,00%	14,80%	15,50%
<b>35 a 49 anos</b>	frequencia	58678	37040	95718
	Col %	61,30%	38,70%	100,00%
	Lin %	23,10%	19,00%	21,30%
<b>50 anos ou mais</b>	frequencia	49452	31319	80771
	Col %	61,22%	38,78%	100,00%
	Lin %	19,40%	16,10%	18,00%

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 3 – POBRES POR SITUAÇÃO DE TRABALHO, UBERLÂNDIA – 2001

		NÃO POBRE	POBRE	Total
<b>Permanente com carteira assinada</b>	frequencia	52773	28784	81557
	Col %	64,70%	35,30%	100,00%
	Lin %	42,82%	44,10%	43,26%
<b>Permanente sem carteira assinada</b>	frequencia	14825	12271	27096
	Col %	54,70%	45,30%	100,00%
	Lin %	12,03%	18,80%	14,37%
<b>Empregador</b>	frequencia	2192	409	2601
	Col %	84,30%	15,70%	100,00%
	Lin %	1,78%	0,63%	1,38%
<b>Conta-própria</b>	frequencia	34308	14839	49147
	Col %	69,80%	30,20%	100,00%
	Lin %	27,83%	22,73%	26,07%
<b>Temporário com contrato</b>	frequencia	2050	1112	3163
	Col %	64,80%	35,20%	100,00%
	Lin %	1,66%	1,70%	1,68%
<b>Temporário sem contrato</b>	frequencia	868	890	1758
	Col %	49,40%	50,60%	100,00%
	Lin %	0,70%	1,36%	0,93%
<b>Trabalhador eventual ("Bico")</b>	frequencia	2624	3237	5861
	Col %	44,80%	55,20%	100,00%
	Lin %	2,13%	4,96%	3,11%
<b>Funcionário Público</b>	frequencia	12742	2751	15493
	Col %	82,20%	17,80%	100,00%
	Lin %	10,34%	4,21%	8,22%

Fonte: Pesquisa de campo.

INDIGÊNCIA

TABELA 1 – PROPORÇÃO E QUANTIDADE DE INDIGENTES POR FAIXA ETÁRIA, UBERLÂNDIA – 2001

Faixa Etária		
<b>0 a 14 anos</b>	frequencia	15827
	Coluna %	15,00%
	Linha %	31,80%
<b>15 a 24 anos</b>	frequencia	10969
	Coluna %	11,00%
	Linha %	22,10%
<b>25 a 34 anos</b>	frequencia	6515
	Coluna %	9,00%
	Linha %	13,00%
<b>35 a 49 anos</b>	frequencia	8758
	Coluna %	8,90%
	Linha %	17,60%
<b>Mais de 50 anos</b>	frequencia	6794
	Coluna %	8,10%
	Linha %	13,70%

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 2 – INDIGENTES POR COR DECLARADA, UBERLÂNDIA – 2001

Cor declarada		
<b>negra</b>	frequencia	5840
	Coluna %	17,60%
	Linha %	11,70%
<b>parda</b>	frequencia	21911
	Coluna %	12,10%
	Linha %	44,00%
<b>indígena</b>	frequencia	281
	Coluna %	16,00%
	Linha %	0,60%
<b>branca</b>	frequencia	21691
	Coluna %	8,90%
	Linha %	43,60%

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 3 – INDIGENTES POR ESCOLARIDADE

Escolaridade		Não Pobre	Pobre	Total
<b>Analfabeto</b>	frequencia	42430	7188	49618
	Col %	85,50%	14,50%	100,00%
	Linha %	10,30%	14,50%	10,70%
<b>lê e escreve (sem escolaridade)</b>	frequencia	4431	750	5180
	Col %	85,50%	14,50%	100,00%
	Linha %	1,10%	1,50%	1,10%
<b>pré-escola</b>	frequencia	11859	1287	13146
	Col %	90,20%	9,80%	100,00%
	Linha %	2,90%	2,60%	2,80%
<b>1o. grau incompleto</b>	frequencia	185794	27867	213660
	Col %	87,00%	13,00%	100,00%
	Linha %	44,90%	56,00%	46,10%
<b>1o. grau completo</b>	frequencia	25814	2015	27829
	Col %	92,80%	7,20%	100,00%
	Linha %	6,20%	4,00%	6,00%
<b>2o. grau incompleto</b>	frequencia	43810	4417	48227
	Col %	90,80%	9,20%	100,00%
	Linha %	10,60%	8,90%	10,40%
<b>2o. grau completo</b>	frequencia	58613	3487	62100
	Col %	94,40%	5,60%	100,00%
	Linha %	14,20%	7,00%	13,40%
<b>superior incompleto</b>	frequencia	14273	1164	15437
	Col %	92,50%	7,50%	100,00%
	Linha %	3,40%	2,30%	3,30%
<b>superior completo</b>	frequencia	20025	1035	21059
	Col %	95,10%	4,90%	100,00%
	Linha %	4,80%	2,10%	4,50%
<b>pós-graduação</b>	frequencia	4066	25	4091
	Col %	99,40%	0,60%	100,00%
	Linha %	1,00%	0,10%	0,90%

Fonte: Pesquisa de campo.

## 5 - O Mercado de trabalho em Uberlândia

*Rosana Ribeiro  
Marlene Marins de C. Borges  
Sebastião Ferreira da Cunha*

### 5.1-O ajuste do mercado de trabalho brasileiro na década de 90

No início da década de 80 o Brasil foi submetido a um choque provocado pela alta da taxa de juros internacional e dos preços do petróleo e pela queda do preço das *commodities*, seguida pelo afastamento do País do sistema financeiro internacional. As autoridades econômicas priorizaram o controle das contas externas e internas, abandonando qualquer projeto de desenvolvimento econômico.

O Governo Collor, no começo dos anos 90, implementou uma política econômica nos moldes do receituário neoliberal e essa política foi mantida pelos demais governantes, ao longo da década. Dentre as principais medidas adotadas estão a desregulação financeira, o programa de privatização e a reforma comercial. O resultado da subordinação da política econômica ao projeto neoliberal foi a ausência de um crescimento auto-sustentado. Tal política impôs severos ajustes ao mercado de trabalho.

Há consenso de que o avanço das relações capitalistas deve resultar na preponderância do emprego tipicamente capitalista – que, neste caso, pode ser grosseiramente representado pelo assalariamento –, contraposto à menor dimensão do trabalho autônomo – representado pelo trabalhador por conta própria<sup>1</sup>. O intenso esforço de industrialização no País, a partir dos anos 50, acarretou ampliação do trabalho assalariado: de acordo com os dados censitários, o percentual de assalariados no total das pessoas ocupadas, que era de 49,1%, em 1950, atingiu 65,3%, em 1980. Nos países industrializados, o percentual de trabalhadores assalariados na distribuição da população ocupada gira em torno de 90% (Pochmann, 1998). Certamente, o peso dos assalariados no total da população ocupada no Brasil ainda estava bem distante do alcançado nos países desenvolvidos, mas, até 1980, havia um movimento em direção de sua ampliação.

---

<sup>1</sup> O trabalhador autônomo ou por conta própria é aquele que, não tendo um empregador fixo, oferece seus serviços sem precisar prestar conta das condições em que são realizados.

Para a década de 90, os dados da Tabela 5.1 apontam uma queda da participação do emprego assalariado no total da população ocupada. O peso dos empregados caiu de 65,25%, em 1990, para 62,14%, em 1998, pois seu principal componente, os assalariados com carteira assinada, tiveram sua participação reduzida de 44,84% para 36,01%, entre os mesmos anos. Em contrapartida, a participação dos empregados sem carteira e militares e funcionários públicos passou de 14,99% e 5,42% para 17,35% e 8,75%, respectivamente. Os trabalhadores domésticos, que em 1990 representavam 7,92% da população ocupada, no ano de 1998 atingiram 9,08%, e o percentual de conta própria também aumentou, no mesmo período, de 19,99% para 21,03%.

TABELA 5.1 - BRASIL  
PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS EM ATIVIDADE NÃO-AGRÍCOLA, SEGUNDO A  
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E A CATEGORIA DO EMPREGO DO TRABALHO PRINCIPAL  
1990/1992/1998

Pessoas de 10 anos ou mais de idade	1990(%)	1992(%)	1998 (%)
	100,00	100,00	100,00
Empregados	65,25	62,71	62,14
1-com carteira de trabalho assinada	44,84	38,95	36,01
2-sem carteira de trabalho assinada	14,99	15,17	17,35
Militares e Fun. Públicos estatutários	5,42	8,54	8,75
Sem declaração	0,00	0,04	0,02
Trabalhadores Domésticos	7,92	9,37	9,08
1-com carteira de trabalho assinada	1,59	1,64	2,34
2-sem carteira de trabalho assinada	6,33	7,72	6,73
3- sem declaração	0,00	0,01	0,01
Conta própria	19,99	20,8	21,03
Empregadores	4,59	3,93	4,55
Não remunerados	2,25	3,18	2,90

Fonte: PNADs- Elaboração própria

Ainda de acordo com os dados da Tabela 5.1, as variações nos pesos dos empregados sem carteira e dos trabalhadores domésticos<sup>2</sup>, foram maiores que a variação do percentual de trabalhador por conta própria. A queda dos assalariados formais foi compensada, principalmente, pelo significativo crescimento de posições na ocupação claramente mais precárias (assalariados sem carteira e trabalhadores domésticos).

A redução no peso dos empregadores, de 4,59% para 3,93%, entre 1990 e 1992, pode ser atribuída a falências acarretadas pelo aprofundamento da crise

<sup>2</sup> A taxa de variação do peso dos assalariados sem carteira, trabalhadores domésticos e trabalhadores por conta própria na população ocupada, entre 1990 e 1998, foi de 15,74%, 14,65% e 5%, respectivamente.

econômica. Por outro lado, o crescimento econômico de 1993 a 1995 estimulou a elevação desse peso, de modo que, em 1998, eles representavam 4,55%.

O percentual de não remunerados cresceu de 2,25%, em 1990, para 3,18%, no ano de 1992, mas contraiu-se daí até 1998, embora tenha permanecido em um patamar superior ao do início dos anos 90. O crescimento econômico do período 1993-1995, portanto, não foi capaz de reverter a participação desse segmento na população ocupada.

Em suma, a década de 90 foi marcada pela redução do peso dos assalariados com carteira na população ocupada.

Também o mercado formal de trabalho<sup>3</sup> reduziu-se, entre 1990 e 1998, em torno de 24,52%, enquanto as atividades informais<sup>4</sup> cresceram de 43,56% para 48,01%.

Entre maio de 1999 e maio de 2000 dos cerca de 820 mil postos de trabalho criados, em torno de 87% foram informais. Mas ao longo do segundo semestre de 2000 ganhou consistência um processo de reversão da tendência, até então verificada, de crescimento da ocupação por meio das atividades informais, e um padrão totalmente oposto passou a prevalecer: entre maio e dezembro, enquanto os vínculos com carteira foram acrescidos em cerca 340 mil novos postos, os informais mostraram um decréscimo de 60 mil (Pesquisa Mensal de Emprego – PME).

Essa mudança de padrão da demanda de mão-de-obra pode ser atribuída à evolução positiva da atividade industrial, que fez com que o setor atingisse, ao final do ano, níveis recordes de utilização da capacidade instalada. Como a indústria se caracteriza pela maior incidência de vínculos formais, o crescimento do emprego setorial refletiu-se favoravelmente na composição da ocupação total (Boletim de Conjuntura/IPEA, Jan 2001).

Contudo, a mudança no cenário econômico em 2001 – decorrente das altas taxas de juros domésticas, da crise argentina, da contração das economias norte-americanas e dos demais países desenvolvidos, somadas à eclosão da crise energética – afetou negativamente o índice de crescimento das atividades formais. Segundo os dados da PME, nos meses de maio e junho de 2001 os postos de trabalho com carteira apresentaram queda de 0,5%, enquanto o assalariamento sem carteira cresceu 3%.

---

<sup>3</sup> Aqui, o mercado formal de trabalho compreende as atividades assalariadas desempenhadas dentro do arcabouço institucional legalmente estabelecido pelo Estado, o que inclui os assalariados com carteira, militares e funcionários públicos.

A variação do número de postos de trabalhos com vínculos formais é extremamente sensível ao ritmo do crescimento do produto nacional. Uma reversão do avanço da informalização no mercado de trabalho, portanto, depende em grande parte da opção de política econômica do Governo Federal.

Segundo os dados da Tabela 5.2, o rendimento médio real dos assalariados com carteira, assalariados sem carteira e trabalhadores por conta própria teriam crescido, entre 1994 e 1997, respectivamente, 10,52%, 22,29% e 28,84%. De acordo com esses dados, o crescimento no rendimento médio das atividades informais (assalariado sem carteira e conta própria) permaneceu acima do crescimento do rendimento médio das atividades formais (assalariado com carteira). No entanto, a partir de 1998 o ritmo do crescimento do rendimento médio real sofreu uma queda em todas categorias ocupacionais. Em particular, no caso dos trabalhadores por conta própria, entre 1997 e 1998, ocorreu uma queda no rendimento médio real de 4,08%. Os assalariados com carteira assinada permanecem com o rendimento médio real mais elevado, em relação às outras categorias ocupacionais.

TABELA 5.2 - BRASIL  
RENDA REAL MÉDIA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

ANO	Assalariado com carteira assinada	Assalariado sem carteira assinada	Trabalhadores por conta própria	Empregadores
1991	697,73	540,25	530,00	1.964,00
1992	615,66	405,98	398,44	1.449,52
1993	685,57	467,89	467,95	1.765,26
1994	685,30	491,64	526,06	2.273,48
1995	702,30	557,67	635,98	2.460,60
1996	746,26	587,57	672,15	2.489,73
1997	757,41	601,24	677,77	2.415,82
1998	758,13	603,52	650,14	2.503,78
1999	725,33	594,62	600,78	2.229,26

Fonte: PME/IBGE.

A discrepância no valor dos rendimentos recebidos por mulheres e homens é confirmado pelos dados da PME. No ano de 1999, segundo a PME, as mulheres receberam um rendimento médio real da ordem de R\$436,40, enquanto os homens obtiveram um rendimento médio real em torno de R\$639,68.

Dentre as diferentes faixas etárias a partir de 15 anos, os jovens recebem as menores remunerações. No ano de 1999, os jovens (de 15 a 24 anos) alcançaram rendimento médio real de R\$226,93, enquanto os adultos, com idade entre 40 e 59 anos, apresentaram o rendimento médio real mais elevado, R\$705,21 (PME/IBGE).

<sup>4</sup> O mercado informal de trabalho, neste contexto, inclui os assalariados sem carteira, o trabalhador por conta própria e não remunerados.

As remunerações crescem com a escolaridade. De acordo com os dados da PME, no ano de 1999 os indivíduos com escolaridade entre 0 e 4 anos perfizeram uma remuneração média de R\$299,15; as pessoas ocupadas, que possuem entre 5 e 8 anos de escolaridade, obtiveram uma remuneração média de R\$348,59; os indivíduos ocupados, com escolaridade entre 9 e 11 anos, receberam remuneração média real de R\$518,08; e, por último, aquelas pessoas ocupadas, com mais de 12 anos de escolaridade receberam remuneração média real de R\$1.334,96.

Ao longo da década de 90, nos momentos de contração da atividade econômica elevou-se a taxa de desemprego aberto, caindo no período de retomada do crescimento econômico. No entanto, ao final dos anos 90, quando o País enfrentou mais uma crise econômica, a taxa de desemprego aberto<sup>5</sup> atingiu patamares (em alguns meses de 1998) acima das registradas no início dos anos 80, quando o País também atravessou uma grave recessão. Dois fatores podem explicar as elevadas taxas de desemprego aberto do final da década de 90: o primeiro deles seria o provável esgotamento da capacidade absorvedora do setor informal; o segundo pode ser creditado ao pagamento do seguro desemprego, que permite a uma parcela da população desempregada permanecer na condição de “procurando trabalho” por algum tempo. Em 2000 a trajetória da taxa de desemprego aberto<sup>6</sup> foi de queda quase contínua.

As diferenças nas taxas de desemprego aberto por gênero são limitadas (em 1999 essa taxa foi de 8,26% entre as mulheres e 7,03% entre os homens), embora a duração média do desemprego seja bem superior entre as mulheres (10,5 meses) que entre os homens (6,9 meses).

Na década de 90 o percentual de pessoas desempregadas por mais de 12 meses cresceu significativamente. Em 1991, 55,53% dos desocupados permaneciam no desemprego entre 0 e 3 meses e por volta de 4,05% deles ficavam mais de 12 meses desempregados. No ano de 1999, em torno de 38,39% dos desocupados ficaram entre 0 e 3 meses desempregados no entanto 14,70% dos desempregados permaneceram nessa condição mais 12 meses (PME/IBGE). Ao longo da década prevaleceu a tendência de ampliar o percentual do desemprego de longa duração.

Os jovens (de 15 a 24 anos) apresentam as maiores taxas de desemprego aberto. No ano de 1999, a taxa média de desemprego aberto entre os jovens foi de 16,19%; na faixa etária entre 40 e 59 anos essa taxa atingiu 4,0% (PME).

---

<sup>5</sup> Segundo a PME, as taxas médias de desemprego aberto nos anos de 1998 e 1999 foram de 7,60% e 7,53%, respectivamente.

<sup>6</sup> De acordo com a PME, a taxa de desemprego aberto, em fevereiro de 2000, foi de 8,14%, e atingiu 4,8% no mês de dezembro do mesmo ano.

A taxa de desemprego aberto é mais elevada no meio da população com escolaridade entre 5 e 11 anos. Em 1999, a taxa média de desemprego aberto para indivíduos com essa faixa de escolaridade atingiu um valor de 9,33%; no caso de indivíduos com escolaridade acima de 12 anos, essa taxa foi de 4,04% (PME/IBGE).

Uma dimensão em que as diferenças por gênero são acentuadas no mercado de trabalho é a duração da jornada de trabalho. Enquanto cerca de 30% das mulheres trabalham efetivamente menos de 40 horas, entre os homens esse número chega a apenas 15%. A jornada média semanal entre os homens é de 43,43 horas e para as mulheres essa jornada atinge 38,98. Essa diferença tem um importante impacto sobre o potencial de geração de renda das mulheres.

Ao longo dos últimos anos constata-se um quadro de deterioração no mercado de trabalho, expresso na redução dos assalariados com carteira, pela elevação das taxas de desemprego aberto e pela ampliação do período de duração do desemprego.

## **5.2 – Mercado de Trabalho em Uberlândia**

### **5.2.1 – A distribuição da PIA, PEA, PO, PD e PI segundo sexo, escolaridade e idade**

A pesquisa realizada permite uma análise da situação atual do mercado de trabalho em Uberlândia. A taxa de atividade<sup>7</sup> corresponde a 65,90% e a taxa de ocupação situa-se em 57,72%. Conforme as tabelas abaixo, a População em Idade Ativa (PIA)<sup>8</sup> compreende 348,5 mil pessoas. A participação das mulheres na PIA corresponde a 51,96%, já o percentual de homens atinge 48,02%. Os indivíduos sem escolaridade representam 6,74 % da PIA; as pessoas com 1º Grau incompleto totalizam 41,58% dessa população; já as pessoas com 1º Grau completo correspondem a 7,66% da PIA; os indivíduos com 2º Grau incompleto representam 13,42% e as pessoas com 2º Grau completo totalizam 17,86% dessa população; e finalmente, as pessoas com curso superior completo, incompleto ou pós-graduação correspondem 11,77% dessa população. Na PIA, a faixa etária entre 15 a 24 anos representa 28,53%; o segmento entre 25 a 29 anos corresponde a 10,64% dessa população; os indivíduos na faixa etária entre 30 a 39 anos compreendem 19,94% da PIA; as pessoas na faixa etária entre 40 a 49 anos corresponde a 17,07% PIA; os

---

<sup>7</sup> A taxa de atividade é igual à razão entre população economicamente ativa e população em idade ativa. A taxa de ocupação é dada pela razão entre população ocupada e população em idade ativa.

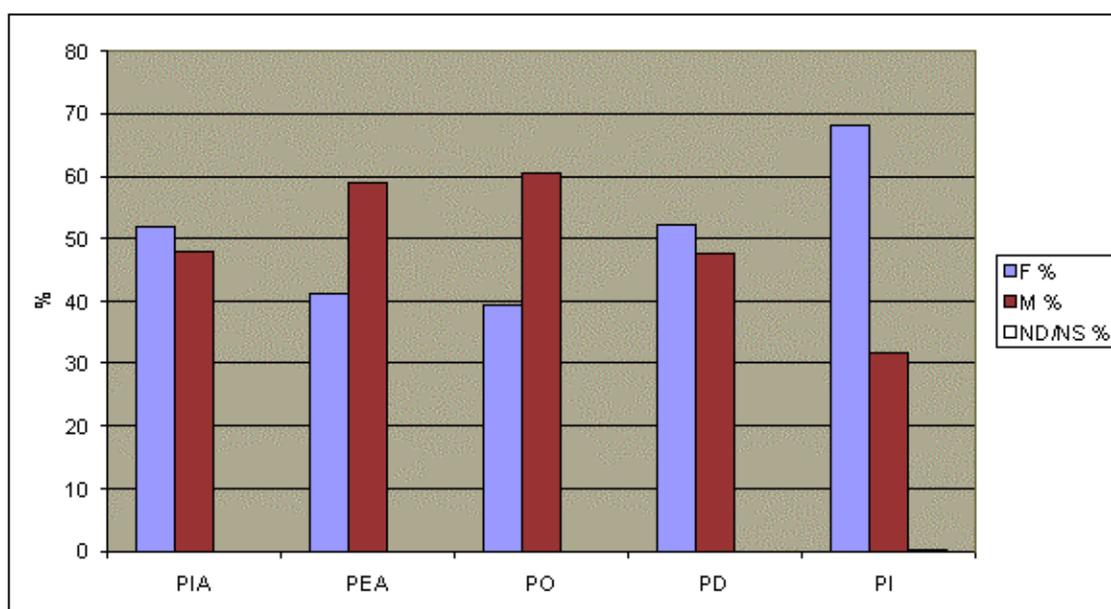
indivíduos na faixa etária entre 50 a 59 anos representam 10,81% dessa população e no caso de pessoas de 60 anos ou mais o percentual atinge 13,01%.

TABELA 5.3 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA PIA, PEA, PO, PD E PI SEGUNDO O GÊNERO

	F	%	M	%	ND/NS	%	Total	%
PIA	199803	51,96	184586	48,01	112	0,03	348501	100
PEA	94471	41,13	135170	58,85	27	0,001	229668	100
PO	79542	39,55	12570	60,44	27	0,01	201139	
PD	14929	52,33	13600	47,67			28529	100
PI	105332	68,00	49416	31,90	85	0,10	154833	100

Fonte: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 5.1 - CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA PIA, PEA, PO, PD E PI SEGUNDO O GÊNERO



Fonte: Pesquisa de campo

TABELA 5.4 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA PIA, PEA, PO, PD E PI SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE  
(EM NÚMEROS ABSOLUTOS)

	Sem escolaridade de (1)	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior (2)	nd/ns	Total
PIA	25924	159865	29449	51595	68653	45252	3762	348501
PEA	6995	92763	20074	25956	51153	30368	2398	229668
PO	6242	80767	17842	20556	45031	28476	2224	201139
PD	714	11996	2232	5400	6122	1892	173	28529
PI	18969	67102	9375	25639	17500	14884	1365	154833

Fonte: Pesquisa de campo.

– Inclui os analfabetos, analfabetos funcionais e aqueles que sabem ler e escrever mas nunca frequentaram escola.

(2) – Pessoas com curso superior incompleto, completo ou pós-graduação.

<sup>8</sup> População em Idade Ativa compreende as pessoas com idade superior a 14 anos.

TABELA 5.5 – Cidade DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA PIA, PEA, PO, PD E PI SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE

	Sem escolaridade de (1)	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior (2)	nd/ns	Total (%)
PIA	6,74	41,58	7,66	13,42	17,86	11,77	0,98	100
PEA	3,03	40,39	8,74	11,30	22,27	13,22	1,04	100
PO	3,10	40,15	8,87	10,22	22,39	14,16	1,11	100
PD	2,50	42,05	7,82	18,93	21,46	6,63	0,61	100
PI	12,25	43,34	6,05	16,56	11,30	9,61	0,88	100

Fonte: Pesquisa de campo.

(1)- Inclui os analfabetos, analfabetos funcionais e aqueles que sabem ler e escrever mas nunca frequentaram escola.

(2) – Pessoas com curso superior incompleto, completo ou pós-graduação.

TABELA 5.6 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA PIA, PEA, PO, PD E PI SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS

	15-24 anos	%	25-29 anos	%	30-39 anos	%	40-49 anos	%	50-59 anos	%	60 ou + anos	%	TOTAL	%
PIA	109707	28,53	40904	10,64	76655	19,94	65649	17,07	41554	10,81	50033	13,01	384501	100
PEA	59627	25,96	31658	13,78	59901	26,08	47370	20,63	22665	9,87	8447	3,68	229668	100
PO	46154	22,95	27726	13,78	54774	27,23	43431	21,59	20916	10,40	8138	4,05	201139	100
PD	13473	47,23	3931	13,80	5128	17,97	3939	13,81	1749	6,13	309	1,08	28529	100
PI	50081	32,35	9246	5,97	16752	10,82	18279	11,81	18889	12,20	41586	26,86	154833	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Segundo as tabelas acima, a População Economicamente Ativa (PEA)<sup>9</sup> da cidade perfaz 229,7 mil pessoas. Desse total, 58,85% pertence ao sexo masculino e 41,13% pertence ao sexo feminino. Dentre os membros da PEA, em torno de 3% declararam não possuir escolaridade; 40,39% possuem o 1º Grau incompleto; 8,74% apresentam 1º Grau completo e 11,30% possuem o 2º Grau incompleto. Os indivíduos com 2º Grau completo totalizam 22,27% dessa população e as pessoas com superior incompleto, completo ou pós-graduação representam 13,22%. Portanto, em Uberlândia, como no Brasil, prevalece entre os membros da PEA uma baixa escolaridade. Na PEA local, as pessoas jovens (de 15 a 24 anos) representam 25,96%; as pessoas na faixa etária entre 25 a 29 anos correspondem a 13,78%; os indivíduos dessa população entre 30 a 39 anos representam 26,08%; as pessoas entre 40 e 49 anos compreendem 20,63%; os indivíduos na faixa etária de 50 a 59 anos perfazem 9,87% e as pessoas com 60 anos ou mais representam 3,68%. Cabe destacar, para Uberlândia, a elevada participação de jovens na PEA.

<sup>9</sup> Pessoas efetivamente trabalhando, remuneradas ou não remuneradas, ou que estão procurando trabalho. Para efeito desta pesquisa, estamos considerando para a composição da PEA as pessoas com mais de 14 anos, ficando excluídos os aposentados e pensionistas.

A população ocupada (PO)<sup>10</sup>, na cidade, corresponde a 201,1 mil indivíduos. Os homens representam nessa população 60,44% e as mulheres 39,55%. Na população ocupada 3,10% dos indivíduos não possuem escolaridade; as pessoas com 1º Grau incompleto representam 40,15%; os indivíduos com 1º Grau completo correspondem a 8,87% dessa população; os indivíduos com 2º Grau incompleto compreendem 10,22% e as pessoas com 2º Grau completo representam 22,39% da população ocupada, enquanto as pessoas com curso superior completo, incompleto e pós-graduação totalizam 14,16%. A faixa etária de pessoas entre 30 e 39 anos apresenta o maior percentual na população ocupada, 27,23%; no caso dos jovens esse nível atinge 22,95%; o segmento entre 40 a 49 anos representa 21,59% da PO; os indivíduos com idade entre 25 a 29 anos compreendem 13,78%; as pessoas na faixa etária entre 50 a 59 correspondem a 10,40% e os indivíduos com 60 anos ou mais perfazem 4,05%.

A população desocupada (PD)<sup>11</sup> em Uberlândia compreende 28,5 mil pessoas. As mulheres correspondem a 52,33% na população desocupada, enquanto os homens representam 47,67%. Dentre a população desocupada, 2,50% das pessoas declararam não possuir escolaridade; o percentual de indivíduos desocupados com 1º Grau incompleto situa-se em 42,05%; os indivíduos com 1º Grau completo compreendem 7,82% dessa população; o peso das pessoas desocupadas com 2º Grau incompleto na população total de desocupados corresponde a 18,93%; os indivíduos com 2º Grau completo representam 21,46% dessa população e as pessoas desocupadas com curso superior incompleto, completo ou pós-graduação representam 6,63%. O percentual de pessoas na faixa etária entre 15 a 24 anos corresponde a 47,23% da população; as pessoas no segmento entre 25 a 29 anos representam 13,80% da população desocupada; os indivíduos com idade entre 30 a 39 anos perfazem 17,07%; as pessoas na faixa etária entre 40 e 49 anos compreendem 13,81%; os indivíduos na faixa etária entre 50 e 59 anos correspondem a 6,13% e as pessoas com 60 anos ou mais representam 1,08% da população ocupada.

A população inativa<sup>12</sup> corresponde 154,8 mil indivíduos. O peso dos aposentados e pensionistas nessa população é respectivamente 23,59% e 6,66%. O percentual de mulheres nessa população é de 68% e o de homens atinge 31,90%. Na

---

<sup>10</sup> Formada por indivíduos acima de 14 anos que são empregados, empregadores, trabalhadores autônomos ou contábil-própria, temporários com contrato, temporários sem contrato, trabalhadores eventuais, funcionários públicos. Essa população é formada por todos que trabalham e recebem remuneração monetária, incluindo também pessoas que trabalharam pelo menos 1 hora na semana anterior à pesquisa, mesmo sem receber remuneração monetária.

<sup>11</sup> São aquelas pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias. Para efeito desta pesquisa, não estão incluídos os aposentados e pensionistas que procuraram trabalho no período.

<sup>12</sup> Pessoas acima de 14 anos que não têm disponibilidade ou necessidade de trabalhar.

população inativa, 12,25% das pessoas declararam não possuir escolaridade; os indivíduos com 1º Grau incompleto representam 43,34% e as pessoas com 1º Grau completo compreendem 6,05% dos inativos; o percentual de pessoas com 2º Grau incompleto corresponde a 16,56%; os indivíduos com 2º Grau completo representam 11,30% e as pessoas com curso superior incompleto, completo ou pós-graduação compreendem 9,61% dos inativos. Os jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos representam o maior percentual na população total, atingindo 32,25%; as pessoas na faixa etária entre 25 e 29 anos correspondem a 5,97%, e os de 30 e 39 anos, 10,82%. O peso das pessoas inativas na faixa etária de 40 a 49 anos corresponde a 11,81%; os que possuem de 50 a 59 anos representam 12,20% e a participação das pessoas com 60 anos ou mais na população de inativos é 26,86%.

### **5.2.2- Distribuição da população ocupada segundo posição na ocupação, sexo, rendimentos e escolaridade**

Segundo a tabela abaixo, o mercado de trabalho formal<sup>13</sup> na cidade corresponde a 52,73% da população ocupada; já o informal atinge 43,92%. De acordo com os dados dos Registros Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego de 1999, para a cidade de Uberlândia, no mercado de trabalho formal os setores da economia que mais absorveram trabalhadores foram os serviços (35,78%), o comércio (23,83) e a indústria de transformação (14,79%). Os títulos ocupacionais mais frequentes entre a população ocupada são, em ordem decrescente: vendedor, empregada doméstica, serviços gerais, professor, comerciante, motorista e pedreiro. Alguns desses títulos indicam ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração, tais como empregada doméstica, serviços gerais e pedreiro. Quanto às mulheres, os títulos ocupacionais mais citados em ordem decrescente são: empregada doméstica, professor, vendedor, secretária e serviços gerais. No caso das pessoas ocupadas do sexo masculino, os títulos ocupacionais mais frequentes são em ordem decrescente: motorista, serviços gerais, comerciante, pedreiro, vendedor e professor. Os assalariados representam 58,79% da população ocupada, sendo que os trabalhadores com vínculos trabalhistas<sup>14</sup> representam o maior percentual entre a população ocupada, atingindo 44,47%, enquanto os trabalhadores sem vínculos trabalhistas

<sup>13</sup> Nesse caso, o mercado de trabalho formal compreende os trabalhadores permanentes com carteira, os trabalhadores temporários com contrato, os funcionários públicos e os militares. O mercado de trabalho informal compreende os trabalhadores permanentes e temporários sem carteira, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores eventuais.

<sup>14</sup> Os trabalhadores com vínculos trabalhistas são os permanentes com carteira assinada e os trabalhadores temporários com contrato. Os trabalhadores sem vínculos trabalhistas são os permanentes sem carteira assinada e os temporários sem contrato.

apresentam uma participação de 14,32%. Outro destaque cabe aos trabalhadores por conta própria, com um percentual de 26,90% da população ocupada. As pessoas ocupadas do sexo feminino apresentam percentuais mais elevados, quando comparadas a pessoas do sexo masculino, apenas nas posições ocupacionais de assalariados permanentes sem carteira assinada e no caso dos funcionários públicos. Considerando que os postos de trabalho sem carteira assinada são mais precários, cabe então às mulheres piores condições de trabalho. Elas se destacam entre os funcionários públicos, em função do grande número de servidores públicos vinculados à área de ensino.

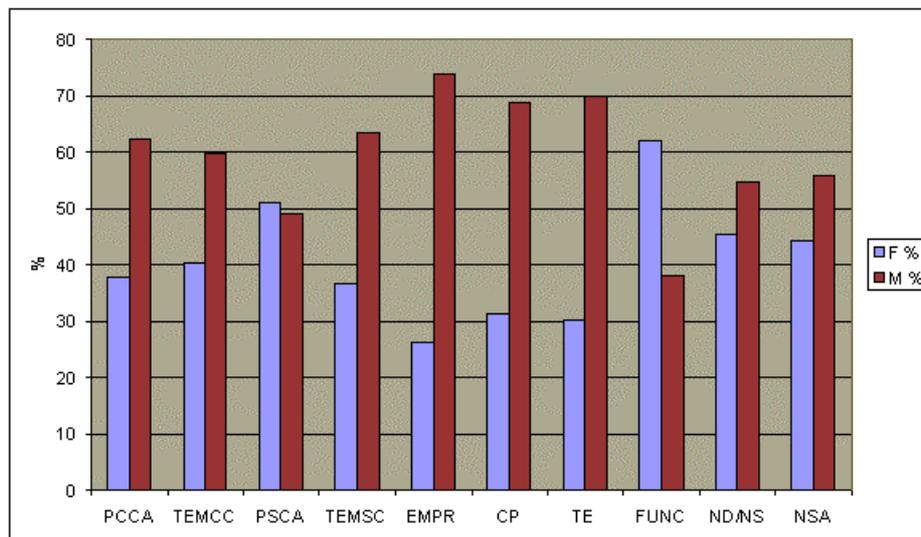
TABELA 5.7 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SEXO

Posição na ocupação	F (2)	% (3=2/6)	M (4)	% (5=4/6)	TOTAL (6)	% (7=6/201 139)	
Assalariados = 118.242	PCCA(a)	32408	37,64	53664	62,33	86099	42,81
	TEMCC(b)	1344	40,24	1995	59,73	3340	1,66
	Total(a+b)					89439	44,47
	PSCA(c)	13791	51,02	13242	48,98	27033	13,44
	TEMSC(d)	649	36,67	1121	63,33	1770	0,88
Total(c+d)					28803	14,32	
EMPR	709	26,11	2007	73,92	2715	1,35	
CP	16889	31,22	37210	68,78	54099	26,90	
TE	1633	30,10	3792	69,90	5425	2,70	
FUNC	10298	61,98	6316	38,02	16614	8,26	
ND/NS	1214	45,38	1461	54,62	2675	1,33	
NSA	607	44,31	763	55,69	1370	0,68	
TOTAL	79542	39,55	121570	60,44	201139	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo.

F= sexo feminino e M= sexo masculino. PCCA= Assalariado Permanente Com Carteira Assinada; PSCA= Assalariado Permanente Sem Carteira Assinada; EMPR= Empregador; CP= Trabalhador por Conta Própria; TEMCC= Trabalhador Temporário Com Contrato; TEMSC= Trabalhador Temporário Sem Contrato; TE= Trabalhador Eventual; FUNC= Funcionário Público e Militar; ND/NS= Não Declarou ou Não Sabe; NSA= Não Se Aplica.

GRÁFICO 5.2 - CIDADE DE UBERLÂNDIA  
 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SEXO



Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com as tabelas abaixo, a maioria da população ocupada distribuída segundo a posição na ocupação concentra-se na faixa de rendimentos entre 0 e 3 salários mínimos, com exceção dos empregadores e funcionários públicos. Quanto aos empregadores, 21,25% obtêm rendimentos acima de 10,01 salários mínimos. No entanto o percentual de empregadores que não informou seus rendimentos é elevado, correspondendo a 24,38% dentre eles, o que obriga a avaliar os índices com certa cautela. No caso do funcionários públicos, 48,54% recebem acima de 3 salários mínimos. Na faixa de rendimento entre 7,01 a 10,0 salários mínimos, os maiores percentuais da população ocupada segundo a posição na ocupação pertencem aos funcionários públicos (18,73%) e aos empregadores (6,52%).

O percentual de trabalhadores por conta própria, nas faixas de rendimentos acima de cinco salários mínimos, é significativamente mais elevado quando comparado aos percentuais dos trabalhadores com carteira assinada e sem carteira assinada. Os trabalhadores por conta própria, portanto, recebem rendimentos mais elevados que os assalariados; contudo, o percentual de conta própria que não informou seus rendimentos é significativo, 24,93%, o que nos obriga, também aqui, a maior cuidado nas inferências. Os títulos ocupacionais mais citados pelos trabalhadores por conta própria são, em ordem decrescente: comerciante, vendedor, pedreiro, professor, cabeleiro, motorista, confeccionista, pintor e manicure, alguns deles indicando ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração.

TABELA 5.8 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E RENDIMENTOS  
(NÚMEROS ABSOLUTOS)

Posição na ocupação	Faixa de rendimentos (salários mínimos)								Total
	0 a 0,5	0,51 a 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	> de 10,01	Não informado	
PCCA	1167	8238	47367	11170	3335	1933	2109	10779	86098
TEMCC	55	442	1725	343	119	64	43	549	3340
PSCA	1702	8388	11465	1534	642	352	183	2766	27032
TEMSC	161	499	791	81			0	239	1771
EMPR	25	43	489	363	379	177	577	662	2715
CP	1600	3993	19127	6739	3655	1861	3639	13484	54098
TE	540	1532	2148	178	19		24	983	5424
FUNC	268	212	5765	2428	1466	3112	1060	2303	16614
ND/NS	345	236	804	107	86	34	108	954	2674
NSA	72	148	413	71		24	0	642	1370
TOTAL	5935	23732	90094	23014	9700	7558	7745	33362	201139

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 5.9 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E RENDIMENTOS  
(%)

Posição na ocupação	Participação relativa por faixa de rendimentos (salários mínimos)								Total
	0 a 0,5	0,51 a 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	> de 10,01	Não inf.	
PCCA	1,36	9,57	55,02	12,97	3,87	2,25	2,45	12,52	100,00
TEMCC	1,65	13,23	51,65	10,27	3,56	1,92	1,29	16,44	100,00
PSCA	6,30	31,03	42,41	5,67	2,37	1,30	0,68	10,23	100,00
TEMSC	9,09	28,18	44,66	4,57	0,00	0,00	0,00	13,50	100,00
EMPR	0,92	1,58	18,01	13,37	13,96	6,52	21,25	24,38	100,00
CP	2,96	7,38	35,36	12,46	6,76	3,44	6,73	24,93	100,00
TE	9,96	28,24	39,60	3,28	0,35	0,00	0,44	18,12	100,00
FUNC	1,61	1,28	34,70	14,61	8,82	18,73	6,38	13,86	100,00
ND/NS	12,90	8,83	30,07	4,00	3,22	1,27	4,04	35,68	100,00
NSA	5,26	10,80	30,15	5,18	0,00	1,75	0,00	46,86	100,00
TOTAL	2,95	11,80	44,79	11,44	4,82	3,76	3,85	16,59	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Conforme a Tabela 5.10, grande parte da população ocupada segundo a posição na ocupação possui 1º Grau incompleto, ficando as exceções por conta dos empregadores, trabalhadores temporários com contrato e funcionários públicos. Boa parte dos empregadores, 42,86% , possui 2º Grau incompleto ou completo. Quanto aos trabalhadores temporários com contrato, verifica-se que 20,66% possuem 2º Grau completo e 31,71% apresentam curso superior incompleto, completo ou pós-graduação. Dentre as diversas posições na ocupação, os funcionários públicos apresentam o maior percentual (47,25%) de pessoas com curso superior incompleto, completo ou pós-graduação.

TABELA 5.10 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE

Posição na Ocupação	Sem escol. (1)	1º grau incomp.	1º grau completo	2º grau incomp.	2º grau completo	Superior (2)	nd/ns	Total
PCCA	1740	31739	8554	10324	22495	10411	836	86099
TEMCC	70	811	183	527	690	1059	0	3340
PSCA	1299	13839	2184	3796	3662	2095	158	27033
TEMSC	113	945	157	297	52	205	0	1769
EMPR	63	815	209	211	953	465	0	2716
CP	1797	24655	5182	3952	12068	5730	713	54097
TE	687	3242	358	418	391	228	99	5423
FUNC	229	3084	771	824	3677	7849	179	16613
ND/NS	220	1086	92	115	710	269	182	2674
NSA	21	550	151	91	334	164	57	1368
TOTAL	6242	80767	17842	20556	45031	28476	2224	201139

Fonte: Pesquisa de campo.

(1) – Sem escolaridade = incluem os analfabetos, analfabetos funcionais ou aqueles que lêem e escrevem sem escolaridade. (2) – pessoas com curso superior incompleto, completo ou pós-graduação.

TABELA 5.11 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE (%)

Posição na Ocupação	Sem escol. (1)	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior (2)	nd/ns	Total
PCCA	2,02	36,86	9,94	11,99	26,13	12,09	0,97	100,00
TEMCC	2,10	24,28	5,48	15,78	20,66	31,71	0,00	100,00
PSCA	4,81	51,19	8,08	14,04	13,55	7,75	0,58	100,00
TEMSC	6,39	53,42	8,88	16,79	2,94	11,59	0,00	100,00
EMPR	2,32	30,01	7,70	7,77	35,09	17,12	0,00	100,00
CP	3,32	45,58	9,58	7,31	22,31	10,59	1,32	100,00
TE	12,67	59,78	6,60	7,71	7,21	4,20	1,83	100,00
FUNC	1,38	18,56	4,64	4,96	22,13	47,25	1,08	100,00
ND/NS	8,23	40,61	3,44	4,30	26,55	10,06	6,81	100,00
NSA	1,54	40,20	11,04	6,65	24,42	11,99	4,17	100,00
TOTAL	3,10	40,15	8,87	10,22	22,39	14,16	1,11	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

(1) – Sem escolaridade = incluem os analfabetos, analfabetos funcionais ou aqueles que lêem e escrevem sem escolaridade. (2) – pessoas com curso superior incompleto, completo ou pós-graduação.

### 5.2.3- Distribuição da população ocupada segundo jornada de trabalho, faixa etária e rendimentos

Pelos dados da Tabela 5.12, que mostra o tamanho da jornada de trabalho para homens e mulheres, observa-se que a maior parcela da população ocupada (37,90%) trabalha mais de 44 horas semanais; 26,45% trabalha de 31 a 40 horas; 19,43% trabalha entre 41 a 44 horas semanais e por volta de 12,62% dessa população tem jornada de trabalho semanal de 0 a 30 horas.

Dentre as mulheres da população ocupada, 31,37% trabalha de 31 a 40 horas semanais e 28,28% cumprem jornada acima do limite estabelecido por lei, ou seja,

mais de 44 horas semanais, enquanto para os homens esse percentual atinge 44,21%. Apenas 7,35% da população ocupada masculina trabalha entre 0 a 30 horas semanais, porém, o percentual de mulheres nessa faixa de jornada de trabalho alcança 20,67%. A menor jornada de trabalho no meio das mulheres ocupadas pode ser explicada pela sua distribuição segundo a posição na ocupação. Segundo informações anteriores, as pessoas do sexo feminino predominam em atividades assalariadas sem carteira e entre os funcionários públicos. No caso das ocupações sem carteira assinada, as mulheres se dedicam principalmente ao trabalho doméstico (empregadas domésticas, diaristas). Nessas ocupações é comum uma jornada de trabalho entre 0 e 30 horas semanais. As mulheres também predominam entre os funcionários públicos nas atividades educacionais, onde a jornada de trabalho, muitas vezes, é inferior a 40 horas semanais.

TABELA 5.12 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO SEXO E JORNADA DE TRABALHO

Sexo	0		16		31		41		> de		Total	%
	A 15	%	A 30	%	A 40	%	A 44	%	44			
F	2216	2,79	14222	17,88	24952	31,37	12959	16,29	22493	28,28	79542	100
M	1542	1,27	7391	6,08	28247	23,24	26087	21,46	53748	44,21	121570	100
ND/NS	0	0,00	0	0,00	0	0,00	27	100,00	0	0,00	27	100
Total	3758	1,87	21613	10,75	53199	26,45	39073	19,43	76241	37,90	201139	100

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com a Tabela 5.13, há 34,18% de jovens, pessoas na faixa etária entre 15 a 24 anos, que trabalham mais de 44 horas semanais e 27,59% enquadra-se na faixa de jornada de trabalho entre 31 a 40 horas semanais. No caso das pessoas ocupadas e com idade entre 25 a 29 anos, cerca de 34,09% trabalham mais de 44 horas semanais, sendo que 26,46% desse segmento cumpre jornada de trabalho semanal entre 31 a 40 horas.

Entre as pessoas ocupadas que estão na faixa de 30 a 39 anos, cerca de 37,02% trabalham mais de 44 horas semanais e 29,18% desse segmento cumpre jornada de trabalho semanal entre 31 a 40 horas. Dentre a população ocupada na faixa etária entre 40 e 49 anos, o percentual dos que trabalham mais de 44 horas semanais atinge 42,25%; já a parcela dessa população com jornada de 31 a 40 horas corresponde a 23,80%.

O percentual da população ocupada na faixa etária entre 50 e 59 anos que trabalha acima de 44 horas semanais perfaz 37,82% e o percentual dessa população com jornada entre 31 a 40 horas compreende 24,86%. A maior parte das pessoas ocupadas com idade igual ou superior a 60 anos (54,96%) trabalha mais de 44 horas

semanais e 19,75% dessa população trabalha entre 31 e 40 horas. As pessoas ocupadas na faixa etária entre 40 e 49 anos e com 60 anos ou mais compõem os maiores percentuais de indivíduos com jornadas de trabalho acima do estipulado pela legislação trabalhista. Isso pode ser parcialmente explicado pelo fato de que a maioria das pessoas ocupadas com 60 anos ou mais são trabalhadores por conta própria, enquanto as pessoas ocupadas que estão na faixa etária entre 40 e 49 anos são, em grande parte, empregadores, trabalhadores por conta própria e eventuais, posições ocupacionais em que é comum a jornada de trabalho ultrapassar 44 horas semanais.

TABELA 5.13 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E JORNADA DE TRABALHO

Faixa Etária	Faixa de Jornada de Trabalho (Horas Semanais)										Total	%
	0 a 15	%	16 a 30	%	31 a 40	%	41 a 44	%	> de 44	%		
15-24	752	1,63	4609	9,99	12732	27,59	10643	23,06	15777	34,18	46154	100
25-29	686	2,47	3231	11,65	7337	26,46	6155	22,20	9453	34,09	27726	100
30-39	1028	1,88	4753	8,68	15985	29,18	10864	19,83	20275	37,02	54774	100
40-49	639	1,47	4845	11,16	10337	23,80	7403	17,05	18351	42,25	43431	100
50-59	486	2,32	3368	16,10	5200	24,86	3192	15,26	7911	37,82	20916	100
60 ou +	167	2,05	809	9,94	1607	19,75	816	10,03	4473	54,96	8138	100
Total	3758	1,87	21613	10,75	53199	26,45	39073	19,43	76241	37,90	201139	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Da população ocupada sem escolaridade, 79,99% recebem entre 0 e 3 salários mínimos (tabelas seguintes). Dentre as pessoas com 1º Grau incompleto, 70,86% estão nessa faixa de rendimentos, assim como 61,00% das pessoas com 1º Grau completo, 72,71% dos indivíduos com 2º Grau incompleto, 52,19% das pessoas com 2º Grau completo e 24,41% dos indivíduos com curso superior incompleto, completo e pós-graduação. Do total das pessoas ocupadas com curso superior incompleto, completo e pós-graduação por volta de 31,10% recebem acima de 7,01 salários mínimos. À medida que cresce a escolaridade, mais elevados são os rendimentos recebidos. A tabela confirma que a educação formal é um elemento relevante - embora não suficiente - na determinação dos rendimentos, como já foi observado no capítulo anterior deste relatório (Indigência e Pobreza).

TABELA 5.14 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO ESCOLARIDADE E RENDIMENTOS  
(NÚMEROS ABSOLUTOS)

Escolaridade	Faixa de Rendimentos (SM)								Total
	0 a 0,5	0,51 a 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	> de 10,01	Não Inf.	
Sem escol.(1)	339	1645	3009	237	107	24	24	855	6242
1º grau incompleto	2397	12197	42634	8150	2234	771	1151	11233	80767
1º grau completo	349	1567	8967	2755	803	506	453	2444	17842
2º grau incompleto	962	3879	10105	1973	619	136	173	2709	20556
2º grau completo	973	3732	18795	5759	3217	1523	1652	9380	45031
Superior (2)	831	539	5581	3934	2677	4566	4292	6059	28476
ND/NS	84	173	1004	208	43	31	0	681	2224
<b>Total</b>	<b>5935</b>	<b>23732</b>	<b>90094</b>	<b>23014</b>	<b>9700</b>	<b>7558</b>	<b>7745</b>	<b>33362</b>	<b>201139</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

(1) – incluem os analfabetos, analfabetos funcionais ou aqueles que lêem e escrevem sem escolaridade.

(2) – pessoas com curso superior incompleto, completo ou pós-graduação.

TABELA 5.15 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO ESCOLARIDADE E RENDIMENTOS  
(%)

Escolaridade	Faixa de rendimentos (salários mínimos)								Total
	0 a 0,5	0,51 a 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	> de 10,01	Não Inf.	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Sem escol.(1)	5,43	26,35	48,21	3,80	1,71	0,38	0,38	13,70	100,00
1º grau incompleto	2,97	15,10	52,79	10,09	2,77	0,95	1,43	13,91	100,00
1º grau completo	1,96	8,78	50,26	15,44	4,50	2,84	2,54	13,70	100,00
2º grau incompleto	4,68	18,87	49,16	9,60	3,01	0,66	0,84	13,18	100,00
2º grau completo	2,16	8,29	41,74	12,79	7,14	3,38	3,67	20,83	100,00
Superior (2)	2,92	1,89	19,60	13,82	9,40	16,03	15,07	21,28	100,00
ND/NS	3,78	7,78	45,14	9,35	1,93	1,39	0,00	30,62	100,00
<b>Total</b>	<b>2,95</b>	<b>11,80</b>	<b>44,79</b>	<b>11,44</b>	<b>4,82</b>	<b>3,76</b>	<b>3,85</b>	<b>16,59</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

(1) – incluem os analfabetos, analfabetos funcionais ou aqueles que lêem e escrevem sem escolaridade.

– pessoas com curso superior incompleto, completo ou pós-graduação.

Analisando a população ocupada de acordo com o gênero e as faixas de rendimentos (Tabela 5.16), encontra-se 22,85% das pessoas do sexo feminino na faixa de rendimentos entre 0 e 1 salário mínimo, ao passo que apenas 9,45% indivíduos do sexo masculino têm rendimento nessa. A faixa salarial entre 1,01 e 3 salários mínimos abarca 45,01% das pessoas do sexo feminino ocupadas e a parcela de indivíduos do sexo masculino nessa faixa é 44,62%. No total de homens que integram a população ocupada, há maior percentual que recebe maiores rendimentos do que o observado para as mulheres, quando elas são distribuídas de acordo com as

faixas salariais. As informações da pesquisa mostram, portanto, que os rendimentos recebidos pelas mulheres são menores que os recebidos pelos homens, um diferencial pode ser explicado pelo maior percentual de pessoas do sexo masculino em faixas de jornada de trabalho mais extensas e pelo fato de os homens ocuparem postos de trabalho mais bem remunerados, em relação aos ocupados pelas mulheres.

TABELA 5.16 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO SEXO E RENDIMENTOS

sexo	Faixas de rendimentos (SM)							
	0 a 0,5		0,51 a 1,0		1,01 a 3		3,01 a 5	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
F	35994	4,52	14581	18,33	35829	45,04	6215	7,81
M	2336	1,92	9151	7,53	54238	44,62	16800	13,82
NS/ND	27							
Total	5935	2,95	23732	11,80	90094	44,79	23014	11,44

sexo	Faixas de rendimentos (SM)										
	5,01 a 7		7,01 a 10		> de 10,01		Não Inf.		Total		
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
F	2355	2,96	3527	4,43	1689	2,12	11748	14,77	79542	100	
M	7345	6,04	4031	3,32	6056	4,98	21614	17,78	121570	100	
NS/ND										27	100
Total	9700	4,82	7558	3,76	7745	3,85	33362	16,59	201319	100	

Fonte: Pesquisa de campo.  
Faixa de rendimentos (salários mínimos)

Quando a população ocupada é distribuída por idade e de acordo com o rendimento, o resultado, mostrado nas Tabelas 5.17 e 5.18, é a constatação de que nas faixas etárias de 15 a 24 anos e de 50 a 59 anos estão os maiores percentuais de indivíduos recebendo entre 0 e 1 salário mínimo, 26,66% e 14,79%, respectivamente. Nas faixas etárias de 15 a 24 e de 25 a 29 há os maiores percentuais de indivíduos recebendo entre 1,01 e 3 salários mínimos, 51,33% e 50,48%, e para as pessoas ocupadas que estão com 40 a 49 anos, 50 a 59 anos e 60 anos ou mais surgem os maiores percentuais para a faixa salarial acima de 10 salários mínimos: 5,96%, 5,73% e 5,33, respectivamente. Os rendimentos mais baixos estão concentrados entre os indivíduos com as menores idades, em parte porque entre os jovens há os maiores percentuais de pessoas com menores jornadas de trabalho e também porque no ingresso no mercado de trabalho – que ocorre nessa idade – prevalecem postos de trabalho de baixa remuneração.

TABELA 5.17 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E FAIXAS DE RENDIMENTOS  
 ( NÚMEROS ABSOLUTOS)

Faixa etária	Faixas de rendimentos ( salários mínimos)								Total
	0 a 0,5	0,51 a 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	Acima de 10,01	Não informou	
15 a 24	2169	10137	23692	2656	458	397	306	6339	46154
25 a 29	717	2458	13998	3532	1245	501	697	4578	27726
30 a 39	1080	4702	24087	6903	3690	4099	2520	7695	54774
40 a 49	863	3360	17819	6518	2727	1815	2589	7739	43431
50 a 59	765	2332	7981	2809	1340	683	1199	3806	20916
60 ou mais	340	742	2518	596	241	64	433	3204	8138
Total	5935	23732	90094	23014	9700	7558	7745	33362	201139

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 5.18 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E FAIXAS DE RENDIMENTOS  
 (%)

Faixa etária	Faixas de rendimentos ( salários mínimos)								Total
	0 a 0,5	0,51 a 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	Acima de 10,01	Não informou	
15 a 24	4,70	21,96	51,33	5,76	0,99	0,86	0,66	13,73	100
25 a 29	2,58	8,86	50,48	12,73	4,48	1,80	2,51	16,51	100
30 a 39	1,97	8,58	43,98	12,60	6,74	7,48	4,60	14,05	100
40 a 49	1,98	7,73	41,02	15,00	6,27	4,17	5,96	17,81	100
50 a 59	3,65	11,14	38,15	13,43	6,40	3,26	5,73	18,19	100
60 ou mais	4,17	9,11	30,93	7,32	2,96	0,78	5,33	39,36	100
Total	2,95	11,79	44,79	11,44	4,82	3,75	3,85	16,58	100

Fonte: Pesquisa de campo.

#### 5.2.4 – Taxa de desemprego segundo o sexo, a idade e a escolaridade

A taxa desemprego aberto na cidade de Uberlândia (Tabelas seguintes) foi calculada em 12,42%, a partir das informações obtidas na pesquisa de campo. À guisa de informação, esse patamar é ligeiramente superior ao da taxa de 11,1%, encontrada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese/Seade, para o mês de maio de 2001, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte – embora a comparabilidade entre as duas fique prejudicada pelas diferenças nas metodologias utilizadas.

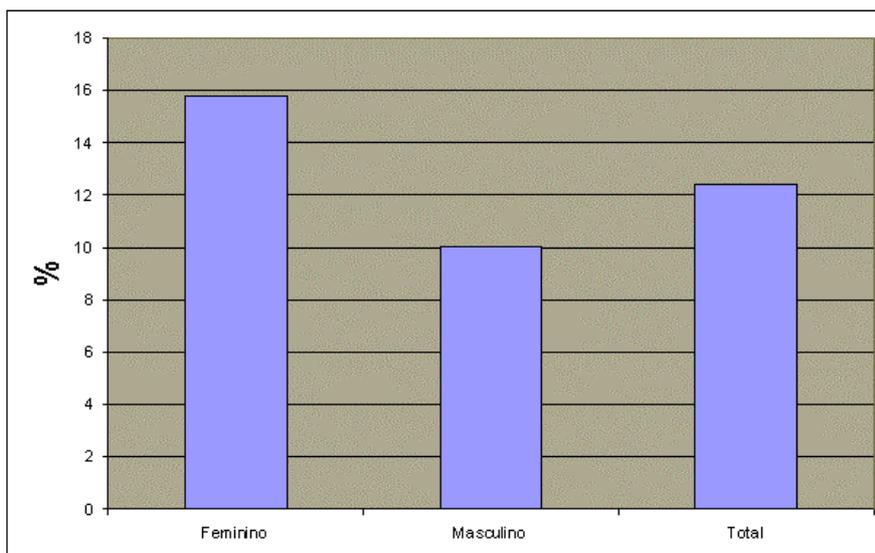
Para as pessoas do sexo feminino, a taxa de desemprego aberta, calculada em 15,80%, resultou maior que para as pessoas do sexo masculino, 10,06%.

TABELA 5.19 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
TAXA DE DESEMPREGO ABERTA, SEGUNDO O GÊNERO  
(%)

Gênero	Taxa de desemprego aberta
Feminino	15,80
Masculino	10,06
Total	12,42

Fonte: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 5.3 - CIDADE DE UBERLÂNDIA  
TAXA DE DESEMPREGO ABERTA, SEGUNDO O GÊNERO



Fonte: Pesquisa de campo.

Distribuindo as pessoas de acordo com a escolaridade (Tabela 5.20), constata-se forte diferenciação nas taxas de desemprego. A maior foi encontrada para pessoas com 2º Grau incompleto, 20,8%. Para todos os outros níveis de escolaridade, exceto superior, a taxa variou entre 10,27%, para pessoas sem escolaridade, a 12,93%, para os que possuem 1º Grau incompleto. E a menor de todas corresponde às pessoas com nível superior (completo, incompleto ou com pós-graduação), 6,23%, devendo ser mencionado, contudo, que essas pessoas não necessariamente estão ocupadas em funções que exigem essa qualificação.

TABELA 5.20 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
TAXA DE DESEMPREGO ABERTA SEGUNDO ESCOLARIDADE

(%)	
Escolaridade	Taxa de desemprego aberta
Sem escolaridade(1)	10,27
1ºGrau Incompleto	12,93
1ºGrau Completo	11,12
2ºGrau Incompleto	20,80
2ºGrau Completo	11,97
Superior (2)	6,23

Fonte: Pesquisa de campo.

(1) – incluem os analfabetos, analfabetos funcionais e aqueles que lêem e escrevem sem escolaridade.

(2) – pessoas com curso incompleto, completo ou pós-graduação.

Focalizando segundo a idade (Tabela 5.21), verifica-se que nas faixas etárias de 15 e 24 anos e de 25 a 29 anos encontram-se as maiores taxas de desemprego, respectivamente 22,60% e 12,42%. A taxa de desemprego para pessoas desocupadas entre 30 a 39 anos ficou em 8,56%. No caso de pessoas na faixa etária entre 40 e 49 anos a taxa atingiu 8,32%. As menores taxas de desemprego estão entre as pessoas cuja idade varia de 50 a 59 (7,72%) e com 60 ou mais anos (3,66%).

TABELA 5.21 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS

Faixa etárias	Em %	
	Taxa de desemprego aberta	
15-24 anos	22,60	
25-29 anos	12,42	
30-39 anos	8,56	
40-49 anos	8,32	
50-59 anos	7,72	
60 anos ou mais	3,66	

Fonte: Pesquisa de campo.

## 6.1 – CONDIÇÕES HABITACIONAIS

Eduardo Nunes Guimarães

### 6.1.1. Introdução

A análise das condições habitacionais de uma cidade como Uberlândia deve ser pensada não apenas como uma situação específica, mas sobretudo a partir das condições sociais de produção dos espaços urbanos e de manifestação dos conflitos de interesses pela apropriação do produto social.

É um fato, registrado internacionalmente,<sup>1</sup> que o enfrentamento da carência habitacional tenha sido objeto de uma vasta amplitude de programas e projetos de política pública nos últimos 50 anos, tendo motivado uma enorme gama de críticas, tanto à concepção dos mesmos, quanto aos próprios resultados pretendidos. Como ressalta Gottdiener (1997:164), uma das contradições modernas do capitalismo tem sido sua incapacidade de “resolver o problema da moradia para os menos prósperos.”<sup>2</sup> Ou de forma mais circunscrita, como colocam Cenecorta & Smolka (2000:87), “a escassez estrutural de terra servida e a consequente ocupação ilegal do espaço urbano são traços emblemáticos das cidades da América Latina...”<sup>3</sup>

Nesse contexto, detectamos uma histórica insuficiência na formulação e execução de soluções políticas para o problema habitacional urbano, no caso brasileiro, exemplificado pelo insucesso e posterior desmonte do Sistema Financeiro da Habitação.<sup>4</sup> De fato, nota-se que apesar da ênfase recorrente à importância política da problemática habitacional urbana no capitalismo, assumida como central em

---

<sup>1</sup> Em termos territoriais, em todos os países que aplicaram políticas de Welfare State, cumpre assinalar que a política habitacional foi peça basilar, motivando a concepção de programas específicos, criação de estruturas institucionais de suporte, além da aplicação de vultosos fundos de financiamento. No caso brasileiro, cabe registrar a dimensão assumida pelo grande programa habitacional desenvolvido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1966. Em termos supra nacionais essa temática também mereceu destaque desde a Carta de Atenas em 1933, que sistematizou o pensamento urbanístico em torno das funções básicas de habitar, trabalhar e recrear e; em particular nos últimos 25 anos, com as conferências mundiais da ONU ocorridas respectivamente em Vancouver no Canadá – 1976, e em Istambul na Turquia – 1996, cujo principal desfecho foi reconhecer o direito básico à moradia.

<sup>2</sup> Conforme Habitat II (1996), estimava-se na década de 1990 que mais de um bilhão de pessoas não vivem em condições habitacionais decentes.

<sup>3</sup> Azevedo (1996:75) ressalta a polêmica implícita nas várias estimativas de déficit habitacional, realizadas para o Brasil e América Latina, com variações que chegam a 100% dependendo dos parâmetros utilizados.

diversos programas de desenvolvimento urbano, deparamos com uma certa inconsistência do paradigma de intervenção público. Estas são desdobradas da crise geral dos modelos de desenvolvimento pós 1970 e, também, são discutidas como crise do Estado.<sup>5</sup> Como é de amplo conhecimento, a crise do modelo de desenvolvimento dominante no Pós-Guerra colocou a necessidade de identificar paradigmas alternativos de sociedade, tanto revigorando velhos modelos, como abrindo espaço de reflexão acerca do papel do Estado como instrumento do interesse público.

Para além da crise do planejamento e dos modelos de intervenção pública, as fases de transição, como a experiência recente de esgotamento dos padrões da 2ª Revolução Industrial, impõem mudanças nas formas e funções da organização espacial das cidades e da própria economia. O que visa uma adequação aos novos requisitos das transformações sociais e técnicas que vão se processando, como produto e exigência da nova civilização.<sup>6</sup>

Aqui, partimos do entendimento de que a política urbana é um desses campos abertos à reflexão crítica, sendo a política habitacional um dos seus principais desafios, notadamente nos países não desenvolvidos, onde as desigualdades sociais aparecem como uma característica marcante. Ou seja, este problema apresenta-se de forma mais dramática onde as condições gerais de desenvolvimento não foram alcançadas e, especialmente, naqueles onde foi rápido o crescimento demográfico e a urbanização, como o caso latino americano e, em especial, o brasileiro.

Grande parte do problema decorre da natureza e função intrínsecas do bem, haja vista que a unidade habitacional no capitalismo é tanto bem de consumo durável, como também mercadoria para investimento, reserva de valor e fonte espacial de valorização do capital. A complexidade dessas funções, como se sabe, transforma a unidade habitacional urbana numa mercadoria especial, cujos fundamentos econômicos dependem, sobretudo, dos esforços sociais de produção e apropriação do espaço.

A título de ilustração, de forma geral, são destacados (Lucena, 1985) três aspectos básicos do impacto da produção e do consumo habitacional na atividade econômica. São eles: a relação entre a renda das famílias e os gastos com moradia; a

---

<sup>4</sup> Aqui não estamos abstraindo os esforços localizados de encontrar soluções habitacionais. Ver a respeito: Bonduki (1996).

<sup>5</sup> Uma referência clássica deste debate é o trabalho de O'Connor (1977) sobre a crise fiscal do Estado.

<sup>6</sup> Segundo Couto (2000), essa preocupação encontra-se manifesta na transição da 1ª para a 2ª Revolução Industrial, nos trabalhos de um dos fundadores do urbanismo moderno, que foi Ildefonso Cerdà.

absorção de mão de obra setorial; e a relação do impacto da produção de moradias na demanda local e regional de insumos. Além desses elementos básicos, diretamente relacionados com a produção e manutenção da moradia, ainda pode-se acrescentar os recursos envolvidos na circulação da moradia e a demanda derivada de bens de utilidade doméstica e consumo coletivo, como água, esgoto, energia, etc. Um exemplo da magnitude econômica da produção e circulação habitacional, na principal economia capitalista do mundo, nos é fornecida por Gottdiener (1997:241-2), segundo o qual: *“durante a década de 70, a indústria da construção e a imobiliária foram as mais ativas nos Estados Unidos, com renda de 100 bilhões de dólares em comparação com os 13 bilhões de dólares da indústria automobilística. A construção de casas térreas é a categoria principal dessa atividade econômica. Pode-se ver um indicativo da importância da moradia no fato de que os agentes imobiliários representam a ocupação licenciada mais numerosa do país.”*

A emergência concreta da problemática habitacional, derivada das várias formas de manifestação das condições inadequadas de moradia, seja a nível internacional, seja em situações nacionais ou regionais particulares, não necessariamente implica uma clara identificação dos determinantes gerais e específicos desse fenômeno. Isto porque os interesses que se posicionam em torno deste debate podem refletir apenas a constatação da insuficiência, mas não seu diagnóstico, mesmo quando desdobrados diretamente dos movimentos sociais de luta pela moradia e das formas políticas de resposta à carência habitacional. Nesse caso, estamos assumindo a postura metodológica de que a análise de casos concretos deva pautar-se primeiramente pela ordem de referência geral, sem a qual se corre o risco da excessiva singularização das realidades e, conseqüentemente, da falta de transparência dos seus verdadeiros nexos.

Estas breves considerações visam apontar para a importância da política pública enquanto referência basilar para a formulação das diretrizes gerais da política social de habitação, tendo como pressuposto que, em cada realidade particular concreta, essas diretrizes gerais deverão ser acrescidas das devidas contextualizações. Ou seja, pelas suas características e pela sua função e papel no modo de produção, a unidade habitacional concretiza-se num mercado atípico, estando mais ou menos influenciada pelas instituições públicas, em especial, pelas formas de regulação e pela política do Estado.

Existe, portanto, uma problemática geral da habitação na sociedade capitalista que decorre das peculiaridades do produto - sua composição e suas características - e do seu papel e inserção na dinâmica capitalista. Mas, existe também, uma

problemática específica em cada realidade particular, decorrente de cada processo histórico, envolvendo o ritmo e a magnitude do incremento populacional e da própria urbanização, o perfil da distribuição de renda, a estrutura fiscal, as condições de financiamento, etc., além das formas de organização, representação e atuação política em cada contexto social e territorial particular.

Nesse patamar de discussão, justificamos a carência habitacional como parte de um desafio social e do Estado, não só pelas suas características peculiares de bem de consumo durável e heterogêneo, mas, fundamentalmente, pela dissociação entre sua existência social como uma necessidade de consumo imprescindível e a sua oferta pelo mercado como demanda solvível, para consumo e investimento. O desafio em questão é como a comunidade, através de suas instituições - políticas, econômicas, religiosas e culturais - procuram enfrentar este descolamento entre oferta, demanda solvível e necessidade básica. A disputa de interesses manifesta-se sob a forma pela qual a sociedade, de um lado, afirma o caráter imprescindível da moradia no processo de urbanização e de reconhecimento dos direitos sociais e; do outro, o mercado equaciona a produção habitacional apenas enquanto demanda solvível e objeto de valorização do capital..

No caso da finalidade habitacional, a construção, a particular disposição e validação social das vias de transporte, redes de água e esgoto, redes de energia, áreas de lazer, postos de serviços, unidades industriais, centros comerciais, etc., representam processos sociais imanentes na composição dos atributos da moradia - mesmo quando a benfeitoria é edificada como um bem para uso exclusivo do seu produtor, uma não-mercadoria. Consta-se que, pelo seu papel e características peculiares, é próprio, do funcionamento do setor habitacional, a predominância da assimetria de informações quanto ao bem e sua distribuição espacial e, conseqüentemente, a assimetria dos agentes e intermediários que nele operam. Com isso, torna-se explícito o caráter mercantilista deste mercado, em que prosperam os privilégios de acesso às concessões públicas. Nesse contexto, o sistema de mercado ao operar no plano da oferta e da procura, isto é, no sentido de prover adequadas condições de acesso à moradia urbana aos que possuem rendimentos para obtê-la, não tem como funcionar no sentido da equidade social, deixando marginalizadas parcelas representativas da população, em particular nos países subdesenvolvidos e em especial nas suas áreas com maior adensamento populacional. E o problema, como pode ser apreendido a partir dos dados de imóveis residenciais desocupados, não decorre apenas de uma insuficiência de provisão de benfeitorias habitacionais. A própria irracionalidade social da retenção econômica de imóveis desocupados,

representa um corolário de um conflito distributivo pela apropriação privada do espaço construído, em que, no papel de ativo imobiliário, as moradias desempenham uma função econômica basilar, reserva de valor e fonte de valorização da riqueza.

Nossa proposta é de que o esforço e o desafio em lidar com a carência habitacional pode ser apreendido a partir das suas três dimensões básicas. No plano da singularidade da unidade habitacional, destaca-se a complexidade presente na composição, nas características e no papel e função do produto final, bem de consumo e mercadoria especial, no bojo das relações sociais de produção capitalistas. No plano da interdependência entre unidade e componentes, nota-se que a habitação é parte indissolúvel do ambiente construído. Portanto, não podendo ser compreendida à margem do plano mais geral da economia, da cultura, do ecossistema e da política, presentes de forma concreta e diferenciada em cada cidade, região e país. Por fim, quanto ao plano político, percebe-se que a carência habitacional não deriva, especificamente, de insuficiência material, mas de um certo padrão de sociabilidade presente nas relações sociais de reprodução do capital, cujo corolário são as disputas de interesses, manifestas na distribuição de renda e nas condições gerais de acesso ao espaço social construído.

Enfim, consideramos que o papel da política pública no capitalismo pode e deve ser concebido como instrumento capaz de criar condições de reprodução do capital no espaço numa direção mais compatível com a justiça social. Tal ação não deve ser desenvolvida como uma peça justaposta à dinâmica capitalista, muito menos ser pensada como um produto residual do funcionamento do referido sistema de relações e valores sociais. Ela deve ter uma dinâmica própria, cujos mecanismos, metas e princípios, sejam capazes de resgatar os direitos básicos da cidadania.

Conforme assumido neste trabalho, a habitação urbana é uma construção intrinsecamente social, sua regulação deve necessariamente passar pelo crivo dos interesses sociais, como elemento de política urbana, em particular, pela coordenação de sua principal estrutura institucional, o Estado. Isto implica que embora seja essencial o controle da gestão do sistema de produção do Capital Social Fixo pelo Estado, não é a provisão direta destes últimos pelo mesmo que garantirão os compromissos com a justiça social. Ou seja, fica a indicação de que embora a propriedade privada não deva ser assumida como a causa da carência habitacional urbana, o direito social a uma moradia digna só cumpre as suas funções sociais de bem imprescindível quando o direito de propriedade se submete aos interesses coletivos. Portanto, indicamos que o Estado deve cumprir importante papel neste

campo social, utilizando-se de cinco instrumentos principais: o fiscal, o financeiro, o jurídico e o regulatório, o informacional e o de fomento operacional e tecnológico.

Portanto, os dados que se seguem representam, tão somente, um diagnóstico descritivo das características e condições habitacionais presentes na área urbana do município de Uberlândia. Qualquer ação política deve partir de uma interpretação dos mesmos, seguindo-se um conjunto de prioridades sociais traçadas à luz das suas diversas formas de representação popular.

### **6.1.2. – Aspectos Demográficos**

Para analisar as características habitacionais de Uberlândia faz-se necessário destacar que dada a função de pólo regional exercida pelo município e, considerando o intenso ritmo de crescimento de sua economia nos últimos 40 anos, as pressões demográficas representam um fator central para entender sua dinâmica imobiliária e o desafio da provisão de moradias adequadas. Na verdade, trata-se de um caso em que a cidade sede do município experimentou um expressivo florescimento, saindo de uma população de 42.179 habitantes em 1940, com grau de urbanização de aproximadamente 36%, para atingir pouco mais de meio milhão de habitantes em 2000, com grau de urbanização em torno de 98%. Ou seja, a população total cresceu mais de dez vezes neste período além de tornar-se, na sua quase totalidade, urbana. Tanto em termos de ritmo quanto de volume, a experiência demográfica de Uberlândia, sem dúvida, representa um ponto importante para entender as características habitacionais desta cidade. E não estamos nos referindo apenas a um comportamento passado, mas a um momento de um processo de urbanização em que as taxas de crescimento demográfico do município continuam representativas, como fica evidenciado no capítulo 3 deste relatório, no qual a dinâmica demográfica do Município foi detalhadamente analisada. A título de exemplo, a taxa de crescimento geométrico anual de Uberlândia no período 1991/2000 foi de 3,53% enquanto a de Minas Gerais e a do Brasil foram, respectivamente, de 1,41% e de 1,63%.<sup>7</sup> Isso fez com que Uberlândia atingisse, na atualidade, um porte populacional da mesma magnitude de Ribeirão Preto (SP), ultrapassando, a outrora imponente Juiz de Fora, tornando-se a segunda cidade de Minas Gerais, superado apenas pela região metropolitana de Belo Horizonte.

---

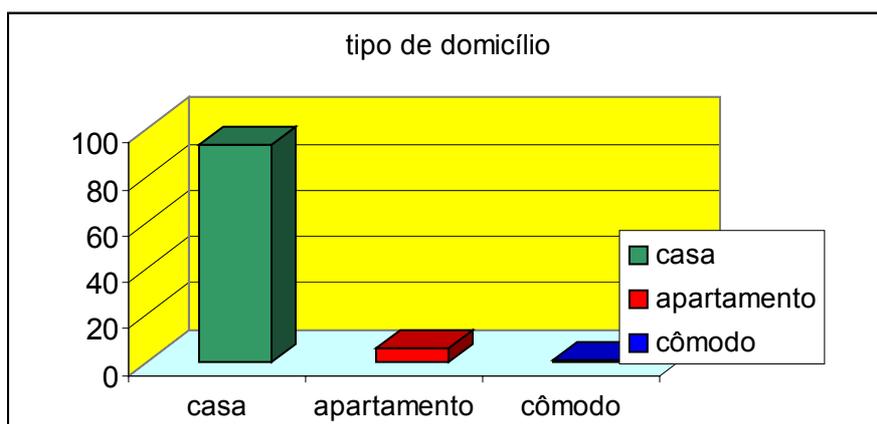
<sup>7</sup>. Os dados populacionais referem-se aos Censos demográficos do IBGE, anos 1940, 1991, 2000. Para o ano de 2000 a versão ainda é preliminar. Para uma análise do desempenho econômico e populacional de Uberlândia no período ver: SILVA (2001).

Portanto, considerando o ritmo do crescimento demográfico e o grau de urbanização de Uberlândia, a análise a seguir procura dar um retrato atualizado da situação da moradia urbana do município.

### 6.1.3. Evolução dos Domicílios e Densidade

Tomando como referência os símbolos da arquitetura ocidental que identificam modernidade com a verticalização das construções urbanas, uma análise do padrão residencial revela que, embora Uberlândia não fuja à regra, pois incorporou na sua paisagem um número representativo de edificações verticais, o padrão do domicílio uberlandense é, predominantemente, a típica casa térrea, que responde por 93,6% do total.

GRÁFICO 6.1 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
TIPO DE DOMICÍLIO

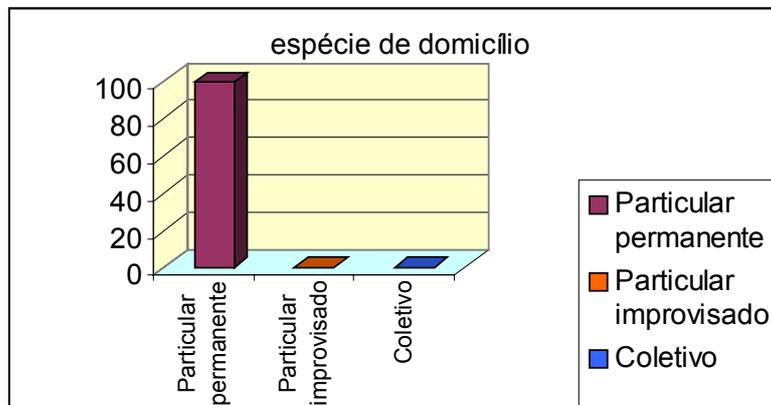


Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto à espécie do domicílio, nota-se o predomínio dos domicílios particulares permanentes, que representam 99,2% do total. O agrupamento que merece maior cuidado, constituído pelos domicílios particulares improvisados, não apresentaram um peso representativo, pois somaram apenas 0,6% do total. Entretanto, embora pouco expressivos na paisagem urbana de Uberlândia, os domicílios improvisados somam, guardadas as proporções da amostra, aproximadamente, um número absoluto de 891 unidades. A maior atenção neste segmento de moradias decorre do entendimento de que o domicílio improvisado, em geral, não proporciona uma condição adequada de vida aos seus ocupantes, pois representam um padrão sub-normal ou inadequado de habitação. O mais grave é que,

apesar de reduzido, este número vem apresentando uma sensível elevação nos últimos anos, considerando que no ano de 1996 foram contabilizados pelo IBGE apenas 339 domicílios nesta condição.

GRÁFICO 6.2 - CIDADE DE UBERLÂNDIA  
ESPÉCIE DE DOMICÍLIO



Fonte: Pesquisa de campo.

Considerando a evolução populacional, percebe-se que a densidade demográfica por domicílio na área urbana do município, que era de 3,64 em 1996, reduziu para 3,39 em 2001, apontando, como esperado, uma redução no tamanho médio das famílias, aqui expresso através da diminuição do grupo convivente por domicílio. O intenso ritmo de crescimento demográfico, combinado com a diminuição tendencial do número de membros conviventes por domicílio, apresenta como resultado um crescimento mais intenso do número de domicílios, ampliando as exigências de investimentos em equipamentos de uso coletivo. Comparando o período 1996 com os dados desta pesquisa de 2001, constatamos que na área urbana de Uberlândia ocorreu uma ampliação de aproximadamente 30.374 novos domicílios nestes 5 anos, o que representa, só no último ano 2000/2001, um acréscimo de aproximadamente 6.642 novos domicílios. Ou seja, saltou-se de algo em torno de 118.243 domicílios na área urbana em 1996, para a casa de 148.617 domicílios urbanos ocupados em 2001.<sup>8</sup>

Para efeito de comparação, segundo Gonçalves (1997), estimava-se que o número médio de pessoas por domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras também apresentaria uma ligeira redução no período 1995/2000, como pode ser visto no quadro a seguir.

TABELA 6.1 – REGIÕES METROPOLITANAS  
NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO – 1995 E 2000

<sup>8</sup>. Os dados de 1996 utilizam como fonte o BIM do IBGE, 2ª ed. 2000.

	1995	2000
<b>Belém</b>	4,5	4,0
<b>Belo Horizonte</b>		3,5
<b>Curitiba</b>	3,6	3,4
<b>Fortaleza</b>	4,3	4,0
	3,3	2,9
<b>Recife</b>	4,1	3,8
<b>Rio de Janeiro</b>	3,4	3,1
<b>Salvador</b>	3,9	3,7
<b>São Paulo</b>	3,7	3,4
<b>Uberlândia*</b>	3,64	3,39
<b>Total</b>	3,7	3,4

Fonte: Gonçalves, 1997, utilizando PNAD, 1995.

Obs: \*Pesquisa de Campo.

As informações disponíveis para o ano de 1996, segundo a Contagem populacional realizada pelo IBGE naquele ano eram os seguintes:

TABELA 6.2 – MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
 P OPULAÇÃO RESIDENTE E POR UNIDADE DOMICILIAR – 1996

Variáveis	Quantidade
<b>Pessoas residentes</b>	438 986
<b>Homens residentes</b>	216 313
<b>Mulheres residentes</b>	222 673
<b>Pessoas residentes - área urbana</b>	430 439
<b>Pessoas residentes - área rural</b>	8 547
<b>Pessoas residentes - aglomerado rural</b>	0
<b>Pessoas residentes - área rural exceto aglomerado rural</b>	8 547
<b>Pessoas residentes - domicílios particulares</b>	438 101
<b>Pessoas residentes - domicílios particulares permanentes</b>	437 193
<b>Pessoas residentes - domicílios particulares improvisados</b>	908
<b>Pessoas residentes - domicílios coletivos</b>	885
<b>Pessoas residentes – unidade domiciliar - média</b>	3,64
<b>Pessoas residentes - domicílios particulares - média</b>	3,65
<b>Pessoas residentes – domicílio particular permanente - média</b>	3,66
<b>Pessoas residentes - domicílio particular permanente Urbano - média</b>	2,68
<b>Pessoas residentes – unid. de habitação em domicílio coletivo - média</b>	1,18
<b>Pessoas residentes – unidade domiciliar – área urbana - média</b>	3,64
<b>Pessoas residentes - unidade domiciliar – área rural - média</b>	3,48
<b>Pessoas residentes - domicílio part. Permanente - área urbana - média</b>	3,66

Fonte: BIM/IBGE, 2ª ed. 2000.

### 6.1.4 – PERFIL DAS MORADIAS DE UBERLÂNDIA

Um olhar sobre a diversidade das construções habitacionais claramente revela sua heterogeneidade, diferindo desde formas e tamanhos, num plano mais objetivo, quanto aos graus de conforto e acessibilidade ao espaço da cidade, em termos mais subjetivos. Em geral, dada a diversidade dos objetos habitacionais, a classificação elementar dos imóveis é realizada em termos de padrão da construção, isto é: alto, médio e baixo. Padrão este que geralmente se correlaciona com o tamanho do imóvel, deixando implícito os valores de conforto, salubridade, etc. Para nossa análise, pesquisamos alguns itens básicos do domicílio como forma de traçar um perfil das condições habitacionais.

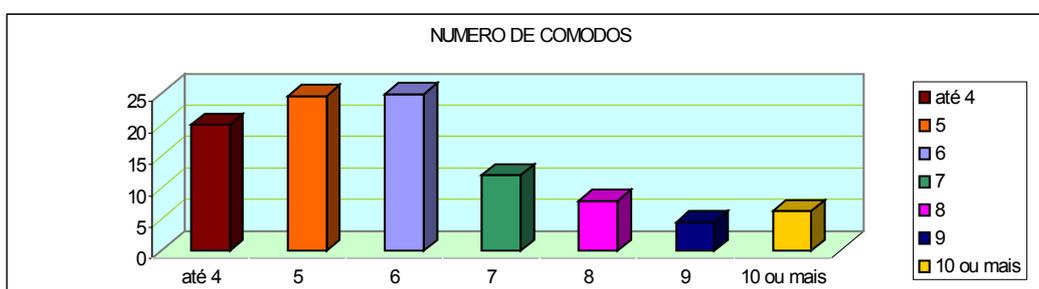
TABELA 6.3 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
 PERFIL DOS DOMICÍLIOS DE UBERLÂNDIA - 2001

<b>Características do domicílio</b>		
<b>Nº de cômodos</b>	Até 4	20,0
	5	24,4
	6	24,8
	7	12,0
	8	7,9
	9	4,5
	10 ou mais	6,3
<b>Nº de dormitórios</b>	Até 1	10,7
	2	38,6
	4 ou mais	44,2
<b>Na sua casa tem: esgoto</b>	Sim	95,4
	Não	4,6
<b>Na sua casa tem: água encanada</b>	Sim	97,0
	Não	3,0
<b>Na sua casa tem: energia elétrica</b>	Sim	97,6
	Não	2,4
<b>Na sua casa tem: coleta de lixo</b>	Sim	96,0
		4,0

Fonte: Pesquisa de campo.

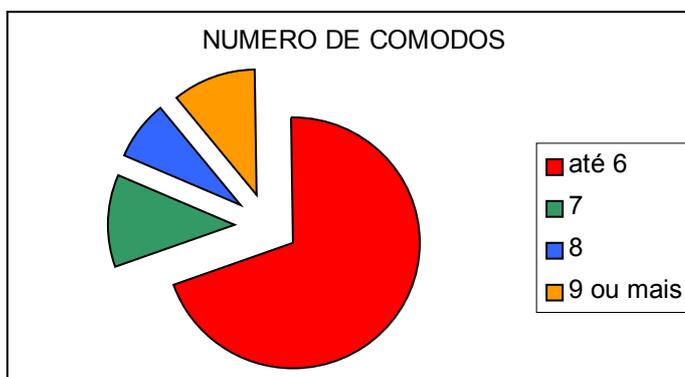
A análise do número de cômodos das moradias de Uberlândia mostrou que 20,0% delas possui até 4 cômodos, em geral, 1 quarto, sala, cozinha e banheiro, típico do padrão inferior. Do total dos domicílios, 24,4% possuem 5 cômodos, 24,8% contam com 6 cômodos e 12,0% com 7 cômodos. O que se observa é que quase 70% dos domicílios possuem até 6 cômodos e apenas 10,8% contam com mais de 9 cômodos. É fato que as famílias estão cada vez menos numerosas, mas o encolhimento do número de cômodos também foi acompanhado pela diminuição em seu tamanho, ainda que este último item não tenha sido objeto da recente pesquisa.

GRÁFICO 6.3A – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
NÚMERO DE CÔMODOS NOS DOMICÍLIOS



Fonte: Pesquisa de campo.

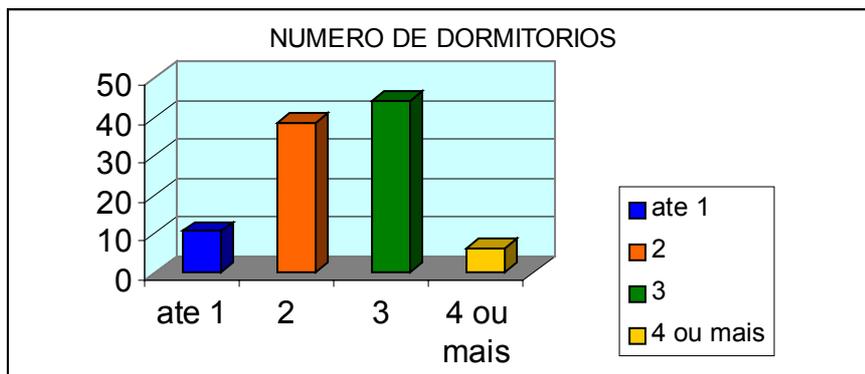
GRÁFICO 6.3B – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
NÚMERO DE CÔMODOS NOS DOMICÍLIOS



Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto aos dormitórios, observou-se que a maior concentração ocorre para os casos de 2 e 3 dormitórios, respectivamente com as participações de 38,6% e 44,2%, ou seja, nesta faixa encontram-se 82,8% dos domicílios de Uberlândia. As moradias com até 1 quarto representam 10,7% e aquelas com 4 ou mais quartos apenas 6,4%.

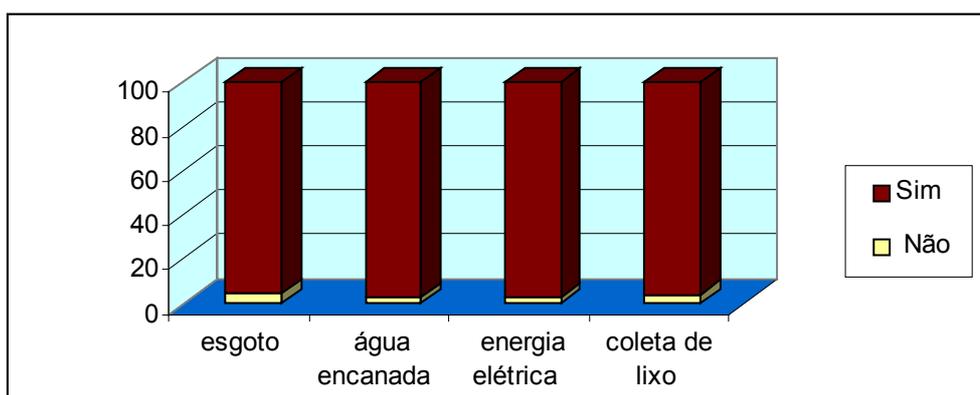
GRÁFICO 6.4 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
NÚMERO DE DORMITÓRIOS



Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto à infra-estrutura básica, notou-se que seu padrão, em termos quantitativos, sem avaliar a qualidade dos serviços, pode ser considerado quase adequado, com níveis de atendimento de mais de 95% em todos os casos. Na verdade, este ponto denota uma paradoxal contradição, apesar do espraiamento da cidade e do pequeno volume de recursos oficiais para o financiamento imobiliário, notadamente na última década, o setor público, responsável pela infra-estrutura, ainda cumpriu expressivo papel em termos de melhoria das condições habitacionais, o que reforçou a valorização imobiliária dos vazios urbanos intercalados no perímetro urbano.

GRÁFICO 6.5 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL NO DOMICÍLIO

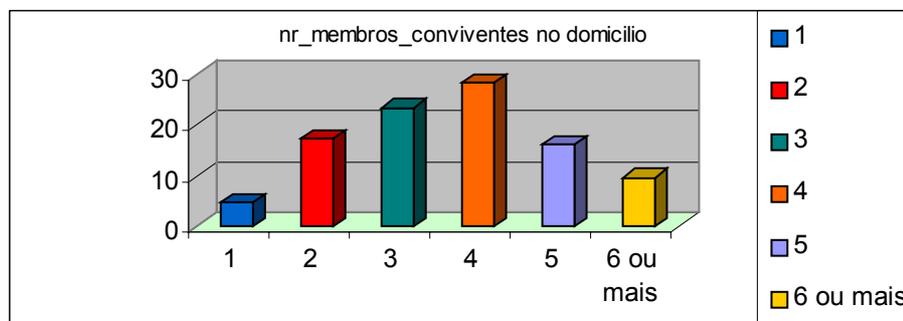


Fonte: Pesquisa de campo.

### 6.1.5 – Mensuração dos Grupos Conviventes Por Domicílio

Analisando o tamanho dos grupos conviventes por domicílio de Uberlândia, constata-se o predomínio do grupo com 3 ou 4 membros, somando 51,8%, reafirmando, por inferência, uma tendência nacional de diminuição do número de filhos por unidade. As famílias mais numerosas, ou grupos conviventes, aquelas com 6 ou mais membros representam menos de 10% do universo pesquisado.

GRÁFICO 6.6 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
 NÚMERO DE MEMBROS CONVIVENTES NO DOMICÍLIO – 2001



Fonte: Pesquisa de campo.

Para efeitos de comparação e avaliação da evolução, embora tratando-se de pesquisas diferenciadas, apresentamos os resultados da Contagem Populacional do IBGE de 1996. O grupo de 3 e 4 membros participavam com 48,5% dos domicílios particulares permanentes em 1996. Já o grupo mais numeroso, aquele com 6 ou mais membros, tinham uma participação de pouco mais de 10%.

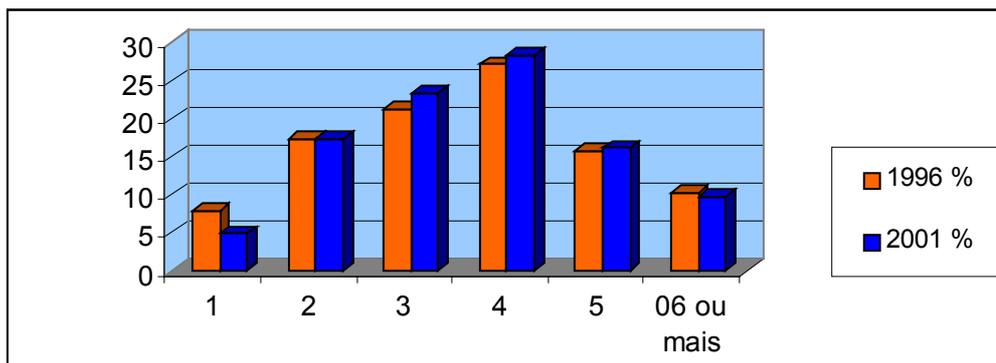
TABELA 6.4 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
 TAMANHO DO GRUPO CONVIVENTE POR DOMICÍLIO 1996 – 2001

Nº de membros conviventes por domicílio	Em %	
	1996	2001
<b>01</b>	7,9	4,9
	17,3	17,3
<b>03</b>	21,3	23,4
	27,2	28,4
<b>05</b>	15,83	16,2
<b>06 ou mais</b>		9,8

Fonte: Pesquisa de campo e BIM, IBGE (2000).

Obs: Para 1996 os valores se referem a número de membros por domicílio particular permanente; enquanto para 2001 é por domicílio total.

GRÁFICO 6.7 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
Nº DE MEMBROS POR DOMICÍLIO - 1996-2001

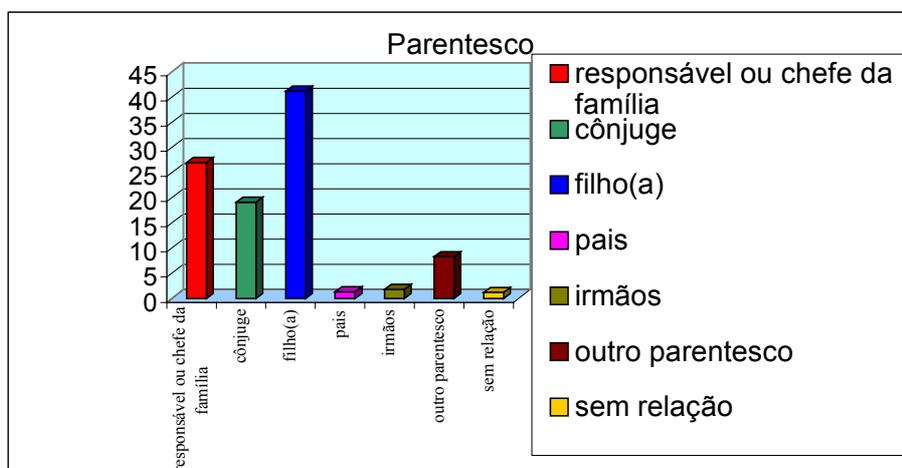


Fonte: Pesquisa de campo e BIM, IBGE (2000).

O que se nota é que não ocorreram grandes transformações nos tamanhos dos grupos ocupantes dos domicílios, convivendo como unidade domiciliar. O que se poderia destacar é a redução dos extremos e uma maior concentração nas faixas de 3 a 5 membros por domicílio. Ou seja, o que mais reduziu foi a unidade domiciliar ocupada por um único membro, assim como diminuíram os domicílios com 6 ou mais membros.

Embora a pesquisa tenha focado os grupos familiares por unidade domiciliar, podemos tratá-los como famílias, pois constatou-se que predominam nos grupos conviventes por domicílio os membros com algum grau de parentesco. Ou seja, 87,3% dos membros distribuem-se entre chefe, cônjuge e filhos. Apenas 1,2% dos membros não possuem relação de parentesco e a maior parcela dos membros é composta de filhos, 41,2%.

GRÁFICO 6.8 - CIDADE DE UBERLÂNDIA  
PARENTESCO



Fonte: Pesquisa de campo.

### 6.1.6 – DÉFICIT HABITACIONAL

A mensuração do déficit habitacional representa um objetivo que desafia os analistas, haja vista, conforme aponta Bogus (1997), ocorrer significativas divergências metodológicas entre as diferentes alternativas de mensuração. Isto implica que a apuração de um índice é não só matéria técnica, como também instrumento de decisão política.

Algumas pesquisas (FJP:1995; Gonçalves: 1997; Prado & Pelin: 1993) procuram estabelecer critérios objetivos para dimensionar o déficit habitacional, mas sempre reconhecem o grau de subjetividade implícito nas variáveis de referência escolhidas. O certo é que a população de rua ou literalmente sem teto é apenas uma diminuta fração dos que possuem condições inadequadas de moradia, seja por densidade, seja por precariedade da própria edificação, etc.. Enfim, o déficit ou carência de moradias deriva de um conjunto de elementos definidos historicamente no plano das relações sociais, com o intuito de servirem de balizamento para indicar o que seria uma condição de moradia mínima condizente com o exercício da cidadania.

Rodrigues (1988:84) chama a atenção para a não-fracionaridade vital da moradia, ou seja, dada a necessidade fisiológica e social de sobreviver, “não é possível morar num dia e noutro não.” A moradia precisa ser consumida durante todo o período de vida, não sendo possível ficar sem “onde morar”, ainda que se sobreviva em um estado dos mais precários de exclusão urbana, seja debaixo das pontes, seja nas calçadas. Portanto, não devemos falar em déficit de moradias, mas em carência de condições habitacionais, em termos de unidade, pois desde o nascimento, mora-se em algum lugar, seja ele adequado ou não ao atendimento das necessidades fisiológicas e sociais, segundo os padrões sociais historicamente determinados. Por essa característica, podemos dizer que a moradia faz parte do modo de viver e dele extrai sua essência, cuja expressão acabada pode ser visualizada através das melhores ou piores condições da unidade habitacional.

Além do mais, não existe um bem que substitua a moradia, apenas formas diferentes, mais ou menos adequadas, de morar e corresponder às complexas funções fisiológicas, psicológicas, financeiras e sociais da unidade habitacional. Desse modo, a menos que morar deixe de estar associado a uma unidade habitacional, não é possível enfrentar a carência de moradias sem enfrentar a singularidade habitacional, em seus aspectos técnicos-operacionais e espaciais.

Geralmente reconhecida como mais um bem de consumo essencial às necessidades humanas, distintamente de outros bens de consumo ou mercadorias não espaciais, a procura pela moradia faz parte do próprio processo de produção do espaço social urbano. Conforme ressalta Smith (1988:130):“o valor de uso de uma casa não é somente determinado por suas dimensões em metros e centímetros, mas também pelo seu traçado interno, pela sua proximidade dos meios de transporte, pelas redes de esgoto, pelo trabalho, pelos serviços e assim por diante.”

O anseio sempre renovado pelas unidades habitacionais é, em síntese, a manifestação da necessidade de um lugar para se proteger, um abrigo, uma conquista de um lugar no espaço, uma inserção melhorada e diferenciada nas relações sociais, isto é, o exercício da própria cidadania. Como observa Rodrigues (1988:51),“não se pode viver sem ocupar espaço. Morar é uma das necessidades básicas, assim como comer, vestir, etc. As quantidades de artigos ou de meios de subsistência que são julgados necessários em cada período são determinados historicamente.”

Como bem de consumo, as mensurações da demanda e da necessidade habitacional diferenciam-se e complementam-se através de motivações objetivas e subjetivas. Segundo Harvey (1980:132), o conceito social de necessidade e o conceito econômico de demanda são duas coisas bastante diferentes e existem em uma relação peculiar entre si. Objetivamente, a moradia materializa-se como um requisito imprescindível da sobrevivência e da sociabilidade, mas nesta condição é apenas subjetivamente quantificável e qualificável. Do ponto de vista econômico, a moradia pode ser objetivamente quantificável pelo mercado como uma demanda solvível, mas nesta condição, apenas subjetivamente relacionada com a sua função social, enquanto necessidade habitacional. Essa dualidade entre necessidade e demanda perpassa o papel e a função social da moradia na sociedade capitalista.

Para discutir esse ponto, consideramos ser importante desagregá-lo em três funções básicas: um bem de consumo associado às condições necessárias de sobrevivência física e social dos seres humanos; uma mercadoria do circuito de reprodução e valorização do capital; e uma unidade espacial dentre os vários interesses de produção e apropriação do espaço.

A primeira função diz respeito, na sua forma elementar, às condições vitais, ou seja, necessidades humanas naturais determinadas pelas condições de sobrevivência, e, na sua forma mais complexa, às simbologias e necessidades sociais indispensáveis e historicamente determinadas. Trata-se de um bem de uso essencial cujo acesso não necessariamente é possibilitado apenas pelo excludente circuito de produção de

mercadorias, mas através da produção de valores de uso, individualmente ou em mutirões coletivos.

A segunda função diz respeito à forma particular como o sistema produtivo reproduz e acumula a riqueza, estritamente relacionado à solvabilidade da demanda. Ou seja, assim como outras mercadorias, a moradia só se torna uma realidade concreta quando oferece, aos seus produtores, condições esperadas de rentabilidade, seja via demanda de mercado, seja via demanda originária de subsídios do setor público.

A última, por sua vez, encontra-se relacionada à natureza do próprio bem, na medida que sua forma concreta de investimento fixo no solo terreno, ocorre sob uma concorrência com os demais interesses manifestos sobre esta fração de espaço construído. Isto é, para que uma fração de área urbana seja ocupada pela finalidade habitacional é preciso pagar o preço relativo ao conjunto de outras atividades econômicas que poderiam ocupar aquela localização espacial.

Uma tarefa fundamental da análise da carência habitacional na sociedade capitalista refere-se à caracterização social do produto como um bem (im)precindível. Ou seja, trata-se de uma necessidade básica que sofre transformações históricas na sua forma e, sem perder sua função original de abrigo, proteção, incorpora ao bem outras funções de produção e consumo privadas e sociais (Rybczynski, 1996), como: privacidade, lazer, trabalho, repouso, conforto, etc.

Por outro lado, trata-se de um bem de consumo essencial que, ao mesmo tempo, embora não seja imanente à reprodução do capital, quando produzido funciona como força motriz para a economia (Lucena, 1985), sob duas circunstâncias. Na primeira, destaca-se o grande impacto econômico que a produção de moradias promove, seja pelo consumo de insumos, seja pela intensa utilização de mão de obra. Na segunda, cabe destacar o impacto econômico oriundo do grande consumo de bens e serviços no interior e no usufruto da própria habitação. Motivos pelos quais o estímulo à produção de moradias é sempre lembrado pelas políticas de corte keynesiana, quando voltadas para o estímulo à demanda efetiva e o combate ao desemprego estrutural.

Assim, como já foi visto, além de um bem de consumo essencial, com representativos impactos sobre a base econômica, na qual é produzido e consumido, a unidade habitacional também funciona como um valor de troca efetivo e potencial, no sentido de circular como mercadoria. Mais do que isso, ou na "simples" função de valor de uso, ou na função mercantil de valor de troca, não é possível dissociar a

habitação urbana da sua posição relativa no espaço, isto é, por mais que a habitação possa servir com exclusividade a qualquer interesse ou uso particular, ela concorre relativamente com os demais interesses pela apropriação do solo, fixação aos lugares, acessibilidade localizacional e composição do espaço construído. Ou seja, no padrão de urbanização dominante, não existe unidade habitacional dissociada do lugar de residência, do lugar da cidade e das respectivas localizações espaciais.<sup>9</sup>

Como ressalta Rodrigues (1988:55): "morar implica que a casa esteja situada num contexto, no nosso caso, urbano e que tenha uma localização relativa em relação ao trabalho, aos serviços, um tipo de vizinhança, etc (...) Ao analisar a moradia com suas características de produção e consumo, estar-se-á analisando a cidade capitalista, em pelo menos um dos seus aspectos significativos; principalmente porque esta análise não pode estar dissociada da produção e do uso dos equipamentos de consumo coletivo."

Nesse sentido, é preciso realizar a distinção entre as seguintes funções básicas da moradia: de um lado, sua importância como demanda solvível e, de outro, como necessidade social.<sup>10</sup> O emprego deste termo limitar-se-á a diferenciar três manifestações da necessidade: a que é atendida pelo mercado através da sua satisfação como mercadoria; a que demanda reconhecimento social e, conseqüentemente torna-se mercadoria através do subsídio público; e, finalmente, a que não é atendida pelas formas anteriores e se transforma em carência objetiva ou é provida por esforços individuais ou qualquer outra forma de apoio extra-mercado.

Se no aspecto da vida em sociedade a unidade morar é essencialmente um bem imprescindível, para a acumulação de capital a unidade habitacional imprescindível é dada unicamente pela magnitude da demanda que pode pagar pela aquisição dos objetos imobiliários. Isto é, a capacidade individual ou coletiva dos agentes econômicos de pagarem por um bem de consumo. Nesse contexto, se parcela da força de trabalho é essencial para a reprodução do capital e se a habitação coloca-se como elemento imanente da manutenção desta mão de obra, a provisão habitacional será, no mínimo, uma das condições objetivas do processo produtivo. Em condições de insuficiência de demanda solvível a carência habitacional é considerada prescindível e o acesso ao bem passa a estar sujeito a determinações extra-econômicas.

---

<sup>9</sup> Comparativamente se poderia lembrar que apenas as moradias móveis, como os *trailers*, que representa exceção ao modo urbano de vida, podem ser consideradas como formas temporárias de vínculo espacial, consubstanciando uma nova relação localizacional.

<sup>10</sup> O significado do termo "necessidade social" não será discutido no âmbito teórico. Uma discussão das necessidades sociais foi empreendida por Topalov (1979:50-61).

Consolida-se aqui uma contradição central na provisão capitalista de moradias. Embora o bem cumpra uma função indivisível (necessário por toda a vida) e seja insubstituível, implicando uma necessidade universal para o conjunto da população, nem todos podem pagar por ele e parte da demanda social não efetiva uma demanda econômica. Mais do que isto, como parte da composição do bem é formada pela localização espacial e esta representa capital social, o acesso a moradia urbana representa uma forma de apropriação do produto social e, portanto, contradição da distribuição da riqueza. Ou seja, mesmo como simples bem de uso supridor das necessidades vitais ou como mercadoria que participa do circuito da reprodução do capital, o fato da unidade habitacional ocupar uma fração do solo urbano torna-a diretamente subordinada às condições sociais de formação desse espaço. Já dito anteriormente que, ao se constituir do solo e da localização, a consolidação da unidade habitacional tem como pressuposto as condições gerais de estruturação do espaço e suas condições particulares de reprodução do capital. Nesse sentido, a parcela prescindível da carência de moradias, aquela que não constitui demanda solvível, não pode ser equacionada individualmente ou socialmente à revelia dos interesses econômicos, pois a consolidação da unidade habitacional urbana é inexoravelmente parte de um produto social.

Esta contradição da provisão habitacional mostra que mesmo podendo marginalizar a parcela prescindível da carência habitacional não solvível, a unidade habitacional traz-lhe internalizada uma parcela imprescindível para a valorização do capital, que é o espaço construído. Portanto, o desafio da provisão habitacional transcende os limites financeiros não solvíveis da edificação da moradia, pois o imóvel habitacional não tem como estar dissociado do capital social implícito na localização espacial. É esta contradição que ajuda a desvelar a aparente irracionalidade das aglomerações urbanas, plenas de solos terrenos retidos para especulação e imóveis residenciais mantidos desocupados, enquanto uma enorme parcela da população mora em condições precárias. Contradição que se traduz em um crítico descompasso entre a oferta de moradias e a carência das condições em que estas são providas. Mesmo em uma situação hipotética da demanda de moradias igual a sua oferta, não se pode concluir pela resolução dos problemas de sua carência. Pois não ocorre uma associação direta da demanda solvível com as necessidades universais de consumo material e simbólico do bem. Essa dissociação é magnificada pela desigualdade da distribuição de renda e pela ausência de controles públicos sobre a especulação fundiária e imobiliária urbanas.

Associar a carência habitacional com a dinâmica do modo de produção, e consequente estruturação do espaço, faz surgir a seguinte indagação: por que alocar recursos nesse setor e sob quais condições? A resposta leva a refletir sobre os fatores que impulsionam o investimento habitacional, seja como estímulo econômico, seja como política social. Aqui está o motivo pelo qual a habitação deva ser analisada no sentido mais geral da produção social do espaço, não só pelas suas características peculiares de bem de consumo durável e heterogêneo, mas, fundamentalmente, porque apenas parte desta demanda poderá ser sancionada pelas livres forças do mercado. E, nesse sentido, parte do desafio da carência habitacional manifesta-se sob a forma pela qual a sociedade, através de suas instituições - políticas, religiosas, culturais - afirma o caráter imprescindível da moradia no processo de urbanização, garantindo-o socialmente como um direito universal e, ao mesmo tempo, as relações sociais de produção o equaciona apenas enquanto demanda solvível.

Fica patente o tratamento diferenciado que deve ser dado aos significados de carência e de demanda habitacionais. Por um lado, esta última encontra-se relacionada a uma componente econômica de realização do produto no mercado, ou seja, à adequação das quantidades e qualidades das unidades habitacionais às capacidades de pagamento, via rendimentos ou financiamentos, por parte dos demandantes.<sup>11</sup> Por outro, a carência encontra-se relacionada à maneira particular pela qual uma sociedade ratifica suas prioridades básicas, em sentido estrito, as necessidades vitais e sociais de moradia, garantidos como imprescindíveis. Assim, muito mais que a simples insuficiência de um abrigo, onde é possível proteger-se das condições ambientais, a qualidade desse abrigo deve abarcar necessidades sociais historicamente indispensáveis, expressas na acessibilidade espacial. Necessidades sociais que podem ser transformadas, no sentido de redefinir o próprio conteúdo da moradia ou mesmo a própria moradia como modo de vida. Portanto, a carência refere-se a um conceito mais amplo do que a simples demanda ou déficit e deve ser compreendida no plano do direito social à moradia e à maneira particular pela qual a sociedade possibilita o exercício da cidadania<sup>12</sup>

Assim, quando a análise não se limita a discutir o potencial da demanda habitacional não satisfeita e passa a focar a problemática habitacional sob o prisma

---

<sup>11</sup> Pereira de Lucena (1985:04) ao recortar os objetivos do seu trabalho refere-se a dois tipos de demanda: potencial e efetiva. Segundo sua distinção, a demanda potencial estaria mais próxima de necessidades sociais, enquanto a demanda efetiva seria uma expressão da capacidade de realização do produto via renda e crédito.

<sup>12</sup> Cabe registrar que a Conferência Habitat II, realizada em Istambul no ano de 1996, assumiu como seus os objetivos políticos universais de garantir moradia adequada para todos e fazer com que os assentamentos humanos sejam mais seguros, salubres, habitáveis, equitativos, sustentáveis e produtivos.

da sua carência, vem à tona a importância da questão habitacional como instrumento político de ação. Aqui materializa a necessidade da estrutura institucional, em particular o Estado, lidar com obstáculos concretos provenientes da complexidade, da durabilidade e da heterogeneidade do bem, etc, e, também, com as motivações para o investimento em um produto com escassez produzida socialmente, e ao mesmo tempo concorrente com os distintos interesses de ocupação e estruturação do espaço. Ou seja, tratada como demanda, a parcela da carência habitacional que não encontra solução nos mecanismos formais de mercado ou nos subsídios sociais é equacionada pelas formas marginalizadas de resposta às necessidades vitais e sociais de moradia.<sup>13</sup> Assim como no caso estrito da edificação habitacional, parte do valor de uso complexo do espaço construído, que também pode ser considerada na categoria de valores de uso necessários e representa complemento da unidade habitacional, não é produzida pelo capital privado, demandando outras formas de resposta da sociedade para o seu adequado suprimento.

Como ressaltado no documento Habi (1992:20), “é necessário frisar que a política habitacional não pode se restringir a financiar ou produzir novas habitações, viciando a discussão apenas em termos de ‘déficit’. É preciso coordenar ações para melhorar a qualidade de assentamentos precários existentes, reabilitando (ou requalificando) bairros, favelas, cortiços, onde já moram famílias de baixa renda e favorecendo que outras famílias possam adquirir terrenos ou casas por preços acessíveis em áreas adequadas.”

Na verdade, o conceito de carência habitacional deve ser mensurado tendo por base um conjunto associado de fatores relacionados ao padrão habitacional da comunidade e dos patamares mínimos de exercício da cidadania. Conforme Prado & Pelin (1993), “dada a noção de que ‘toda família tem que morar em algum lugar’, é necessário trabalhar-se com o conceito de “déficit de moradias adequadas”, o qual envolve, por sua vez, noções normativas.”

Portanto, a determinação de indicadores de déficit habitacional partem do suposto de que vige na sociedade uma compreensão política acerca dos direitos sociais à cidade e à moradia, definidos socialmente como padrões mínimos de qualidade de vida. Esta última refere-se a um conjunto de variáveis sobre o tipo de habitação, a existência, no local da residência, de serviços de infra-estrutura básica, além da qualidade do entorno da moradia, incluindo os equipamentos sociais

---

<sup>13</sup> Vasconcelos (1996:128), enfatiza a ocorrência de práticas de assentamentos habitacionais com o emprego de meios inadequados, ou seja, dada a insuficiência de recursos, as moradias não são construídas dentro de padrões mínimos de qualidade de vida, geralmente, com materiais de baixa qualidade, com “arquitetura” improvisada, sem infra-estrutura sanitária, etc..

disponíveis nas proximidades ou no bairro. Quando estes não são atingidos afirma-se a necessidade da intervenção pública.

Os principais itens para definição das carências habitacionais são os seguintes:

- a) a coabitação domiciliar, situação em que ocorre famílias conviventes no mesmo domicílio;
- b) precariedade das estruturas físicas das habitações, seja pela obsolescência dos materiais, seja pela construção com materiais inadequados;
- c) localização inadequada quanto aos acessos às infra-estruturas básicas de água encanada, energia elétrica; esgoto sanitário, pavimentação das vias e coleta de lixo;
- d) adensamento excessivo do domicílio, seja de pessoas por cômodo (3), seja de pessoas por dormitório (3,5);
- e) construção irregular quanto ao traçado viário, infra-estruturas ou funções urbanas do local do domicílio;
- f) localização inadequada quanto aos equipamentos sociais de uso coletivo como: praças, escolas, postos de saúde, transportes, etc.;
- g) comprometimento excessivo da renda familiar com aluguel.

#### **6.1.6.1 – DÉFICIT POR COABITAÇÃO E PRECARIIDADE DA EDIFICAÇÃO**

Cruzando os indicadores de coabitação e precariedade, a saber: os casos de domicílios ocupados por mais de uma família; espécie de domicílio particular improvisado; construção não de alvenaria; e localização em aglomerado subnormal, encontramos uma taxa de aproximadamente 1,68%, algo em torno de 2.500 domicílios.

Outra informação que aparece nos cruzamentos é que mais de 90% dos residentes que coabitam um mesmo domicílio moram em Uberlândia há pelo menos 3 anos. O mesmo se verifica para os moradores de domicílios improvisados e em casa de alvenaria incompleta. Ou seja, os dados indicam não se tratar de uma circunstância conjuntural ou sazonal, pois o longo período de residência aponta para uma situação estrutural .

### 6.1.6.2 – DÉFICIT DE LOCALIZAÇÃO

Mesmo sem considerar as distâncias ao centro da cidade intercalados por loteamentos desocupados, uma avaliação do grau de cobertura dos serviços de infraestrutura e coleta de lixo apontaram para um déficit de aproximadamente 4,5%, implicando um universo de aproximadamente 6.700 domicílios. Embora o grau de cobertura de água e energia atinja um percentual em torno de 98%, sem avaliar a qualidade do fornecimento em todas as áreas da cidade, a combinação desses fatores, em particular a coleta de lixo e a pavimentação, puxam o indicador para cima.

### 6.1.6.3 – DÉFICIT POR ADENSAMENTO

Analisando os dados de número de residentes por domicílio e cruzando com o respectivo número de cômodos e quartos, encontramos:

TABELA 6.5 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
 DENSIDADE POR DORMITÓRIO

Dormit órios	Déficit estima do	nr_membros_residentes_no_domiciliofamilia											TOTAL	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	mais		
1	5050	2207	4495	4012	2956	1462	481	70	81					15664
2	1646	3144	11537	14657	15793	7798	2314	1072	452	78	44			56890
3	154	1445	8673	14354	20723	12028	4447	1671	828	361	475	154		65159
4		286	633	1330	1931	2013	771	302	199	31	41	15		7554
5		165	70	142		410	88	159	95		55	9		1522
6			9		49	66	85			22				231
7					34									83
8											27			27
13			31											31
33				43										43
<b>TOTAL</b>	<b>6850</b>	<b>7247</b>	<b>25448</b>	<b>34539</b>	<b>41814</b>	<b>23776</b>	<b>8187</b>	<b>3275</b>	<b>1655</b>	<b>492</b>	<b>642</b>	<b>235</b>	<b>147310</b>	

Fonte: Pesquisa de campo, IE/UFU, 2001.

Tomando por base a referência do adensamento de dormitórios, encontra-se algo em torno de 6850 domicílios com este problema, indicando uma taxa de déficit de aproximadamente 4,61%.

Fazendo o mesmo cálculo para o adensamento por cômodos encontramos o seguinte quadro:

TABELA 6.6 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
 DENSIDADE POR CÔMODO

	Nro. De Membros da Família														Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	
<b>1</b>	326		398	325	148	51	9					9			1498
<b>2</b>	376	374	344	458	328	46	9								1934
<b>3</b>	816	1356	1923		853	349	53	80							6840
<b>4</b>	1638	4499	4443	5100	2391	793	286		71	44					19292
<b>5 ou mais</b>	4170	19053	27539	34731	20243	6956	2920	1546	422	598	63	79	55	29	
	7324	25517	34646	42025	23960	8196	3275	1655	492	642	63	88	55	29	147966

Fonte: Pesquisa de campo.

O resultado obtido é de aproximadamente 995 domicílios, uma taxa de apenas 0,67%. Entretanto, se considerarmos que o padrão habitacional mínimo é pelo menos três cômodos por grupo convivente, então o valor estimado sobe para 3.432 domicílios, atingindo uma taxa de 2,31%.

Outra forma de abordagem é estimar os indivíduos adultos do grupo convivente por número de cômodos, pois é nessa faixa que se encontram os indivíduos com maior potencial de constituição de novas famílias e formação de novos domicílios.

TABELA 6.7 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
 DENSIDADE POR FAIXA ETÁRIA

CÔMODOS	NUMERO DE MEMBROS DOMICILIARES COM IDADE >= 18'							Déficit
	1	2	3	4	5	6 ou mais		
<b>até 3</b>	2672	6426		271	17	26	1141	
<b>4</b>	3091			1230	283	72	1585	
<b>5</b>	4103	21306			1116		1476	
<b>6</b>	2520	18958	8272			1101		
<b>7</b>	1133	8483		2713				
<b>8</b>	730	5083	2995	1749	613			
<b>9 ou mais</b>	963	8084	3754	1996	762	645		
<b>Total</b>	15210		29301	14739	5091	3070	5303	

Fonte: Pesquisa de campo.

Observando o quadro acima, estimamos um contingente de aproximadamente 5.303 potenciais membros “sobrantes” nos grupos familiares ou conviventes, perfazendo uma taxa de 3,57% de novos domicílios. Esta estimativa pode alterar para mais, pois independente do número de cômodos, todo grupo com mais de 2 membros adultos pode vir a constituir um novo domicílio. Da mesma forma nem todos esses são de baixa renda e poderão encontrar oferta adequada de imóveis no mercado.

TABELA 6.8 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
DENSIDADE POR FAIXA ETÁRIA

	'NUMERO DE MEMBROS DOMICILIARES COM IDADE >= 18'						Deficit
	1	2	3	5	6 ou mais		
<b>dormitórios</b>	Count	Count	Count	Count	Count	Count	
<b>até 1</b>	3976	10256	1093	315	56	26	1490
	6866	34736		3820	1207	235	1442
<b>3</b>	3573	32185	15337	8961	2871	2153	
<b>4 ou mais</b>		2858	2750	1616	949	655	
<b>Total</b>	15027	80035	29126	14712	5083	3070	2932

Fonte: Pesquisa de campo, IE/UFU, 2001.

Utilizando o mesmo raciocínio anterior, cruzando-se o número de membros conviventes com 18 ou mais anos e o número de dormitórios, notamos uma concentração em torno de 2.932 pessoas. Ou seja, considerando as observações feitas anteriormente, este deve ser o universo de pessoas mínimo a pressionar as necessidades habitacionais.

#### 6.1.6.4 – DÉFICIT POR INSUFICIÊNCIA DE RENDIMENTOS

O quadro a seguir nos permite observar a situação de vulnerabilidade financeira dos grupos familiares ou conviventes. Nota-se que um grupo expressivo de famílias, com rendimento mensal de até dois salários mínimos encontram-se na situação de não proprietários, portanto tendo que dividir o apertado orçamento doméstico com os custos de aquisição ou aluguel da moradia. Neste grupo destacamos em primeiro lugar a situação dos que pagam aluguel, aproximadamente 8.233 famílias, ou 5,54% do total de unidades domiciliares de Uberlândia no ano de 2001.

Se somarmos a esse grupo os que pagam financiamento, chegamos a aproximadamente 12.000 famílias, que representam um expressivo contingente de 8% das unidades residenciais. Além disso não foi contabilizada a situação dos que se encontram morando em domicílios cedidos ou emprestados, situação de grande potencial de vulnerabilidade.

TABELA 6.9 – CIDADE DE UBERLÂNDIA  
 NÍVEL DE RENDIMENTO POR SITUAÇÃO DA POSSE DO DOMICÍLIO

Rendimento familiar mensal em R\$	A moradia é:					Total
	Própria	Cedida ou emprestada	Alugada	Financiada	ND/NS	
ate 180,00	9061	1478	2237	947	123	13847
de 180,01 a 360,00	11040	1621	5996	3021	138	21815
de 360,01 a 900,00	29055	3446	12685	8204	187	53578
de 900,01 a 1800,00	26214	2158	9576	4432	208	42588
Mais de 1800,00	12165	253	2773	1130	22	16342
<b>Total</b>	<b>87535</b>	<b>8957</b>	<b>33266</b>	<b>17734</b>	<b>679</b>	<b>148170</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

Como comentários finais, devemos ressaltar que entre as estimativas de déficit apresentadas, procurou-se evidenciar as distintas composições alternativas mas não excludentes. Ou seja, não se trata de uma oferta de um leque de indicadores, mas de uma abordagem compreensiva, que busca captar as diversas faces e dimensões da problemática habitacional urbana.

E para encerrar, deve-se ressaltar que as estimativas de déficit apresentadas referem-se aos imóveis ocupados e, que embora não tenha sido objeto de apuração na nossa pesquisa, segundo dados do IBGE para 1996, Uberlândia possuía aproximadamente 26.549 domicílios particulares não ocupados, dos quais 20.443 encontravam-se na condição de vagos. Portanto, o déficit aqui tratado é uma dimensão relativa, pois em todas as projeções não foram encontrados valores superiores aos imóveis desocupados e retidos para valorização do patrimônio. Isto deixa claro que o déficit habitacional é sobretudo um desafio político, para cujo enfrentamento a presença do Estado é uma condição *sine qua nom*.

**Bibliografia citada**

AZEVEDO, Sérgio de. Política de habitação popular e subdesenvolvimento: dilemas, desafios e perspectivas. In: DINIZ, Eli (org.). Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas. Série Debates Urbanos, Vol. 4, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: RIBEIRO, L. C. Q de & AZEVEDO, S. (orgs.). A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

AZEVEDO, Sérgio de & GAMA de ANDRADE, Luís Aureliano. Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BLANK, Gilda. Brás de Pina – experiência de urbanização de favela. In: Habitação em questão. Valladares, L. do P. (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1981.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado. Condições de vida e acesso a serviços no contexto das metrópoles paulistas. In: migração, condições de vida e dinâmica urbana: São paulo 1980-1993. PATARRA, Neide et alli (orgs.). Campinas: Unicamp/IE, 1997.

BONDUKI, Nabil Georges. (org.) As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

BORJA, Jordi & CASTELLS, Manuel. Planes estratégicos y proyectos metropolitanos. In: Cadernos do IPPUR, vol. XI, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. Metrôpoles, cidades médias e pequenos municípios paulistas: estudo comparado da qualidade de vida e dinâmica socioespacial. In: PATARRA, Neide et alli (orgs.), op. cit.

CENECORTA, Alfonso Iracheta 7 SMOLKA, Martim O. O paradoxo da regularização fundiária: acesso à terra servida e pobreza urbana no México. In: Cadernos do IPPUR/UFRJ. Ano XIV, nº 1, Rio de Janeiro; IPPUR/UFRJ, 2000.

CHINELLI, Filippina. Os loteamentos de periferia. In: Habitação em questão. Valladares, L. do P. (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1981.

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense: 1985.

DÉAK, Csaba. O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. In: Espaço & Debates, nº 28, São Paulo: NERU, 1989.

FERRAZ F°. Galeno Tinoco. Considerações sobre a oferta de imóveis novos na década de 80. In: RIBEIRO, L. C. Q de & AZEVEDO, S. (orgs.). A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

FJP. Déficit habitacional no Brasil. Belo Horizonte: FJP, 1995. (relatório de pesquisa)

GONÇALVES, Robson R. O déficit habitacional nas regiões metropolitanas: 1981-2000. In: Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste, vol. 28, 1997.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 2ª ed., 1997.

GTR/SFH. Reformulação. Relatório final. Presidência da República, Brasília, 1986.

HABI. Programa habitacional de interesse social: balanço da atuação de HABI - 1989/92. Prefeitura Municipal de São Paulo, SEHAB & Superintendência de habitação popular. São Paulo, 1992. (mimeo)

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Uma abordagem populacional para um problema estrutural: a habitação. Petrópolis: Vozes, 1988.

LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: Habitação em questão. Valladares, L. do P. (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1981.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (org), A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 2ª ed., 1982.

\_\_\_\_\_. O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática. In: Espaço e Debates, São Paulo: Neru, nº 8, 1983.

\_\_\_\_\_. Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Reforma urbana: limites e possibilidades uma trajetória incompleta. In: Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. RIBEIRO, L. C. Q. & SANTOS Jr, Orlando Alves dos. (orgs.). 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

NEPP. Estratégias para combater a pobreza no Brasil: programas, instituições e recursos. Campinas: Unicamp, 1994. (relatório final, versão preliminar)

O'CONNOR, James. USA: a crise do estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO, Eleutério da Silva & PELIN, Eli Roberto. Moradia no Brasil, reflexões sobre o problema habitacional brasileiro. São Paulo: CBMM/FIPE, 1993.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. Da propriedade fundiária ao capital Incorporador: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Tese de doutoramento. São Paulo: FAU/USP, 1991.

\_\_\_\_\_. Incorporação imobiliária: características, dinâmica e impasses. In: RIBEIRO, L. C. Q. de & AZEVEDO, S. (orgs.). A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. In: Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. RIBEIRO, L. C. Q. & SANTOS Jr, Orlando Alves dos. (orgs.). 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & AZEVEDO, Sérgio. A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses. In: RIBEIRO, L. C. Q. de & AZEVEDO, S. (orgs.). A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RYBCZYNSKI, Witold. Casa: pequena história de uma idéia. Rio de Janeiro: Record, 1996.

ROCHA, Sônia. Pobreza-Renda e Indicadores sociais como critérios complementares. In: : Revista de Planejamento e Política Pública, nº 4, dez-1990, Brasília, IPEA, 1990.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação coletiva de terra para moradia - Osasco. Tese,

doutorado .São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 1988.

\_\_\_\_\_.(1988) Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Contexto, 5ª ed., 1994.

ROLNIK, Raquel. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. RIBEIRO, L. C. Q. & SANTOS Jr, Orlando Alves dos. (orgs.). 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SACHS, Céline. São Paulo: politiques publiques et habitat populaire. Paris, Ed. de la Maison des sciences de l'homme, 1990.

SILVA, Ricardo Toledo. Habitação, infra-estrutura urbana e regulação pública: limites da privatização. Tese de doutoramento/ FAU-USP, São Paulo, 1991.

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO – NEPP/UNICAMP. Projeto BRA 89/008 – Programme of public policy studies. Relatório final, dez/1992. (mimeo)

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1988.

TOPALOV, Christian. La urbanizacion capitalista: algunos elementos para su análisis. México: Editorial Edicol, 1979.

\_\_\_\_\_. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitat? In: Cadernos do IPPUR, vol. XI, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

VALLADARES, Lícia do Prado. Estudos recentes sobre a habitação: resenha da literatura. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). Repensando a habitação no Brasil. Série Debates Urbanos, vol. 3, Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VASCONCELOS, Naumi A. de. Qualidade de vida e habitação. In: Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Campos, R. H. de F. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

## 6.2 – EDUCAÇÃO

*Jucyene das Graças Cardoso  
Vitorino Alves da Silva  
Marcelo Jose Moreira*

*"As tentativas de transformar efetivamente o nosso mundo em um aspecto específico qualquer imediatamente são submetidas à potência avassaladora do existente e parecem condenadas à impotência. Aquele que quer transformar provavelmente só poderá fazê-lo na medida em que converter esta impotência, ela mesma, juntamente com a sua própria impotência, em um momento daquilo que ele pensa e talvez também daquilo que ele faz" Adorno (1995:185).*

### 6.2.1 – INTRODUÇÃO

Segundo documento do Ministério da Educação<sup>1</sup>, foram obtidas melhoras significativas na situação educacional brasileira nos anos 90, sobretudo a partir de 1995. Entre elas destacam-se a queda das taxas de analfabetismo, especialmente nas faixas mais jovens da população, o aumento sistemático das taxas de escolaridade média (número médio de anos de estudo) da população, combinados com o aumento da taxa de escolarização (total de estudantes sobre total da população, em cada faixa etária).

Mas, segundo o mesmo documento,

*"a despeito da sensível redução verificada nas últimas décadas, o Brasil segue exibindo uma das taxas de analfabetismo mais elevadas da América Latina na população de 15 anos ou mais de idade: era de 20,1% em 91, e caiu para 14,7% em 1997, o que corresponde em números absolutos a cerca de 15,8 milhões de pessoas, contingente superior à população total da maioria dos países da região."*<sup>2</sup>

A taxa de escolarização de crianças de 7 a 9 anos de idade apresenta tendência de crescimento, pois de 85%, em 1990, alcançou 91%, em 1995, e 96,2% em 1999<sup>3</sup>. Essa mesma tendência se repete para a faixa etária de 10 a 14 anos de idade: em 1990 a taxa de escolarização era de 84,2%; em 1995, de 89,8%; e, em

<sup>1</sup> - Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Desempenho do Sistema Educacional Brasileiro: 1994-1999.

<sup>2</sup> - Idem.

<sup>3</sup> - Ver IBGE, PNAD de 1990, 1995 e 1999.

1999, chegou a 95,4%. Nota-se, portanto, um amplo movimento de inserção de crianças e adolescentes no sistema de ensino do País.

Contudo, dados do Censo Escolar de 1996 demonstravam que mais de 46% dos alunos do ensino fundamental (1º. grau) tinham idade superior à faixa etária correspondente a cada série. Segundo o Plano Nacional de Educação (2000), isso "demonstra a dimensão do grau de ineficiência do sistema educacional do país: os alunos levam, em média, 10,4 anos para completar as oito séries de ensino fundamental"<sup>4</sup>.

A par disso, o quadro educacional brasileiro é ainda insatisfatório, notadamente para as faixas etárias correspondentes aos ensinos médio e superior.

A partir de dados da PNAD de 1995, SABOIA (1998) demonstra que, do total de 28,7 milhões de jovens (dos 15 aos 24 anos), apenas 11,7 milhões eram estudantes, em 1995. Esse número corresponde a um indicador de freqüência à escola que alcançava apenas 40,8% de jovens usufruindo do sistema escolar, naquele ano. Levando em consideração as faixas de 15 a 17 anos, 18 e 19 anos e 20 a 24 anos de idade, em separado, a taxa de escolarização era de 66,6%, 41,9% e 20,6%, respectivamente. A autora acrescenta, sobre os estudantes de 15 a 17 anos, que apenas 33,8% freqüentavam séries do ensino médio (2º. grau), enquanto 50,6% estavam entre a 5ª. e 8ª. séries do ensino fundamental, enquanto outros 14,6% cursavam séries ainda mais baixas. Segundo ela:

"Os índices de freqüência à escola dos jovens refletem os resultados dos modelos educacionais adotados no país nas últimas décadas. Tais modelos foram fundamentados tendo a idade de 7 anos como a ideal para ingresso no sistema, e o primeiro grau constituído por um *continuum* de 8 séries para serem concluídas quando a criança atingir 14 anos. Desta forma, em termos ideais os jovens de 15 a 17 anos deveriam estar cursando as três séries do segundo grau. Conforme pode-se observar (...) apenas pouco mais de um terço dos estudantes deste grupo etário conseguia, em 1995, cursar o 2º. grau." (SABOIA, 1998:505)

Torna-se elucidativo este quadro, uma vez que o ensino médio (2º. grau) é entendido como um nível que tem um papel importante "a desempenhar nos países subdesenvolvidos, no que se refere à formação para a cidadania e de qualificação profissional" (Plano Nacional de Educação, 2000).

No que tange ao número de anos de estudos, a grande maioria da população brasileira possui conhecimentos equivalentes às quatro primeiras séries do ensino

---

<sup>4</sup> - Ainda, segundo a Contagem Populacional/IBGE (1996), cerca de 2,7 milhões de crianças, de 7 a 14 anos, estavam fora da escola, parte das quais nela já esteve, mas a abandonou.

fundamental (média de 3,9 anos para o conjunto de sua população)<sup>5</sup>, nível bastante baixo quando comparado a outros países da América Latina. No Chile e na Argentina, por exemplo, a média é de 8,5 anos de estudo. A média para os jovens brasileiros, em 1995, era de 6,6 anos de escolaridade, e, do total de jovens, apenas 40,4% tinham entre 5 a 8 anos de estudo, enquanto 24,8% tinham 9 anos ou mais.

Diante desse quadro, a educação volta à tona nas discussões que envolvem as transformações ocorridas no Brasil dos anos 90. E não se trata de considerar a educação apenas como meio de garantir mobilidade social, em termos de relação com trabalho e geração de renda, mas também como forma de possibilitar a inter-relação entre os indivíduos desta sociedade, a partir de sua interação com a formação cidadã dos seus membros. Isso envolve, portanto, diferentes demandas sociais para distintos grupos sociais (BERCOVICH et.al., 1997).

## 6.2.2 – O CENÁRIO DE UBERLÂNDIA

As informações obtidas com a pesquisa de campo relacionam-se ao nível de escolaridade formal de cada um dos membros dos grupos familiares conviventes, com discriminação dos que freqüentam cursos regulares, das séries iniciais do ensino fundamental ao ensino superior e pós-graduação, além das crianças na pré-escola<sup>6</sup>. Os resultados dos dois tipos de informações acima permitiram cruzamentos com outras variáveis, como idade, sexo, renda e cor da pele, que ajudam a estimar o perfil da escolaridade geral da população e dos atuais estudantes da cidade.

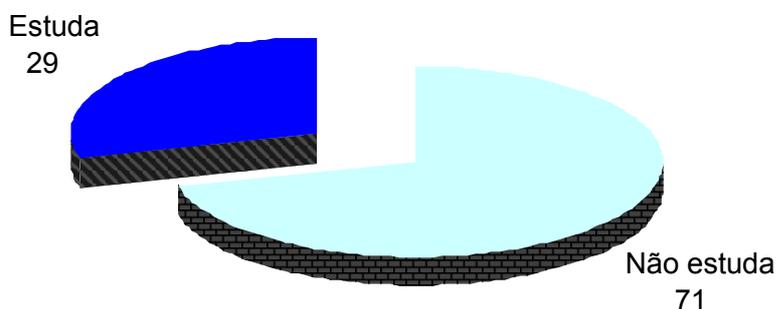
Em termos da condição educacional (Gráfico 6.2.1, abaixo), cerca de 29% da população total encontra-se inserida no sistema de ensino.

---

<sup>5</sup> - Ministério do Trabalho e do Emprego/MTE (1995).

<sup>6</sup> - Para este relatório, não foram incluídas informações sobre a pré-escola devido: 1) às transformações pedagógicas de que tem sido objeto a faixa etária de 0 a seis anos de idade (creche x pré-escola); 2) as incompreensões no seio da população, mesmo após orientação dos pesquisadores de campo destes conceitos e, 3) a não obrigatoriedade constitucional de inserção deste grupo etário em estabelecimentos educacionais oficiais. Todavia, pode-se constatar uma significativa demanda da população por estabelecimentos educacionais para este grupo etário, o que deverá ser retrabalhado em outros desdobramento desta pesquisa, inclusive segundo as regiões da cidade.

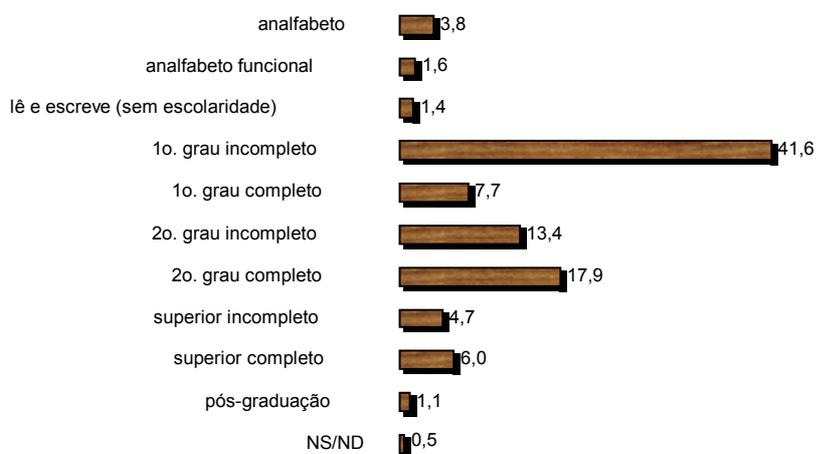
GRÁFICO 6.2.1 – UBERLÂNDIA:  
 CONDIÇÃO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO – 2001 (EM %)



Fonte: Pesquisa de Campo.

A escolaridade da população de 15 anos ou mais de idade encontra-se expressa no Gráfico 6.2.2, a seguir. No total da população de 15 anos ou mais, predomina a escolaridade do primeiro grau incompleto (41,6%), sequenciada por 17,9% com o segundo grau completo, 13,4% com o segundo grau incompleto e 7,7% com o primeiro grau completo. Destacam-se ainda os que concluíram o ensino superior (6%), bem como os que ainda não concluíram este nível de ensino (4,7%). Os analfabetos correspondem a 3,8% da população, sendo que os analfabetos funcionais alcançam a 1,6% deste total. Por sua vez, 1,4% declararam que lêem e escrevem, embora sem escolaridade formalizada. Ressalta-se, ainda, que 1,1% desta população possui pós-graduação.

GRÁFICO 6.2.2 – UBERLÂNDIA: ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO  
 COM 15 ANOS OU MAIS DE IDADE (EM %)



Fonte: Pesquisa de campo.

Em termos da escolaridade por gênero (Tabela 6.2.1, a seguir), excetuando-se os com primeiro grau incompleto, e mesmo neste, quase equivalente ao dos homens, as mulheres evidenciam uma melhor educação formal. Vale ressaltar que este resultado, além das diferenciadas expectativas de vida por gênero, evidencia um movimento já identificado em termos nacionais: a progressiva maior escolaridade média das mulheres relativamente aos homens. Por isso, elas predominam nos níveis mais elevados de escolaridade (primeiro grau completo para cima). Avulta a participação das mulheres no conjunto da população com pós-graduação (78,5%). Ao mesmo tempo, internamente a cada gênero, evidencia-se melhores níveis de escolaridade das mulheres.

TABELA 6.2.1 – UBERLÂNDIA: POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR ESCOLARIDADE, SEGUNDO GÊNERO – 2001 (EM %)

	Feminino		Masculino		Nd/Ns		Total	
	A	B	A	B	A	B	A	B
<b>Analfabeto</b>	59,6	4,3	40,4	3,2			100	3,8
Analfabeto funcional	59,7	1,8	40,3	1,3			100	1,6
Lê e escreve (sem escolaridade)	58,8	1,6	41,2	1,2			100	1,4
1º grau incompleto	49,7	40,2	50,2	44	0	39,5	100	41,6
1º grau completo	51,9	7,7	48	7,7	0,1	15,5	100	7,7
2º grau incompleto	51,2	13,2	48,7	13,6	0,1	45	100	13,4
2º grau completo	53,9	18,5	46,1	17,1			100	17,9
Superior incompleto	51,4	4,6	48,6	4,7			100	4,7
Superior completo	51,8	6	48,2	6			100	6
Pós-graduação	78,5	1,7	21,5	0,5			100	1,1
Nd/Ns	38,5	0,4	61,5	0,7			100	0,5
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100</b>	<b>48</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

Notas: A – participação em relação ao total da escolaridade.

B – participação em relação ao total do gênero.

Em relação à cor, do total da população de 15 anos ou mais, 54,4% declararam-se brancos, 44,7% negros e pardos, 0,3% índios, 0,3% amarelos, enquanto outros 0,3% não declararam (Tabela 6.2.2). Em relação aos declarados brancos, 36,7% possuem o primeiro grau incompleto, 19,5% o segundo grau completo, 14,0% o segundo grau incompleto e 8,4% o superior completo. Nestes termos, todos os indicadores de escolaridade dos brancos estão melhores do que os da média da população. No que se refere aos que se declararam negros e pardos, 48,6% possuem o primeiro grau incompleto, 15,8% o segundo grau completo, 12,5% o segundo grau incompleto e 7,7% o primeiro grau completo. Por estes dados, todos os indicadores de escolaridade, para este grupo, mostram-se desfavoráveis relativamente à média da população. Já para os declarados indígenas, todos os indicadores,

excetuando os com segundo grau incompleto, também estão abaixo da média da população. Por sua vez, a escolaridade do conjunto dos declarados amarelos encontra-se acima da média da população, destacando-se que praticamente 37% possuem o segundo grau completo ou acima, enquanto 29,7% possuem esta escolaridade no conjunto da população.

TABELA 6.2.2 – UBERLÂNDIA: POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR ESCOLARIDADE, SEGUNDO COR DECLARADA – 2001 (EM %)

	Negros	Pardos	Índios	Amarelos	Brancos	Ns/Nd
<b>Analfabeto</b>	6,20	4,40	4,70	0,0	3,00	2,50
Analfabeto funcional	3,00	1,70	4,80	0,0	1,30	0,0
Lê e escreve (sem escolaridade)	2,30	1,40	0,70	0,0	1,30	0,0
1º grau incompleto	54,84	47,41	39,77	27,75	36,75	33,50
1º grau completo	7,10	7,90	3,40	5,60	7,60	7,20
2º grau incompleto	9,30	13,20	26,10	29,70	14,00	13,70
2º grau completo	13,00	16,40	16,90	22,80	19,50	15,30
Superior incompleto	1,90	3,50	1,40	6,90	5,80	10,10
Superior completo	1,60	3,40	2,10	5,10	8,40	7,30
Pós-graduação	0,10	0,20	0,0	2,10	1,80	10,50
Nd/Ns	0,60	0,60	0,0	0,0	0,50	0,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação às faixas etárias, constatou-se, na cidade, uma taxa de escolarização de 97,2% para as crianças de 7 a 14 anos de idade<sup>7</sup>, perfazendo um total **estimado** de 1.900 crianças fora da escola. Nesta faixa etária, destacam-se 2,2% de crianças que concluíram o primeiro grau, enquanto que 1,0% delas ainda estão na pré-escola.

Com relação aos jovens de 15 a 17 anos (Tabela 6.2.3), verificou-se uma taxa de escolarização de 88,7%, superior, portanto, à média brasileira verificada em 1995 (PNAD, apud SABOIA, 1998). Entretanto, evidencia-se um descompasso entre a faixa etária e respectiva escolaridade, já que, do conjunto destes jovens, 37% possuem escolaridade até no máximo o primeiro grau completo. Apenas 56,6% dessa faixa encontra-se no nível de ensino compatível com a idade, cursando o segundo grau, enquanto outros 3,7% já concluíram o ensino médio.

<sup>7</sup> - De acordo com a PNAD/1999 (IBGE), as taxas de escolarização para a Região Sudeste e para o Brasil foram, respectivamente, 96,7 e 95,7%.

TABELA 6.2.3 – UBERLÂNDIA: POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE, POR ESCOLARIDADE, SEGUNDO CONDIÇÃO EDUCACIONAL – 2001 (EM %)

	Não estudam		Estudam		Total	
	A	B	A	B	A	B
<b>Analfabeto</b>	93,2	2,5	6,8	0,0	100	0,3
Analfabeto funcional	57,3	0,9	42,7	0,1	100	0,2
Lê e escreve (sem escolaridade)	100	0,6	0,0	0,0	100	0,1
1º grau incompleto	16,6	53,4	84,1	34,3	100	0,2
1º grau completo	79,0	8,2	21,0	0,3	100	36,2
2º grau incompleto	2,4	12,4	97,6	63,8	100	1,2
2º grau completo	79,4	19,5	20,6	0,6	100	58,0
Superior incompleto	17,2	1,4	82,8	0,9	100	2,8
Nd/Ns	82,0	1,1	18,0	0,0	100	0,9
<b>Total</b>	<b>11,3</b>	<b>100</b>	<b>88,7</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>0,2</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

Notas: A – participação em relação ao total da escolaridade.

B – participação em relação à condição educacional.

No que se refere à população de 18 a 24 anos (Tabela 6.2.4), verificou-se uma taxa de escolarização formal de 35,6%; o que equivale a dizer que cerca de 64,4% deste conjunto interrompeu sua trajetória educacional, pois não estavam estudando no momento da pesquisa de campo. Ao mesmo tempo, mais da metade desta população (54,2%) possui escolaridade inferior ao correspondente à sua faixa etária (até segundo grau incompleto). Do total, apenas 12,5% estão cursando o ensino superior, embora outros 2% já tenham concluído algum curso universitário. Vale destacar, ainda, entre os que permanecem estudando, a significativa participação daqueles que estão freqüentando o ensino médio (48,4%) ou mesmo o ensino fundamental (11,5%). Por sua vez, 35% dos que estudam, nesta faixa etária, estão no ensino superior.

TABELA 6.2.4 – UBERLÂNDIA: POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS DE IDADE, POR ESCOLARIDADE, SEGUNDO CONDIÇÃO EDUCACIONAL – 2001 (EM %)

	Não estudam		Estudam		Total	
	A	B	A	B	A	B
<b>Analfabeto</b>	99,1	1,5	0,9	0,0	100	1,0
Analfabeto funcional	100	0,1	0,0	0,0	100	0,0
Lê e escreve (sem escolaridade)	100	0,2	0,0	0,0	100	0,1
1º grau incompleto	83,6	32,1	16,7	11,5	100	24,8
1º grau completo	98,4	8,9	1,6	0,3	100	5,8
2º grau incompleto	23,2	8,1	76,8	48,4	100	22,5
2º grau completo	96,0	44,3	4,0	3,3	100	29,7
Superior incompleto	9,6	2,1	90,4	35,0	100	13,8
Superior completo	78,9	2,3	21,1	1,1	100	1,9
Pós-graduação	8,8	0,0	91,2	0,3	100	0,1
Nd/Ns	100	0,5	0,0	0,0	100	0,3
<b>Total</b>	<b>64,4</b>	<b>100</b>	<b>35,6</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

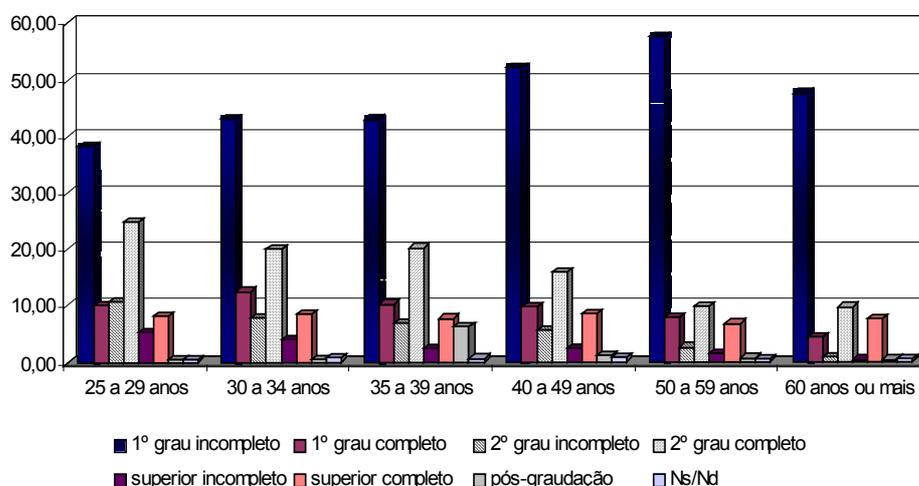
Notas: A – participação em relação ao total da escolaridade.

B – participação em relação à condição educacional.

Em linhas gerais, esses dados ajudam a compor o quadro – que não destoa da situação do País – da significativa defasagem do segmento mais jovem da população (15 a 24 anos). Todavia, o grau de analfabetismo que pode ser constatado entre as gerações mais jovens não alcança níveis significativos. A maior parte dos analfabetos, como poderá ser verificado mais adiante, é constituída de pessoas com idade acima de 40 anos.

Entre os que possuem de 25 a 29 anos de idade, 11,4% estudam, e, ainda para esse grupo etário, observa-se que 38,3% possuem o primeiro grau incompleto, 25% o segundo grau completo, 5,3% têm o ensino superior incompleto e 8,1% concluíram esse nível de escolaridade. Cabe ressaltar que, das pessoas que estão na faixa etária de 30 a 34 anos de idade, 43,1% não concluíram o primeiro grau e apenas 8,5% desse grupo possuem o ensino superior completo. Quanto aos idosos (60 anos ou mais), foi constatado que grande parte não concluiu o primeiro grau (ver Gráfico 6.2.3).

GRÁFICO 6.2.3 – UBERLÂNDIA: POPULAÇÃO POR ESCOLARIDADE, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS SELECIONADAS – 2001 (EM %)

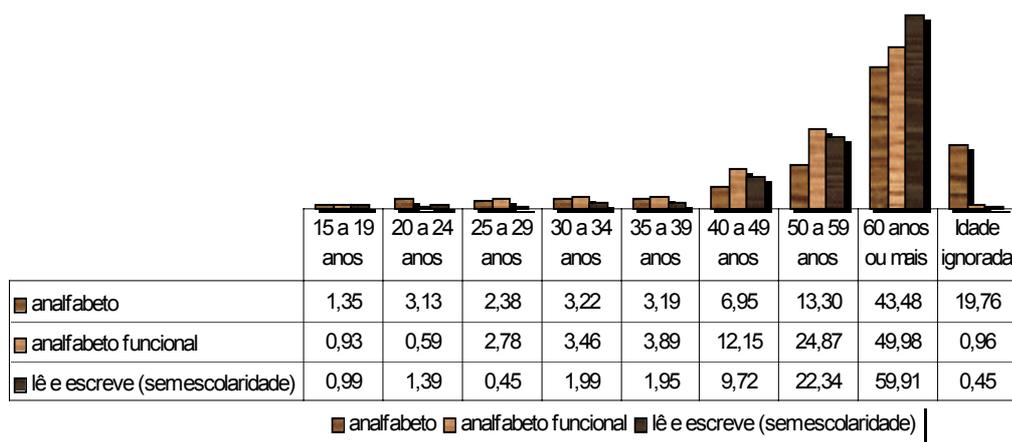


Fonte: Pesquisa de campo.

O nível de analfabetismo encontrado na cidade tende a se destacar em indivíduos pertencentes às faixas etárias mais elevadas (Gráfico 6.2.4), tornando-se acentuado entre as pessoas que estão acima dos 40 anos de idade. Cabe lembrar que, entre os mais jovens (15 a 24 anos), o analfabetismo tende a gerar uma posição desfavorável no mercado de trabalho, impedindo a inserção ou possibilitando-a apenas em atividades de trabalho precárias, que, por sua vez, levam, quando da primeira situação, à ocupação em atividades informais e ilegais e, quando da segunda,

a salários e condições de trabalho precários. Todavia, como observado no Gráfico 6.2.4, a seguir, é reduzida a proporção de analfabetos entre os jovens, o que não descarta a implementação de políticas públicas focalizadas.

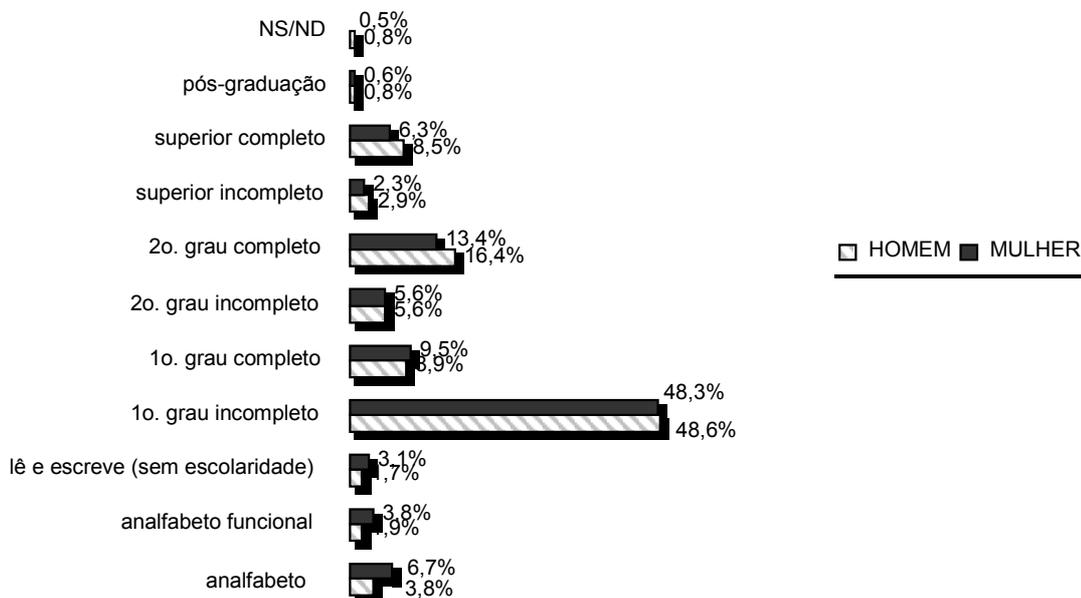
GRÁFICO 6.2.4 – UBERLÂNDIA: POPULAÇÃO POR ESCOLARIDADE, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS SELECIONADAS – 2001 (EM %)



Fonte: Pesquisa de campo.

Do ponto de vista do grupo familiar, predominam (48%) os chefes de família que possuem o primeiro grau incompleto, e, dentre os que estão nesse nível escolar, há igual distribuição entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo, 57,5% dos homens e 57,8% das mulheres que são responsáveis ou chefes de grupos familiares se encontram no ensino fundamental; em outras palavras, estão cursando ou já concluíram o primeiro grau (Gráfico 6.2.5, abaixo).

GRÁFICO 6.2.5 - UBERLÂNDIA: ESCOLARIDADE DOS RESPONSÁVEIS FAMILIARES, SEGUNDO O GÊNERO – 2001



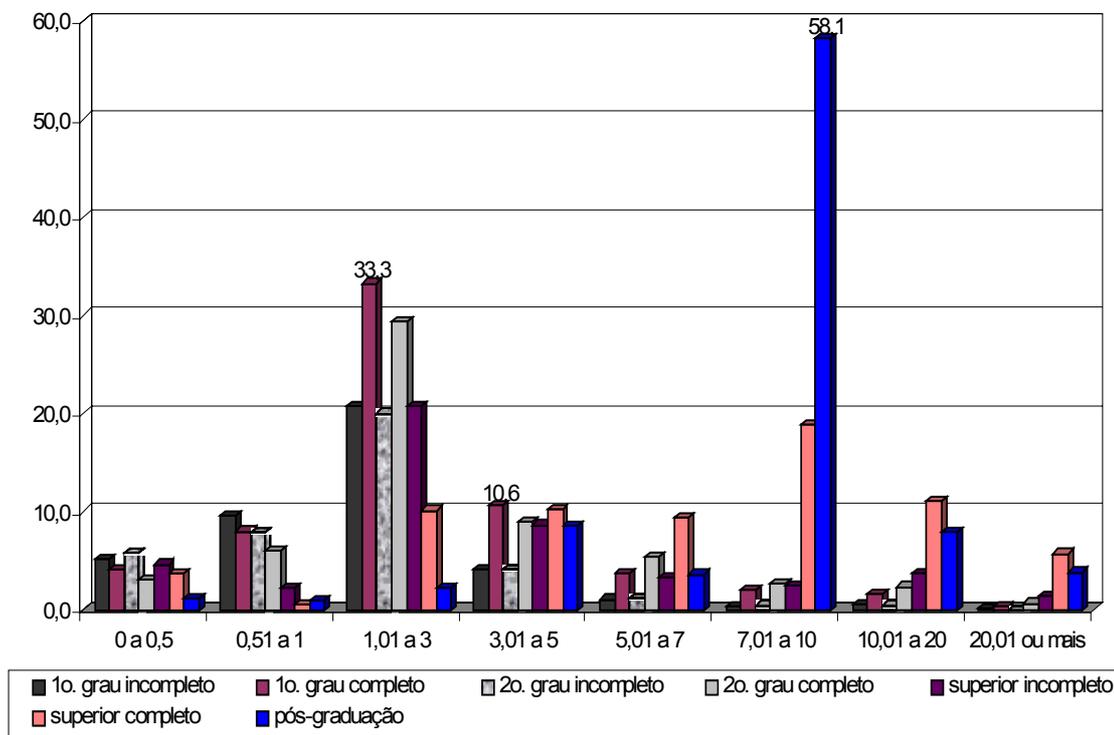
Fonte: Pesquisa de Campo.

Ademais, dos responsáveis familiares do sexo masculino, 16,4% possuem o segundo grau completo, 8,9% o primeiro grau completo e 8,5% concluíram o ensino superior, enquanto dos responsáveis familiares do sexo feminino, 13,4% possuem o segundo grau completo, 9,5% o primeiro grau completo e 6,3% o superior completo. Assim, os responsáveis familiares masculinos apresentam, ainda, melhores indicadores de escolaridade do que os do sexo feminino.

Vale a pena destacar que, dos responsáveis familiares que estudam, e que são mulheres, 24% cursam o ensino fundamental, 34,4% o ensino médio e 32% encontram-se freqüentando algum curso de nível superior. Por sua vez, entre os responsáveis familiares masculinos estudantes, os percentuais são praticamente idênticos e, respectivamente, de 22%, 33% e 33,6%.

Com relação à renda (Gráfico 6.2.6) expressa em salários mínimos (SM), observa-se que, dos indivíduos que não concluíram o primeiro grau, 20,8% recebem de 1 a 3 SM; se a eles forem acrescentados os que não possuem renda ou recebem até 1 SM, obteremos o seguinte resultado: 35,7% dos que não concluíram o primeiro grau recebem de 0 a 3 SM. Das pessoas que concluíram o primeiro grau, 33,3% recebem de 1 a 3 SM. Faz-se interessante ressaltar que, para o grupo com esse nível de escolaridade, 12,2% estão na faixa de 0 a 1 SM, enquanto 10,6% recebem de 3 a 5 SM.

GRÁFICO 6.2.6 - UBERLÂNDIA:  
 POPULAÇÃO POR ESCOLARIDADE, SEGUNDO RENDA FAMILIAR (EM SALÁRIOS MÍNIMOS) - 2001



Fonte: Pesquisa de Campo.

Ao mesmo tempo, verifica-se que 20,5% do total da população recebe entre 1 e 3 SM, e, dentre eles, 49% não concluíram o primeiro grau e, ainda, 19,6% têm o segundo grau completo; dos que recebem entre 0,5 e 1 SM, 52,2% não possuem o 1º grau completo e 13,5% são analfabetos. Com relação aos que recebem de 3 a 5 SM, 38,2% cursam o primeiro grau e 23,2% concluíram o ensino médio. Dos que têm renda familiar entre 7 e 10 SM, 39,6% possuem o ensino superior completo e 22,7% têm pós-graduação. Para esta última faixa de renda faz-se interessante ressaltar que 8,7% dos que dela fazem parte não terminaram o primeiro grau, enquanto 4,4% não terminaram o ensino superior.

Por último, mas não menos importante, não devemos estabelecer, a partir do analisado anteriormente, uma relação direta entre aumentos de escolaridade seguidos de aumentos de renda, uma vez que, além da escolaridade, outros fatores determinam a distribuição de rendimentos em uma determinada sociedade.

### 6.2.3 – Considerações

Em relação a determinadas características, a cidade de Uberlândia não foge à regra, quando relacionada ao quadro brasileiro de precariedade na questão educacional. Senão, vejamos.

Apesar do baixo número de analfabetos identificados na cidade, o que tende a corresponder a um percentual considerável de indivíduos alfabetizados, o nível de escolaridade da população é considerado baixo, uma vez que é grande a parcela dos que possuem o primeiro grau incompleto (41,6%). Aparentemente, há uma baixa inserção da população no sistema de ensino local, de forma que a maioria se encontra na condição de "não estudantes" (79%). Entretanto, é significativa a taxa de escolarização da faixa etária de 7 a 14 anos, bem como a dos jovens de 15 a 17 anos – em ambos os casos, superiores à média brasileira e da Região Sudeste.

Ao mesmo tempo, estes altos índices de escolarização combinam-se com a presença de um destacado atraso escolar, quando cotejamos os níveis de escolaridade e respectivas faixas etárias. Em outras palavras, o sistema educacional revela-se incapaz de prover níveis adequados de escolaridade aos jovens uberlandenses (15 a 24 anos), até mesmo entre os que ainda o freqüentam, sobretudo, quando da participação significativa destes indivíduos no ensino médio em detrimento do ensino superior. Por outro lado, anuncia-se um aspecto interessante: independentemente dos motivos da não progressão escolar, os jovens (15 a 24 anos) não abandonam os bancos escolares, o que, por certo, é um elemento altamente positivo para orientar políticas destinadas ao setor.

As mulheres são melhor escolarizadas do que os homens e identificou-se sua maior participação em níveis de escolaridade mais elevados (ensinos médio e superior). De outra forma, grande parcela dos homens (44%) apresentaram-se com o primeiro grau incompleto.

No que diz respeito à relação entre brancos e negros & pardos, à medida que avançam os níveis de escolaridade a participação relativa do segundo grupo tende a ser menor que a do primeiro. Ou seja, os indivíduos que se declararam negros e pardos possuem escolaridade mais baixa que aqueles que se declararam brancos, de forma que os que possuem níveis de escolaridade completos são, em sua maioria, pessoas que se declararam brancos.

Por sua vez, a maioria dos responsáveis/chefes de família de Uberlândia, independentemente do gênero, possui primeiro grau incompleto. Ao mesmo tempo, é mais elevada a escolaridade dos responsáveis/chefes de família do sexo masculino relativamente ao feminino.

Diante desse cenário, apesar dos avanços na escolarização fundamental (7 a 14 anos), observada no Brasil e nos dados referentes a Uberlândia, aqui apresentados, a educação da população jovem e adulta encontra-se, ainda, em situação que merece maior atenção, quando se constata, por exemplo, baixo índice de escolaridade acompanhado de reduzidos níveis de rendimento, sobretudo entre responsáveis/chefes de família. Além disso, faixa etária de 15 a 24 anos de idade deve-se constituir em um dos alvos prioritários das políticas públicas educacionais.

Em suma, fica patente a necessidade de aprofundar o estudo do setor educacional, avançando numa melhor articulação entre o que foi apresentado, em relação a escolaridade, e as demais variáveis abordadas na pesquisa, para que se possa propor ações que visem a melhoria das condições de vida das famílias de Uberlândia.

#### 6.2.4 Bibliografia citada

ADORNO, T.W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BERCOVICH, A M. et alli. Mapeando a situação do adolescente no Brasil. Fórum Nacional Adolescência, Educação e Trabalho. São Paulo: Fundação SEADE, 1997, versão preliminar.

IBGE, Contagem da População de 1996. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – PNAD, 1990, 1995 e 1999. Rio de Janeiro: IBGE.

MEC/INEP. Desempenho do sistema educacional brasileiro: 1994-1999.

MEC/GOVERNO FEDERAL. Plano Nacional de Educação, 2000.

SABOIA, A L. Situação educacional dos jovens In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, v.2, 1998.

### 6.3 - CONDIÇÕES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

*Paulo Antonio de Oliveira Gomes  
Fábio André Teixeira*

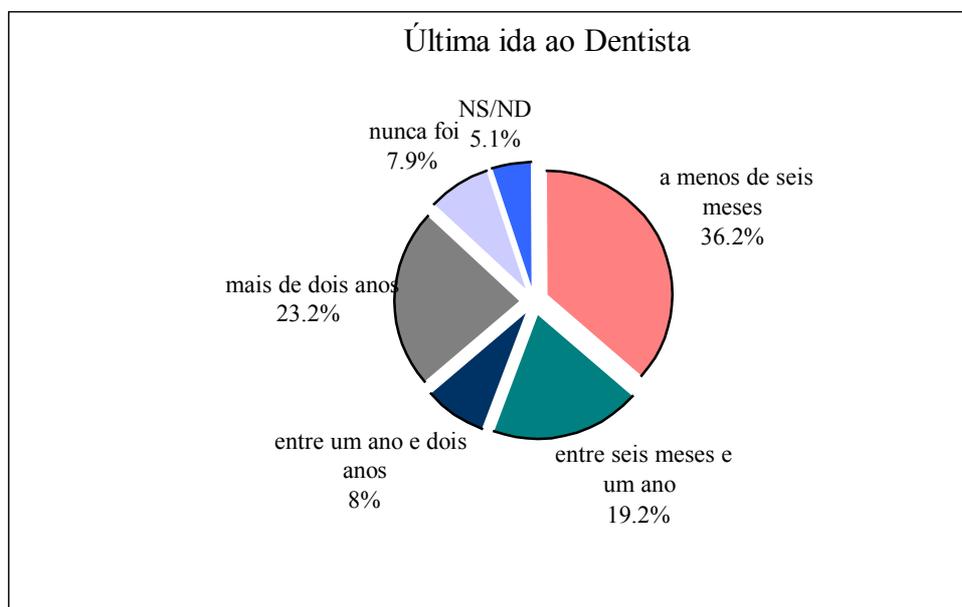
Por estar estreitamente relacionada às questões de ordem social e econômica, a análise da questão da saúde deve supor um tratamento articulado com todos os fatores que são seus condicionantes. Ou seja, dada sua complexidade, diagnosticar as condições de saúde de um município implica, por um lado, a apresentação dos fatores econômicos e sociais que as condicionam e, de outro, a utilização de uma gama de indicadores específicos que possam aferir as condições de saúde da população (taxas de mortalidade, morbidade, causa-mortis, etc), além do provimento de infraestrutura e saneamento. O cruzamento desses indicadores com a oferta de serviços públicos e sua acessibilidade (recursos físicos e humanos em geral, capacidade ambulatorial, leitos hospitalares disponíveis, consultas e internações, etc) é que permitem, de fato, traçar um quadro completo das condições de saúde do município e conhecer o grau de cobertura e resolutividade dos serviços.

Não foi esse nosso trabalho. Por se tratar de uma pesquisa voltada sobretudo para a identificação da pobreza – tendo como vetores principais a renda e o emprego - o objetivo não foi estudar em profundidade a questão da saúde no município, mas apenas dela captar alguns aspectos específicos. Limitamo-nos, portanto, a um perfil sumário, breve e objetivo, mesmo porque o questionário aplicado se restringiu a perguntas específicas como ida ao dentista, existência de doenças crônicas na família e portadores de deficiência..

Iniciamos pela análise do tratamento dentário.

Cerca de 87% da população de Uberlândia declarou na pesquisa ter consultado o dentista nos últimos anos, sendo que deste percentual 36,4% o fizeram há menos de 6 meses, 19,3% entre 6 meses e 1 ano e 8% no período de 1 a 2 anos. Para aqueles que declararam ter mais de 2 anos que não se consultam, foi observada uma porcentagem elevada, cerca de 23% da população (116.500 habitantes). Parte destes números podem ser explicados pela utilização definitiva, principalmente entre as pessoas mais velhas, de próteses, implantes ou outras alternativas, como observado em várias entrevistas. Outros fatores seriam a dificuldade de atendimento nos consultórios públicos (através de senhas ou simplesmente porque teriam que

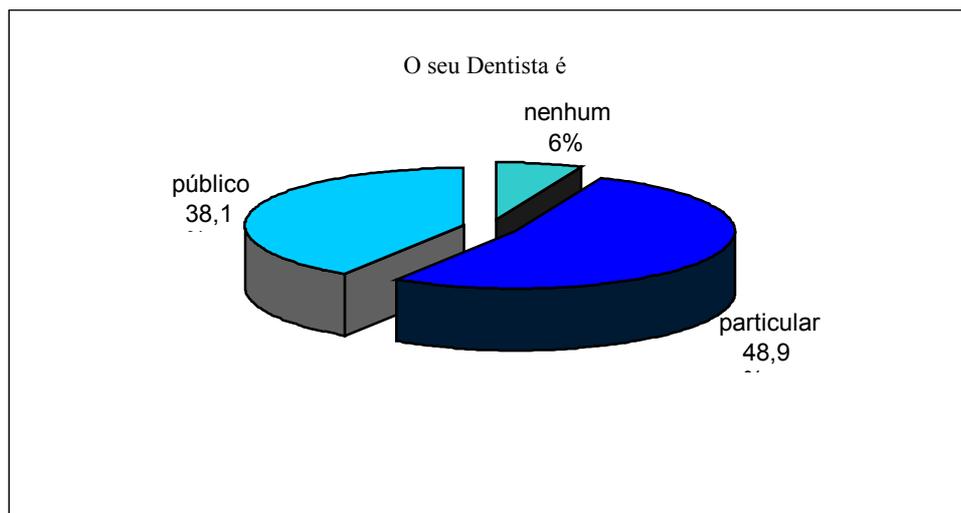
chegar muito cedo para conseguir uma vaga), o próprio descaso com a saúde bucal ou por fim, a realização de um tratamento anterior eficaz que não demandou nova procura por serviço dentário.



Fonte: Pesquisa de Campo

Em relação àqueles que declararam nunca ter ido ao dentista, o percentual foi de 7,9% (39.791 habitantes), bem abaixo da média nacional que é de 20%, segundo dados da PNAD para o ano de 1998. Para a faixa da população que declarou ter ido ao dentista no último ano (55, 7% da população), os números apresentam-se elevados e podem ser explicados pela grande maioria de crianças e adolescentes que recebem tratamento odontológico e preventivo nas escolas públicas do município.

Quanto à condição do tratamento - se público ou privado - merece destaque o elevado percentual de procura por atendimento odontológico particular: cerca de 48,8% da população (246100 habitantes) afirmou ser este a principal forma de serviço utilizada enquanto 38% buscaram no serviço público esse atendimento. Apenas 6% declararam não utilizar nenhuma dessas duas alternativas. O que pode explicar este elevado nível de atendimento privado (e que foi observado no período de aplicação da entrevista) é que grande parte da população deixa para a "última hora" sua ida ao dentista, e quando vão, pelo adiantado do problema, fazem o tratamento preferencialmente com dentista particular. Por outro lado, a própria percepção de que o serviço público não apresenta a qualidade que ele procura, ou pela demora no atendimento, fazem com que ele não utilize os serviços odontológicos ofertados pelo município, a não ser o de prevenção.



Fonte: Pesquisa de Campo

Em termos gerais, pode se concluir que o percentual de tratamento odontológico para o padrão brasileiro é alto, dado que 63,7% da população declaram ter ido ao dentista nos últimos dois anos e apenas 7,9% declaram nunca ter ido ao dentista. O fato de o município ter na Universidade Federal de Uberlândia um centro de formação de novos odontólogos faz com que a proporção destes em relação à população seja satisfatória, alcançando índices superiores aos de muitas regiões brasileiras. A preocupação do poder público com a prevenção (uso do flúor, orientação e programas de higiene nas escolas), principalmente das crianças e adolescentes, é outro fator que contribui para a redução e o controle das doenças bucais.

Quando questionada a respeito das carências - “o que falta no seu bairro” - para os aspectos relacionados à saúde, 34% da população respondeu que falta posto de saúde em seu bairro. Observa-se que essa resposta é proveniente do fato de que a maioria dessa população busca atendimento no posto de saúde do bairro próximo (principalmente nos bairros novos), o que pode gerar certa insatisfação. Em compensação quase 66% da população informa que a infraestrutura do bairro, em relação aos postos de saúde, está satisfatória, o que corrobora a análise de que a maioria dos bairros são providos desse tipo de serviço público.

TABELA 6.3.1. O QUE FALTA NO SEU BAIRRO (EM %)

	<i>Posto de Saúde</i>	<i>Coleta de Lixo</i>	<i>Fármácia</i>	<i>Água Encanada</i>	<i>Esgoto</i>
<b>Sim</b>	34,2	3	20,8	1,9	3,4
<b>Não</b>	65,8	97	79,2	98,1	96,6

Fonte: Pesquisa de Campo

Outras variáveis importantes levantadas, com estreita relação com a saúde, são a existência de instalações sanitárias e coleta de lixo, revelando alto grau de cobertura e índices superiores à média nacional. Quando perguntada sobre a coleta de lixo, 97% da população respondeu estar sendo atendida por este tipo de serviço, percentual próximo ao encontrado em relação à existência de esgoto, onde 96,6% da população afirmou ter assegurada a infraestrutura sanitária. Também em relação à água encanada, tanto nos bairros (98,1 %) quanto nas residências (97,6 %), o percentual de atendimento é bastante alto, cobrindo praticamente a quase totalidade dos domicílios. Essas condições de infraestrutura têm evidentes impactos positivos nas condições de saúde, uma vez que a garantia do saneamento básico e água tratada são fatores fundamentais no controle e redução das doenças.

Um último aspecto ainda com respeito a esse quesito (“o que falta no seu bairro”) e que contribui para melhorar o acesso da população aos medicamentos, é a existência de farmácia (de natureza privada), complementando a distribuição de remédios realizadas pelas unidades de saúde espalhadas pela cidade. Quando perguntada, 20,8% da população respondeu não existir farmácia em seu bairro, contra 79,2% que disseram estar satisfeitos em relação a esta questão. Esta demanda pode ser explicada (em parte) pelo elevado nível de concentração de farmácias em alguns bairros (mais densamente povoados e que contam com centros comerciais mais desenvolvidos) ou simplesmente por tratar-se de bairros que ainda estão em fase de implantação desses serviços.

Quanto à questão do recebimento pela família de ajudas suplementares, 95,8% dos entrevistados afirmaram que a família não recebe qualquer ajuda de órgãos ou entidades. Para aqueles que responderam positivamente, isto é, que recebem ajuda regular, os parentes aparecem lembrados com 1,4% (por estarem mais próximos e pela afinidade familiar), a Prefeitura com 0,9% (principalmente aquelas que apresentam um nível sócio-econômico baixo), as associações religiosas com 0,4% (igrejas, centro espírita, etc) e, por fim, 1,5% disseram receber ajuda de outros órgãos ou entidades (associações comunitárias, rotary club, previdência social etc.).

TABELA 6.3.2. A FAMÍLIA RECEBE AJUDA DE ALGUM ÓRGÃO OU ENTIDADE?

	<i>Não recebe</i>	<i>Prefeitura</i>	<i>Associação</i>	<i>Religiosa</i>	<i>Parente</i>	<i>Outros</i>
<i>Não</i>	95,8	0,9		0,4	1,4	1,5
<i>Sim</i>	4,2	99,1		99,6	98,6	98,5

Em relação ao tipo de ajuda, foram obtidos os seguintes resultados: 95,9 % não recebem nenhum tipo de benefício, 1,4% recebem ajuda com alimentação, 1,1% de caráter financeiro, 1,1 % com remédios e 0,2 % em vestuário.

TABELA 6.3.3. QUE TIPO DE AJUDA RECEBE

	<i>Nenhuma</i>	<i>Financeira</i>	<i>Alimentação</i>	<i>Remédios</i>	<i>Roupas</i>
<i>Sim</i>	95,9	1,1	1,4	1,1	0,2
<i>Não</i>	4,1	98,9	98,6	98,9	99,8

Quando indagados se recebem o “Pró-pão” (fundo municipal de alimentação popular), 8,5% dos responsáveis disseram receber este benefício (cesta de produtos básicos mensal) e 91,5% disseram não receber.

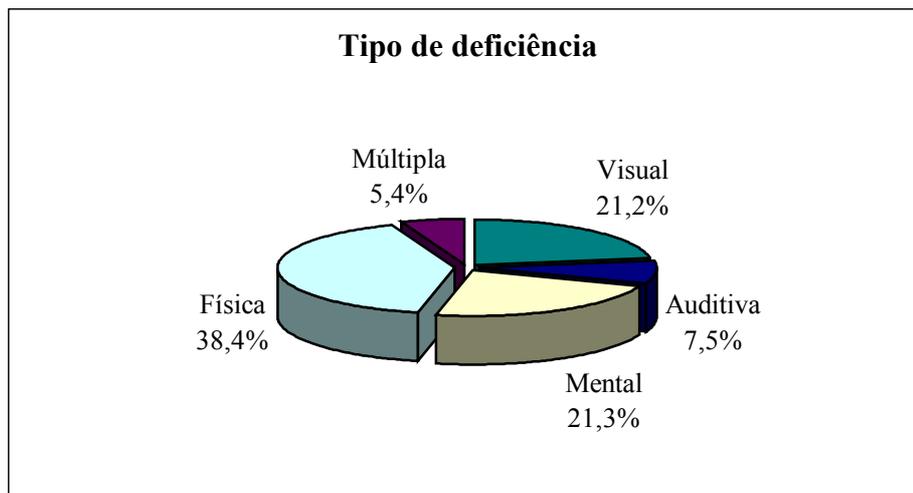
GRÁFICO 6.3.1. A FAMÍLIA RECEBE PRÓ-PÃO



FONTE: Pesquisa de Campo

Quanto ao quesito “*Existe algum membro da família portador de deficiência?*” foram apresentadas as seguintes informações: 8% das famílias afirmaram possuir membros com alguma deficiência. Destes, 68,4 % são adquiridas e 31,2% são congênitas. A distribuição das deficiências segundo o tipo, traz o seguinte resultado: deficiência física, 38%; mental, 21,3%; visual, 21,2%; auditiva, 7,5%; múltipla, 5,4% e outro tipo não especificado, 5,9 %.

GRÁFICO 6.3.2 TIPO DE DEFICIÊNCIA.



FONTE: Pesquisa de Campo

Na identificação das principais doenças crônicas que atingem a população de Uberlândia, cerca de 19 % dos entrevistados declararam possuir algum tipo de doença, número abaixo da média nacional que é de 31,6%, segundo a PNAD de 1998. As doenças mais comuns verificadas foram, as do aparelho circulatório relatados no grupo “problemas do coração” (8,6%) e que podem incluir doenças infecciosas como é o caso da doença de chagas (4%) e de outro grupo que está relacionado ao estilo de vida da população (fumo, stress, dieta hipersódica) como é o caso da hipertensão que atinge 20% da população uberlandense, índice mais alto encontrado na pesquisa.

As doenças do aparelho respiratório foram o segundo grupo mais relatado, sendo a bronquite aquela que atinge uma maior porcentagem da população, cerca de 10 %, seguida da sinusite (2,1%) e asma (1,1 %) doenças que em geral são ligadas as condições de vida da população e de higiene e à qualidade do ar, uma vez que estão associadas a fatores causadores de alergia como poeira, poluição e ácaros. O grupo das doenças referentes ao sistema endócrino, da nutrição e do metabolismo e transtornos imunitários também foi citado, com destaque para o diabetes (doença crônica degenerativa, não infecciosa) é que apresentou o maior percentual, em torno de 16%. Também fazem parte deste grupo as alergias, que atingem 1,6% da população.

Outro grupo também relacionado é o das doenças do aparelho digestivo que afeta 1,9% da população, que em geral refletem um padrão alimentar inadequado, nervosismo, além de fumo e alcoolismo. Quanto ao grupo das doenças crônicas

degenerativas, como o câncer, cerca de 2% da população declararam possuí-las. Foram principalmente citados o câncer de mama, de próstata, estômago, fígado e pulmão. Este número confirma uma incidência significativa no município, fato que no passado recente levou a uma grande preocupação com esse tipo de doença, responsável pela construção de um hospital especializado no tratamento do câncer na cidade.

TABELA 6.3.4. DOENÇAS MAIS RELACIONADAS

<i>Tipo de doença</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
<i>Alergia</i>	475	1,6
<b>Anemia</b>	154	0,5
	119	0,4
<b>Artrose</b>	189	0,6
<b>Asma</b>	332	1,1
<b>Bronquite</b>	3070	10,3
<b>Câncer</b>	590	2
<b>Problemas de coração</b>	2581	8,6
<b>Doença de Chagas</b>	1186	4
<b>Derrames</b>	1329	4,4
<b>Diabetes</b>	4748	15,9
<b>Efizema Pulmonar</b>	155	0,5
<b>Epilepsia</b>	643	2,1
<b>Gastrite/Úlcera</b>	554	1,9
<b>Hipertensão</b>	5983	20
<b>Reumatismo</b>	342	1,1
<b>Sinusite</b>	624	2,1
<b>Tireóide</b>	483	1,6
<b>AIDS</b>	266	0,9
<b>Outros</b>	5399	18
<b>DORT</b>	255	0,9
<b>Osteoporose</b>	457	1,5

Fonte: Pesquisa de Campo

Também foi revelada a incidência de derrames em 4,4% da população, índice alto que pode ser resultado também da elevada incidência de doenças como hipertensão e cardiopatias, já comentadas, e doenças do sistema ósseo, como a osteoporose (1,5%), artrite (0,4%) e artrose (0,6%), que atingem principalmente a população de faixa etária mais elevada. Outras doenças como tireoidismo (1,6%) e anemia (0,5 %) também foram mencionadas. As demais doenças citadas apresentaram pouca expressividade no conjunto, somando 18% no total. A tabela acima informa detalhadamente estes percentuais.

No que se refere ao acesso aos serviços, em resposta ao quesito *‘onde as pessoas da família são atendidas quando ficam doentes’*, 64,17% da população disseram buscar atendimento nas UAI (Unidade de Atendimento Intensivo), 26,32% afirmaram procurar a Medicina da UFU, 21,8% os postos de saúde do bairro, 21,85 % algum tipo de convênio e 7,13% informaram que utilizam serviços particulares (o questionário aplicado permitia mais de uma resposta). Esses dados indicam que apenas aproximadamente 30% da população podem dispensar o atendimento médico-hospitalar provido pelo setor público, o que demonstra a importância desse atendimento para a grande maioria da população, com destaque para o sistema de responsabilidade municipal, representado pelas UAI e postos de saúde.

Este fato é ainda mais acentuado se levado em consideração o nível de renda, ou seja, os resultados mostram que essa relevância do setor público é mais forte quanto menor o nível de renda. Ao contrário, os convênios e atendimento particular atendem principalmente as famílias de renda mais elevada, que constituem um percentual bem menor do total. A tendência aqui revelada não se apresenta absolutamente linear, verificando-se uma participação relativa maior quanto à utilização de convênios de saúde na faixa que vai de 7,01 a 10 salários mínimos, havendo então diminuição nesta mesma faixa das outras modalidades de atendimento consideradas. Isto pode indicar que neste intervalo a renda não é tão elevada para arcar com os custos do atendimento particular, na proporção em que ocorre nas faixas de renda mais alta, mas suficiente para arcar com planos de saúde, por exemplo, de menor possibilidade para os níveis de renda mais baixos. Quanto à faixa de renda até 0,5 SM, ela aparece com sua frequência subestimada no atendimento público e superestimada no atendimento privado, pelo fato de que a informação sobre renda foi processada por indivíduo e quando cruzada com a questão do atendimento (informação processada por família) estão incluídos nesta faixa, crianças e pessoas que não auferem renda.

Efetuando-se análise de cada uma das modalidades consideradas, verificamos que o atendimento particular, representa apenas possibilidade para 8,29% dos que possuem renda até 0,5 salários mínimos, para quase 5% de 0,51 a 3 SM, elevando-se para 8,49% daí até 5 SM, atingindo uma maior expressividade na faixa de 5,01 a 7 SM. (18,92%), recuando então para 10,13% entre 7,01 a 10 SM, para adquirir maior relevância apenas nas faixas superiores de renda – 25,74%, de 10,01 a 20 SM, e 29,71% acima de 20 SM. Do total, apenas 7,13%, representando um universo de apenas 35.922 pessoas, informaram utilizar o atendimento particular.

TABELA 6.3.5. ATENDIMENTO PARTICULAR

<b>Faixa de Renda</b>	<b>Sim</b>	<b>%</b>	<b>Não</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>0,51 a 1</b>	2070	4,62	42725	95,38	44795	100,00
<b>1,01 a 3</b>	5115	4,94	98352	95,06	103467	100,00
<b>3,01 a 5</b>	2266	8,49	24427	91,51	26694	100,00
<b>5,01 a 7</b>	2124	18,92	9101	81,07	11226	99,99
<b>7,01 a 10</b>	1122	10,13	9955	89,87	11077	100,00
<b>10,01 a 20</b>	1851	25,74	5340	74,26	7191	100,00
<b>20,01 ou mais</b>	801	29,71	1894	70,25	2696	99,96
<b>Renda não informada</b>	18642	6,82		93,18	273481	100,00
<b>Total</b>	35922	7,13	467981	92,87	503903	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

A participação maior dos convênios pode ser vista na tabela abaixo, verificando-se que 21,85% da população afirma a eles se reportar no caso de necessidades médico-hospitalares, mas é acentuada sua utilização quando relacionada com níveis mais altos de renda. Assim, na faixa até 0,5 SM, são 18,39% (dado que é superestimado pelas razões metodológicas explicadas anteriormente), 12% daí até 1 SM, subindo progressivamente até 72,84% na faixa de 7,01 a 10 SM, com queda em relação a esta para 58,63% e 60,35% nas faixas superiores. Essa tendência é a mesma que o IBGE calculou para o Brasil como um todo, na PNAD de 1998, observando-se com relação ao total um percentual maior da população urbana – 29,2% no país contra os 21,85% obtidos por esta pesquisa em Uberlândia – que utiliza planos de saúde.

TABELA 6.3.6. ATENDIMENTO POR CONVÊNIO

<b>Faixa de renda</b>	<b>Sim</b>	<b>%</b>	<b>Não</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>0 a 0,5</b>	4281		18995	81,61	23276	100,00
<b>0,51 a 1</b>	5374	12,00	39421	88,00	44795	100,00
<b>1,01 a 3</b>	16923	16,36	86544	83,64	103467	100,00
<b>3,01 a 5</b>	8548	32,02	18146	67,98	26694	100,00
<b>5,01 a 7</b>	4512	40,19	6713	59,80	11226	99,99
<b>7,01 a 10</b>	8069	72,84	3008		11077	100,00
<b>10,01 a 20</b>	4216	58,63	2974	41,36	7191	99,99
<b>20,01 ou mais</b>	1627	60,35	1069	39,65	2696	100,00
<b>renda não informada</b>	56561	20,68	216920	79,32	273481	100,00
<b>Total</b>	110112	21,85	393791	78,15	503903	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Como já assinalado, a grande maioria das pessoas prioriza o atendimento da rede pública de saúde, e o maior destaque é para as UAI, que são procuradas por 64,3% (dado subestimado conforme análise anterior) das famílias com renda até 0,5 SM, número que sobe para 74% entre 0,51 e 1 SM, caindo daí progressivamente até

21,55% na faixa de 7,01 a 10 SM, elevando-se para 29,45% entre 10,01 e 20 SM, tornando-se pouco expressivo apenas na faixa de renda superior a 20 SM, com o percentual de 11,72%. No total, são 323.363 pessoas (64,17%) que buscam atendimento no sistema das UAI.

TABELA 6.3.7. ATENDIMENTO UAI

<b>Faixa de Renda</b>	<b>Sim</b>	<b>%</b>	<b>Não</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>0 a 0,5</b>	14966	64,30	8310	35,70	23276	100,00
<b>0,51 a 1</b>	33149	74,00	11647	26,00	44795	100,00
<b>1,01 a 3</b>	73016	70,57	30451	29,43	103467	100,00
<b>3,01 a 5</b>	15839	59,34	10855		26694	100,00
<b>5,01 a 7</b>	5494	48,94	5732	51,06		100,00
<b>7,01 a 10</b>	2387	21,55	8690	78,45	11077	100,00
<b>10,01 a 20</b>	2118	29,45	5073	70,55	7191	100,00
<b>20,01 ou mais</b>	316	11,72	2380	88,28	2696	100,00
<b>Renda não informada</b>	176078	64,38	97403	35,62	273481	100,00
<b>Total</b>	323363	64,17	180541	35,83	503903	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto aos postos de saúde, servem sobretudo, e ainda mais acentuadamente que as UAI, à população de menor nível de renda. São 21,97% das famílias de até 0,5SM que os procuram, 25,76% de 0,51 a 1 SM, declinando progressivamente até 7,15% na faixa de 7,01 a 10 SM, subindo um pouco para 8,58% na faixa seguinte de 10,01 a 20 SM, declinando então para apenas 4,01% na faixa de renda mais superior. No total são 109.850 pessoas que se estima demandarem os postos de saúde da cidade, representando 21,8% da população total.

TABELA 6.3.8. ATENDIMENTO POSTO DE SAÚDE

<b>Faixa de Renda</b>	<b>Sim</b>	<b>%</b>	<b>Não</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>0 a 0,5</b>	5113	21,97	18163	78,03	23276	100,00
<b>0,51 a 1</b>	11538	25,76	33258	74,24	44795	100,00
<b>1,01 a 3</b>	24286	23,47	79181	76,53		100,00
<b>3,01 a 5</b>	4591	17,20	22102	82,80	26694	100,00
<b>5,01 a 7</b>	1385	12,34	9840	87,65	11226	99,99
<b>7,01 a 10</b>	792	7,15	10285	92,85	11077	100,00
<b>10,01 a 20</b>	617	8,58	6574	91,42	7191	100,00
<b>20,01 ou mais</b>	108	4,01	2588	95,99	2696	100,00
<b>renda não informada</b>	61418	22,46	212063	77,54	273481	100,00
<b>Total</b>	109850	21,80	394053	78,20	503903	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Por fim, o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (Medicina), atende 26,32% da população (132.610 pessoas), número que também se concentra nas faixas de renda mais baixas. São 29,84% das famílias de renda até 0,5 SM, 31,45% daí até 1 SM, caindo progressivamente até 7,39% na faixa de 7,01 a 10 SM, subindo para 14,46% e 12,65% nas faixas de 10,01 a 20 SM e superior a 20,01 SM.

TABELA - ATENDIMENTO MEDICINA

<b>Faixa de renda</b>	<b>Sim</b>	<b>%</b>	<b>Não</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	
<b>0 a 0,5</b>	6945	29,84	16331	70,16	23276	100,00
<b>0,51 a 1</b>	14088	31,45	30708	68,55	44795	100,00
<b>1,01 a 3</b>	29886	28,88	73581	71,12	103467	100,00
<b>3,01 a 5</b>	6676	25,01	20018	74,99	26694	100,00
<b>5,01 a 7</b>	2381	21,21	8844	78,78	11226	99,99
<b>7,01 a 10</b>	819	7,39	10258	92,61	11077	100,00
<b>10,01 a 20</b>	1040	14,46	6151	85,54	7191	
<b>20,01 ou mais</b>	341	12,65	2354	87,31	2696	99,96
<b>Renda não informada</b>	70434	25,75	203047		273481	100,00
<b>Total</b>	<b>132610</b>	<b>26,32</b>	<b>371293</b>	<b>73,68</b>	<b>503903</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

Os dados aqui apresentados oferecem uma importante conclusão, qual seja, o papel fundamental desempenhado pela rede pública no atendimento médico-hospitalar na cidade de Uberlândia. Ora, a evidência empírica constatada nos últimos anos, mostra uma saturação no atendimento no hospital da Medicina e nas UAI e postos de saúde, que como revela a pesquisa não cobrem toda a cidade, tendo o item *o que falta no seu bairro* revelado uma incidência significativa de resposta “posto de saúde”. Cumpre ressaltar mais uma vez que a carência neste setor atinge mais decisivamente a população de menor nível de renda.